

n. 24 2020

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital



Periodicidade - Mensal



INDICE

Editorial	03
A Educação Especial e a Inclusão na Perspectiva das Políticas Públicas. Soares, Emilene Costa. Págs. 4 – 14	04
A Importância da Auditoria Vinculada na Gestão da Qualidade. Babilônia, Lucinda Maria Soares. Págs. 15– 26	15
A Relevância da Liderança no Contexto da Gestão Estratégica e Empreendedora. Prado, Aline Tatyane. Págs. 27 – 36	27
Acidente de Trânsito: Impacto, Fatores e Base Educativa. Silveira, Flávio Figueiró da. Págs. 37 – 50	37
Ensino de Língua Estrangeira Apoiada por TIC: Análise do Duolingo. Ferreira, Marcos Sampaio. Págs. 51 – 61	51
Literatura Brasileira Infantil: A Poesia e Prosa para os Alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Abreu, Adriana Nascimento. Págs. 62 – 77	62
O Leprosário de Canafistula no Contexto do Brasil República (1928 – 1940). Costa, Stênio de Sales; Bertola, Liliana Martinho. Págs. 78 – 92.	78
O Marketing na Era Digital. Marques, Gledistone Pereira. Págs. 93 – 104	93
O Trabalho do Supervisor Escolar: Entraves e Possibilidades. Evangelista, Eurileide Gledes. Págs. 105 – 113	105
	114
Ocorrência de Arte Rupestre em Zona Afótica de Cavernas em Rurópolis, Pará. Mota, Aécio Rodrigo Schwertz. 114 – 128	

Editorial

AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE QUARENTENA PELO CORONAVÍRUS: E AGORA PROFESSOR?

Em tempos de pandemia, o portal de notícias G1 e diversos telejornais têm noticiado a necessidade de os educadores ministrarem aulas remotas, ou seja, utilizando-se da internet para veicular os conteúdos a serem acessados pelos estudantes. Em contrapartida constatou-se que existem muitos entraves: desde a falta de acesso à internet por parte de professores e estudantes até a falta de conhecimentos e domínio das novas tecnologias, principalmente por parte dos educadores.

Além da necessidade de criatividade e planejamento adequado para atingir os objetivos em relação ao interesse dos estudantes, há uma questão primeira que é o domínio dos usos e apropriações destas tecnologias, que segundo Thompson (2014) no texto: Teoria Social da Mídia, diz de como a pessoa se apropria e usa essas ferramentas para as finalidades necessárias.

Diante da decisão da Secretária da Educação, por intervenção do Ministério Público de manter as aulas suspensas, registrou-se a necessidade por aulas remotas. Assim, professores e alunos precisarão se adequar à essa nova realidade que se apresenta. Neste contexto, percebe-se que os jovens se sentem extremamente à vontade diante dos usos destas novas tecnologias, em contrapartida, professores, em grande parte, se sentem, incomodados com esta situação.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Sind-UTE/MG, veiculou, neste mês de abril uma informação que é um paradoxo diante desta realidade: além da falta do domínio das novas tecnologias por parte dos professores há ainda a falta de acesso à internet por cerca de 41% destes educadores. Em relação ao acesso por parte dos estudantes este percentual é ainda maior, cerca de 70% não tem acesso fácil à internet de qualidade.

É incontestável que aulas remotas serão um desafio a mais, além da covid19 tendo em vista a realidade que se apresenta no que tange aos usos e apropriações das novas tecnologias no contexto, muitas vezes precário, da educação brasileira.

Marcos Alexandre Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Soares, Emilene Costa ¹

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão sobre da Educação Especial no contexto das políticas públicas nacionais, salientando o Atendimento Educacional Especializado. O trabalho inclui ainda, um breve percurso do histórico da Educação Especial, no Brasil. O estudo possibilitou caracterizar a política pública e sua contextualização com a política educacional e a política para a educação especial no âmbito de inclusão, bem como identificar sua presença em alguns documentos relevantes, tanto a nível nacional quanto internacional. A metodologia utilizada foi uma pesquisa e uma reflexão sobre como as políticas públicas podem e devem facilitar o envolvimento de professores, gestores, especialistas, pais e alunos, bem como demais profissionais no sentido de pensar na inclusão como uma necessidade primordial, especialmente no âmbito escolar. Toda e qualquer escola comum se torna inclusiva quando adota práticas pedagógicas pertinentes e viáveis às especificidades dos alunos e evidentemente, quando reconhece as diferenças dos alunos e busca o progresso de todos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica visando destacar as políticas da Educação Inclusiva no Brasil e a visão de alguns autores sobre este assunto, como : BALL (2011), BRAUN (2011), CCARVALHO (2006). Espera-se que esse estudo possa servir de base para outros aprofundamentos sobre a educação especial e a inclusão escolar, diante das políticas públicas pertinentes.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Políticas Públicas. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

Sempre que se fala sobre inclusão surge certa confusão entre inclusão e integração que, embora sejam palavras parecidas, possuem significados diferentes. O processo de integração permite que o aluno transite entre a classe regular e o ensino especial em seus diversos atendimentos, como ocorre sempre em salas de recursos das escolas consideradas comuns. A integração seria uma inserção parcial do aluno com deficiência. Enquanto isso, a inclusão prevê que todos os alunos, sem qualquer exceção, frequentem as salas de aula do ensino regular desde o início da sua formação.

¹ Emilene Costa Soares, Curso Superior em Letras - Língua Portuguesa.

emilene_sc@hotmail.com

Uma escola inclusiva deve respeitar e valorizar as diferenças, seja elas culturais, sociais, intelectuais. Enfim, deve ter consciência de que as diferenças existem e devem ser respeitadas para que possa ser transformada em uma sociedade melhor. Entende-se a grande importância em discutir o tema da inclusão, pois como é sabido, a inclusão de alunos, independentemente de suas necessidades especiais, em escolas comuns é um grande passo para a igualdade social.

Ela possibilita conhecer e aprender a lidar com as diferenças, além de ser uma realidade legal. Considera-se que a família seja a primeira referência de sociedade para qualquer ser humano, especialmente para as crianças, sejam elas especiais ou não, visto que é na família que se iniciam os aprendizados que possibilitarão mais tarde, a inserção do sujeito na sociedade comunitária e na vida propriamente dita.

O presente trabalho aborda as contribuições das políticas públicas da educação especial em uma perspectiva inclusiva. Este estudo tem por objetivo pesquisar as contribuições das políticas públicas que discorrem sobre a educação especial em uma perspectiva de inclusão e demonstrar que existem diversos documentos que regem o direito à inclusão dos alunos com necessidades especiais, são leis e devem ser observadas e analisadas por todos de uma sociedade.

DESENVOLVIMENTO

As falas relacionadas às políticas de inclusão revelam uma discussão sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos na escola, e também sobre suas habilidades, respeitando as diferenças, de forma que realçar a valorização do indivíduo.

De acordo com Ball e Mainardes (2011):

“As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexequíveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequada (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais”. (BALL E MAINARDES. 2011, p. 13)

A definição a respeito do direito à educação está bem clara na Constituição Federal de 1988, especificamente, em seu artigo 6º, que aponta: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição”. E ainda no artigo 205, onde é afirmado: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família [...]” (BRASIL, 1988).

Necessidades educacionais especiais é um termo usado para indicar que um estudante ou um grupo de estudantes precisam de atendimento

educacional especializado, ou seja, precisam de profissionais qualificados que conheçam métodos e técnicas para trabalhar segundo a especificidade de cada um.

Diferente do que se pensam alunos com necessidades educacionais especiais não são apenas aqueles que possuem alguma deficiência, pois apresentar alguma deficiência não significa, necessariamente, que este indivíduo irá apresentar alguma dificuldade de aprendizagem. Existem alguns grupos que apresentam deficiência e também dificuldades na aprendizagem. Já outros que apesar de apresentarem alguma deficiência não necessitam de olhar diferenciado quanto o ensino-aprendizagem.

Para Magalhães e Cardoso (2011), a educação inclusiva incorpora a ideia do direito à educação para todas as pessoas, sem distinção por causa de deficiência, objetivando que as mesmas tenham oportunidade de frequentar as escolas de ensino regular. Esse modelo de inclusão vai requer mudanças na organização das escolas a fim de dar respostas às necessidades de todos os alunos.

Há ainda aqueles que não apresentam deficiência, mas precisam de um olhar diferente quanto à forma de ensinar, pois possuem dificuldades na aprendizagem. Este grupo apesar de não apresentar deficiência tem necessidades educacionais especiais e apresentam dificuldades de aprendizagem e precisam de atendimento especializado. Existem ainda aqueles que possuem grandes habilidades, os chamados “superdotados”, que também necessitam de um olhar diferenciado voltados para o ensino-aprendizagem.

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, assim conceitua a expressão “pessoa com deficiência”:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com Guerreiro e Villela (2013), a preocupação com a educação para pessoas com deficiência evidenciou-se em 1961 com aprovação da Lei nº 4.024/61 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Até então, o assunto “inclusão” ainda não tinha sido discutido em qualquer outra legislação educacional do Brasil.

Com início na década de 70, a chamada inclusão escolar no Brasil, baseou-se na aceitação de alunos especiais, portadores de algum tipo de dificuldade na aprendizagem por causa dessa limitação especial, em escolas de ensino regular. Nesse sentido, a inclusão se dava desde que a criança se adequasse ao plano de ensino da instituição escolar.

Mais do que nova proposta educacional, a Educação Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos alunos (...). A proposta de Educação Inclusiva implica, portanto, um processo de reestruturação de todos os aspectos constitutivos da escola (GLAT & BLANCO, 2015, p.16-17).

Mesmo sabendo que o direito ao ensino tem que ser dado a todos os segmentos de uma sociedade, nem todas as instituições de ensino faziam o uso correto desse direito.

Desde a época do império havia atendimento específico para as pessoas com deficiência, mesmo diante da influência e da formação jesuíta, com todos seus mecanismos de recompensa e exclusão.

Naquela ocasião surgiram duas instituições, no Rio de Janeiro, com esse objetivo. O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854, atualmente, denominado Instituto Benjamin Constant-IBC. E o Instituto dos Surdos Mudos, fundado quatro anos depois, em 1857, que hoje recebe o nome de Instituto Nacional da Educação dos Surdos Mudos-INES. (MEC).

No começo do século XX, especificamente no ano de 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, uma instituição com atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência mental. A partir daí surgiu, em 1954, a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Diante disso, aconteceu em 1945, o primeiro atendimento educacional especializado, ofertado aos considerados superdotados pertencentes à sociedade Pestalozzi. (Ministério da Educação)

A Lei Brasileira de Inclusão promulgada em 2015 tratava de diferentes aspectos relacionados a pessoas portadoras de alguma deficiência. Essa lei que também é chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, além de abordar assuntos relacionados à educação dessas pessoas, atenua avanços significativos relacionados a não cobrança de valores para ter acessibilidade às instituições de ensino. Um ponto de controvérsia dessa lei é não deixar claro se os alunos especiais seriam matriculados em escolas específicas ou regulares.

Conforme observou Pletsch, 2014:

A educação inclusiva implica em uma transformação na estrutura física, organizacional, pedagógica e filosófica da escola. Para ser inclusiva, uma escola tem que ter acessibilidade (nos aspectos arquitetônicos, materiais e de comunicação), flexibilidade curricular, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação, e, principalmente, uma equipe de professores e gestores capacitados para lidar com a diversidade dos estilos de aprendizagem e demandas de seu aluno. (PLETSCH, 2014.p.15)

A partir da Constituição Federal aprovadas em 1988 surgiram os avanços que fortaleceram a Educação Especial no Brasil. Destaca-se aqui o Inciso IV, do Art. 3º, onde se lê sobre o direito de tratamento a todos os seres humanos “[...] sem preconceito de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 13).

Em 1989 entrou em vigor a Lei nº. 7.853 que dispunha sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua total integração ao convívio social. Tal compromisso e responsabilidade ficaram a cargo da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) que instituiu:

[...] a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, assegurando tratamento adequado e prioritário na área da educação, saúde, da formação profissional e do trabalho, de recursos humanos e das edificações. (CARVALHO, 2006, p. 26)

Em Barcelona, Espanha, em 1994 aconteceu um encontro que contou com a participação de mais de 300 representantes, entre governantes e organizações internacionais. Uma conferência Mundial para tratar, especialmente, das necessidades educativas especiais e o acesso dos portadores a uma educação de qualidade. (BRASIL, 1994).

Nessa Conferência discutiram sobre políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da educação inclusiva e a capacitação das instituições escolares para atendimento de todas as crianças, sobretudo, das crianças portadoras de necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994).

Como resultado dessa Conferência foi elaborada a Declaração de Salamanca. Declaração esta, que visa assegurar o direito a uma educação especial para aquelas pessoas com algum tipo de deficiência ou defasagem na aprendizagem por causa da mesma. A declaração de Salamanca ainda busca assegurar o acesso dessas pessoas nas escolas regulares, para assim tentar diminuir a discriminação social até então sofrida por eles.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

De acordo com a Declaração de Salamanca, todas as pessoas, independentemente de sua condição física, como membros da comunidade escolar, também têm o direito de participar das decisões políticas a respeito do seu processo educacional (BRASIL, 1994).

Conforme Sanfelice (2006, p. 35):

[...] mesmo nos limites estruturais em que vem ocorrendo à inclusão educacional, ela também acontece, muito provavelmente, para além das necessidades objetivas da lógica posta pela primazia do capital [...]. A inclusão educacional é obtida por segmentos sociais que se mobilizam com esta finalidade, talvez surpreendendo planos oficiais, planejamentos estratégicos, recursos previstos, [...], e enfim, implodindo uma certa política educacional conduzida pelo Estado. Esse conflito faz com que as relações sociais se movimentem por caminhos nem sempre desejados pelo capital ou pelo Estado, mas ainda assim é administrável (SANFELICE, 2006, p. 35).

No Brasil o primeiro documento a incorporar as intenções dos encontros internacionais foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº

9.394/1996), no qual o Brasil assumiu o compromisso da inclusão dos portadores de qualquer tipo de deficiência no sistema educativo.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

De acordo com a LDB nº 9.394/1996, a Educação Especial “é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político pedagógico da unidade escola” (BRASIL, 2001, p. 42).

O documento ainda estabelece que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 2001, p. 24). Dessa forma, fica claro que os alunos com necessidades educacionais especiais (física, mental, sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e hiperativos) devem ser acolhidos nas escolas regulares de ensino.

Conforme o artigo 58 da LDB/1996:

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996)

Com a criação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, por meio da Resolução nº 02/2001, houve um avanço na perspectiva da universalização do ensino e ao mesmo tempo um marco fundador ao que se refere à atenção para a diversidade existente na educação brasileira (BRASIL, 2013).

Em 2003, foi implantado pelo Ministério de Educação e Cultura um novo Programa de Educação Inclusiva que declarava o direito à diversidade e tinha como objetivo, “[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos”. (CARVALHO, 2013, p. 33). A partir da implantação desse Programa, os alunos com deficiência seriam inseridos nas classes comuns e receberiam atendimento igualitário e de qualidade.

Nesse sentido, a Educação Especial passa por outras inúmeras reformas, mas sempre almejando o mesmo objetivo de dar oportunidade aos alunos com deficiência de frequentar um sistema capaz de promover um ensino de qualidade para todos. O Marco Político legais da Educação Especial, no ano de 2004, confirma isso ao deixar explícito que: “[...] os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular”. (BRASIL, 2010, p. 14).

O Ministério de Educação, em 2007, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pelo Decreto nº 6.094/07. Esse plano estabelecia, dentro das diretrizes do compromisso de todos pela educação, “[...] a garantia do acesso e permanência, no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas”. (BRASIL, 2010, p. 17)

Na opinião de Pletsch (2011) durante o governo do presidente Lula, no período de 2003 a 2010, as políticas de educação inclusiva passaram por um processo de ampliação. Podem ser citadas as principais políticas inclusivas, a saber: o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

O Decreto Presidencial nº. 6.571/2008 (BRASIL, 2008), por sua vez, destaca o compromisso da união quanto ao apoio técnico e financeiro visando à implementação do AEE. Ao que diz respeito aos alunos, público alvo do AEE, que estejam matriculados na rede pública de ensino regular, tanto no âmbito Federal, quanto no Estadual e no Municipal (BRASIL, 2008). A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, além de instituir a inclusão da pessoa deficiente através de seu estatuto, assegura e promove, em condições de igualdade, “o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

Vale ressaltar que a Educação especial não vai substituir a educação comum. Ela oferecerá, sobretudo, um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deverá ser ofertado em todas as etapas, em todos os níveis e em todas as modalidades educacionais. Para que isso se concretize orienta-se que as escolas ofereçam esse Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2008).

As funções do AEE estão destacadas no art. 2º da Resolução nº 4/2009: “complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilidade de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminam as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009).

Conforme Braun e Vianna (2011), esse atendimento será voltado “às demandas de ensino de alunos com necessidades educacionais especiais, aqueles que apresentam durante sua escolarização aspectos peculiares e significativos quanto aos seus processos de aprendizagem”.

Ainda segundo as autoras, existe também a necessidade e a preocupação no que diz respeito à formação continuada do professor, no sentido de “favorecer as reflexões necessárias sobre o fazer pedagógico, principalmente para favorecer a elaboração de uma rede de saberes para ensinar o aluno, tanto em momentos específicos como no AEE, na sala de aula” (Braun; Vianna, 2012, p. 26).

Na declaração de Salamanca também ficou explícita a necessidade de repensar sobre a formação de professores especializados para trabalharem com as diferentes situações das necessidades específicas dos alunos.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas e especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 28).

Assim sendo, torna-se viável uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo principal de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito da escola regular.

Vale ressaltar que, não basta a constituição de uma política pública educacional bem elaborada, com conteúdo bem definido, para que a inclusão realmente aconteça. É antes de tudo, importante e imprescindível, saber trabalhar para que essa política aconteça, contemplando de forma efetiva todo o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se pertinente o fortalecimento da ideia de que a Educação Inclusiva merece destaque nas discussões acerca das políticas públicas educacionais brasileiras. A limitação de algumas habilidades sejam elas físicas ou cognitivas não pode se transformar em uma barreira para a aprendizagem de qualquer indivíduo.

Diante de tantas mudanças ocorridas no mundo atualmente, ainda é essencial para a aprendizagem o contato humano, a interação e o diálogo entre professor, família e aluno. É importante que o professor supere as formas tradicionais de ensinar, adote uma postura que ajude na superação das dificuldades dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem, visando sempre à aproximação destes, com aqueles ditos como alunos regulares. E que a família participe ativamente no intuito de ajustar seu ente querido ao convívio social coletivo, especialmente no que diz respeito à educação.

A pesquisa possibilitou um estudo da caracterização da política pública e de sua contextualização com a política educacional inclusiva. O estudo facilitou uma reflexão sobre diferentes documentos relevantes, que traduzem a inclusão em todos os níveis federativos, nacional, e internacionais, como por exemplo, a Declaração de Salamanca de 1994.

Foi possível compreender através do estudo que diferentes discursos relacionados às políticas de inclusão, propõem mais atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, visando uma educação de respeito às diferenças e valorização de suas habilidades.

Conclui-se que a inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente mais adequado e mais favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser

experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada.

.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 1989.

-----CNE. CEB. **Resolução n. 4, de 2 de outubro de 2009**, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Brasília: 2009.

_____. CNE. CEB. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008**, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394/96 e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253/2007. Brasília, 2008.

_____. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais/** Coordenação geral: SEESP/MEC; Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2003.

_____. **Gestão da Educação 2003-2010**. Brasília: MEC. Ano 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/>. Acesso em 14 de fev de 2020.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acessado em 13 fev. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marco Político-Legal da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2010.

BRAUN; VIANNA. **Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramento de um fazer pedagógico.** In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (org.) Educação Especial e Inclusão Escolar: Reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011

CARVALHO, A. R.; ROCHA, J. V.; SILVA, V. L. R. R. **Pessoa com deficiência na história: Modelos de tratamento e compreensão.** In **PEE. Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais. Pessoas com deficiência: aspectos teóricos e práticos.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca.** Salamanca/Espanha, 1994.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca – Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

Glat, R., & Blanco, L. de M. V. (2015). **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva.** In R. Glat (Org.), Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar (2a ed., pp. 15-3). Rio de Janeiro: Sette Letras.

GUERREIRO, E.M.B.R.; VILLELA, T.C.R. **A Legislação Educacional Brasileira de 1930 a 1961 com relação à Pessoa com Deficiência.** Revista HISTEDBR On-Line. Campinas, v. 13, n. 52, p. 183-197, 2013. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640237/779>. Acesso em 10 fev. 2020.

MAGALHÃES, Rita de Cássia B. P.; CARDOSO, Ana Paula L.B. **Educação Especial e Educação Inclusiva: conceitos e políticas educacionais.** In MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente. Brasília. Líber Livro. 2011. Cap. 1, p. 13-33.

PLETSCH, Márcia Denise. **A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010)**. In: Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, jan./abril, 2011, p.39-55.

_____, M.D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Editora NAU. Rio de Janeiro. 2014. p.15

SANFELICE, J.L. **Escola pública e gratuita para todos: inclusive para os "deficientes mentais"**. In: Cadernos CEDES. São Paulo: Cortez Editora, n.23, p.29-37, 2006.

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA VINCULADA NA GESTÃO DA QUALIDADE

Babilônia, Lucinda Maria Soares²

RESUMO

Nos dias de hoje o que mais se atenta nos serviços oferecidos é qual o grau de satisfação naquele atendimento. Entende-se que onde existem amparo e cuidados, existe também qualidade, porém sem controle e processo de avaliação continuo essa qualidade pode se perder. Qualidade é um assunto que faz toda diferença no cotidiano e tem um papel diferenciado na vida das pessoas tornando-se uma meta nas organizações/instituições. Este artigo aborda como a auditoria pode ser essencial na prática da qualidade, na assistência ao usuário e tem como objetivo ressaltar a importância da auditoria na área da saúde, nos serviços prestados pelas operadoras de planos de saúde e a preocupação no processo de atendimento, das práticas e conceitos da gestão da qualidade. A importância dos selos de qualidade e a diferença que isso resulta no cuidado. Realizou-se, portanto, uma pesquisa bibliográfica. Conclui-se que a auditoria é um processo crucial dentro de qualquer instituição de saúde devido ao seu papel de buscar as falhas e auxiliar nas correções dos processos de implementação e na diferença dos cuidados prestados aos usuários de saúde.

PALAVRAS-CHAVES: Auditoria. Qualidade. Controle de avaliação. ANS. ONA.

INTRODUÇÃO

A palavra qualidade vem ganhando destaque em praticamente tudo que se faz nos dias de hoje. A busca pelo perfeito e correto valorizam instituições e dão importância e reconhecimento a todo trabalho executado. Buscar qualidade no que se faz passa a segurança de trabalho bem feito e um bom atendimento.

A qualidade pode estar associada a um produto ou protocolo que vai de encontro às necessidades do cliente.

De acordo com Antunes (2015, p. 4):

O termo Qualidade ou Melhoria Contínua da Qualidade, nos conceitos mais modernos, é um fenômeno continuado de aprimoramento, que estabelece progressivamente os padrões, resultado dos estudos de séries históricas na mesma organização ou de comparação com outras organizações semelhantes, em busca do defeito zero, situação que, embora não atingível na prática, orienta e filtra toda ação e gestão da qualidade.

² Aluna do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública da Saúde da Faculdade Souza. farmunicipal@hotmail.com

Contudo pode considerar também como um método cultural e assim abrange a motivação, compromisso e educação das pessoas que participam, que são incitados a uma atuação por um longo período no desenvolvimento contínuo dos processos, padrões e dos produtos da entidade.

É importante entender que um sistema para ter um bom funcionamento precisa de uma avaliação sistemática e levantamento dos problemas buscando assim melhorias contínuas e no sistema de saúde isso é essencial, ouvir os problemas e tentar soluções na saúde auxilia em uma assistência mais comprometida com a população. Ou seja:

Entende-se Qualidade como um processo dinâmico, ininterrupto e de exaustiva atividade permanente de identificação de falhas nas rotinas e procedimentos, que devem ser periodicamente revisados, atualizados e difundidos, com participação da alta direção do hospital até seus funcionários mais básicos (ANDRADE et al., 2015, p. 3).

Segundo muitos estudiosos entendem que a qualidade sempre caminhou junto das atividades de organizações de saúde, já que o propósito dos seus serviços é a prevenção, promoção, proteção e reabilitação dos indivíduos. Benigno (2020), afirma também que para o desenvolvimento de uma política de qualidade em uma organização de saúde, faz-se necessário o conhecimento das diretrizes e estratégias institucionais. O desafio é planejar de maneira mais adequada as necessidades da organização, desde um pequeno programa interno até uma avaliação externa embasada em conceitos internacionais. A introdução de programas de qualidade nas organizações hospitalares é uma estratégia administrativa para uma assistência livre de danos ao usuário.

Sabe-se que muitos cuidados não são realizados de forma eficaz e satisfatória, portanto a auditoria tem como papel auxiliar nesse processo tanto nas instituições como para os usuários dos serviços de saúde. A gestão da qualidade consiste em uma estratégia de administração, sendo o objetivo criar uma consciência de qualidade com um método de planejamento, organização e liderança. A auditoria na área da saúde tem como função assegurar a qualidade e o controle no processo ou instituição (BARRETO; LIMA; XAVIER, 2016).

Por meio da auditoria, os problemas na instituição e em suas atividades podem ser identificados precocemente, sendo possível evitar problemas futuros ou até mesmo intervir para solucionar problemas existentes. A auditoria permite que um processo de avaliação humana determine se os colaboradores da instituição estão cumprindo os critérios e normas estabelecidos e padronizados pela instituição, além de avaliar o grau de comprometimento desses padrões.

Entretanto essa postura em valorizar a qualidade já é uma realidade entre alguns profissionais e em algumas instituições de saúde. É preciso entender que é importante que todos os profissionais além de padronizar cuidados compreendam a importância dessa atividade para ações específicas em prol da melhoria da qualidade no serviço. Cuidados em desacordo com os

padrões aceitáveis podem gerar graves consequências colocando em risco além da qualidade a vida do usuário de saúde (DAFT, 2017).

É importante ressaltar que a qualidade em assistência nos cuidados em qualquer instituição mostra ao usuário do serviço que seu bem-estar e sua segurança estão em primeiro lugar e com isso a chance de crescimento e reconhecimento da instituição eleva seus padrões de excelência. Uma qualidade com êxito requer, além de comprometimento, um conhecimento aprofundado sobre a realidade dos serviços oferecidos com o propósito de identificar os pontos positivos e negativos. Quando se refere à auditoria é importante ter em mente qual seu significado e qual a importância que se refere nos cuidados assistenciais:

De acordo com Gonçalves et al. (2012), auditoria é um método que consiste na aferição da maneira pela qual os cuidados são prestados pela equipe, com base em padrões determinados e estipulados e de acordo com a realidade que se quer avaliar.

Ou seja, estipular padrões assistenciais é de suma importância para a segurança do serviço prestado, e auditar essas atividades caracteriza uma forma de auditoria, portanto "diante desse contexto, a auditoria como profissão tem como objetivo, entre outros, ser uma ferramenta de análise e avaliação para atender às grandes empresas que surgiram" (SOUZA et al., 2019, p. 5).

Trata-se de uma revisão bibliográfica que buscou apresentar a revisão acerca dos artigos sobre a importância da auditoria vinculada na gestão da qualidade. Este método de pesquisa consiste na construção de uma vasta análise da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, além de reflexões sobre a realização de futuros estudos.

A pesquisa direcionará o foco para uma perspectiva dos métodos qualitativos. Os quais segundo Fachin (2017), pode ser definido como a que se fundamenta principalmente em análise, pela não utilização de instrumental estatístico de análise de dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permite atribuir-lhe cientificidade.

Para se atingir os objetivos propostos foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico da literatura existente de caráter descritivo com seleção dos artigos originais e de revisão além de livros pertinentes ao estudo.

Foram utilizadas para busca ativa as bases de dados *Scielo*, *Lilacs Bireme* e *Dedalus*.

Como critério de inclusão de artigos para a revisão da literatura pretendida, estabeleceu-se como critérios: artigos publicados em revistas científicas, descritores e publicações entre os anos de 2000 a 2016 devido à escassez de artigos relacionados ao assunto e uma bibliografia, como exclusão artigos incompletos e de acesso restrito. Como palavras-chave utilizaram-se: Auditoria. Qualidade. Controle de avaliação. ANS. ONA.

As informações dos artigos selecionados foram sumarizadas em uma ficha de extração de dados denominada "Identificação e descrição do conteúdo do artigo" que assinala os seguintes itens: tema, título, autores, fonte da publicação, estudo número, finalidade/objetivo, coleta de dados/tipo de pesquisa, análise dos dados, resultados/discussão e conclusões/recomendações.

ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

Os primeiros fatos históricos sobre a administração são datados do início da Revolução Industrial no século XVIII, mas com um processo de desenvolvimento industrial ainda muito rudimentar, desta forma as teorias da administração foram redescobertas mais tarde, no século XIX, pelo chamado Pai da Administração Científica: Frederick W. Taylor (1856-1915). A administração não era vista como algo a ser treinado, mas sim uma espécie de dom, habilidade, a qual já se nascia com ela. Com a industrialização, teve-se a necessidade de se ter gerentes treinados e de teorias sobre a administração (FURUKAWA; PITANGA; MIRANDA, 2018). Assim tiveram vários autores que propuseram várias teorias, formando pilares para evolução e desenvolvimento da ciência da administração. E a administração ou gestão hospitalar, segue esses princípios propostos pela TGA - Teoria Geral da Administração.

Em sua obra, Daft (2017), relata que a origem do hospital vem do latim *hospitallis* que significa hóspede, estrangeiro, conviva, viajante. Os termos *hospital* e *ospedale* nasceram do primitivo latim e se difundiram por diversos países. Nos primórdios da Era Cristã, a terminologia mais utilizada relacionava-se com o grego e o latim, sendo que "hospital" tem hoje a mesma visão de *nosocomium* (lugar de doentes, asilo de enfermos) e *nosodochium* (entrada de doentes).

O exercício da prática médica na civilização assírio-babilônica é comprovado por alguns documentos e fatos: a biblioteca de Nínive, continha peças de argila, apresentando, em escrita cuneiforme, textos (de ou para) médicos, documentando tal atividade desde 3000 a. C. Da mesma forma, o código de Hamurabi (2250 a. C.) regulamenta a atuação, a remuneração e os castigos pela negligência médica. Porém, nada restou que permitisse saber onde e como essas atividades eram exercidas, pagas, fiscalizadas ou julgadas (MALAGÓN-LONDOÑO; LAVERDE, 2018, p. 07).

As bibliografias relatam o início das práticas médicas. Quanto aos hospitais, não se sabe ao certo onde e como surgiram os primeiros. Mesmo não havendo menção a hospitais, surgem leis civis e religiosas que recomendam dar hospitalidade e facilitar o auxílio a doentes. O advento do Cristianismo traz uma nova visão humanística, alterando a organização social e as responsabilidades do indivíduo. Nasce então daí um novo conceito de assistência aos mais necessitados, mantidos pelos cristãos. Para Morais & Burmester (2014), o fato da administração dos hospitais e de outras instituições de atendimentos ter passado para as autoridades municipais não significa que o clero tivesse abandonado totalmente essas atividades ao longo dos séculos XIII a XVI. Administração hospitalar é o conjunto de princípios e atividades que envolvem o planejamento,

organização, direção e controle das ações praticadas por gestores de instituições de saúde das redes públicas e privadas. Independentemente do tipo de organização, as funções estão correlacionadas com os conceitos universais de administração.

Segundo Morais & Burmester (2014), as organizações hospitalares são prestadoras de serviços e diferem das produtoras de bens, caracterizando-se pela intangibilidade (ausência de aspectos físicos que não permitem um exame prévio da aquisição do serviço), pela inseparabilidade (consumo que não pode ser separado dos seus meios de produção), pela variabilidade (corresponde ao não estabelecimento de padrões rígidos de desempenho, pois o serviço de saúde, ao mesmo tempo em que é produzido é consumido) e pela perecibilidade (serviço de saúde que não pode ser estocado, pois é preciso administrar a demanda em função da oferta).

A história dos hospitais demonstra que não havia condições de eles serem administrados como uma organização empresarial. A profissionalização surgiu, então com a criação das entidades mantenedoras de hospitais e, daí, surgiu uma nova instituição.

Segundo Ribeiro & Silva (2017), os cenários do Mercantilismo e da Revolução Industrial mudaram completamente o papel do hospital, na medida em que o aceleração do processo produtivo cobrava níveis de produtividade do trabalho cada vez maiores, ao mesmo tempo em que as precárias condições de trabalho afetavam a saúde dos trabalhadores. O aumento dos gastos com procedimentos de saúde, a incorporação de tecnologias médicas cada vez mais caras e o domínio da indústria farmacêutica em escala global criaram as condições para colocar as entidades hospitalares no centro da perspectiva do controle gerencial.

Uma entidade hospitalar, agora concentrando os meios necessários para a produção de diagnósticos, assume uma dimensão que implica, necessariamente, gerenciamento que redunde na utilização eficaz dos recursos representados em equipamentos, infraestrutura e conhecimento técnico especializado (RIBEIRO; SILVA, 2017).

Para qualquer entidade hospitalar, independentemente de sua natureza pública, privada ou filantrópica, deve desejar que o fruto de seu trabalho, durante um período de tempo qualquer, seja suficiente para remunerar todos os fatores envolvidos. O processo de eficácia contempla satisfação do cliente (o sucesso de uma entidade hospitalar é função de sua capacidade de produzir o maior número possível de pessoas satisfeitas), produtividade (fazer mais com menos recursos) e continuidade (as entidades hospitalares são feitas para durar).

As instituições hospitalares não estão à margem das transformações sociais, pois essas mudanças têm forçado os hospitais a adotarem modelos de gestão que ofereçam respostas condizentes e imediatas às demandas da população. Este ambiente em constante mutação impõe a necessidade do pensamento e da ação transformadora que as empresas de saúde precisam processar (SCARPARO; FERRAZ, 2015).

O gerenciamento na área de saúde é mais complexo do que em qualquer outro tipo de organização. As teorias e as práticas administrativas são instrumentos relevantes para que

possa compreender o ambiente organizacional. Importante destacar os vários processos que são submetidos às organizações, para que possam ser discutidos, analisados e reformulados, com a finalidade de não se tornarem ultrapassados pelas rápidas mudanças em que o mundo vem atravessando (SCARPARO; FERRAZ, 2015, p.23).

O planejamento estratégico no contexto de saúde de acordo Gonçalves et al. (2012), possui algumas características particulares, caracterizando-se por uma orientação mais dirigida à comunidade que aos prestadores de serviços, além de estar mais preocupado com a necessidade dos pacientes do que com os serviços prestadores querem oferecer. Tendo como variáveis, planejamento no setor de saúde, volume de atendimentos, configuração da demanda, perfil dos profissionais, a tecnologia existente e os equipamentos e serviços disponíveis.

O PAPEL DA AUDITORIA NOS PROCESSOS DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE

Segundo Scarparo & Ferraz (2015), a função da auditoria, está relacionada especialmente à constatação de pagamento de contas hospitalares, revendo glosas por meio da preparação de relatórios técnicos e ocorrendo negociações entre junta do hospital e de convênios. No futuro, associado à primeira finalidade, a finalidade será mostrar inadequações da assistência, refazendo suas técnicas, recomendando processos de educação em serviço e apresentando ações corretivas.

Ainda de acordo Scarparo & Ferraz (2015), outro ponto de vista em comum entre os artigos avaliados é a auditoria ser vista como um método educativo. A auditoria é tida como processo educativo que oferece significativos subsídios para a implantação e gestão de uma assistência mais segura, rápida, criativa, eficaz. Os serviços de auditoria devem realizar um trabalho proativo objetivando a diminuição dos desperdícios com remédios e materiais, é importante à reavaliação das rotinas e implantação de programas de treinamento para percepção da equipe quanto à gravidade dos recursos financeiros do hospital. Adotando a mesma linha de pensamento, tem como objetivo ações de educação frequente sobre os registros para a redução dos problemas com as anotações.

À medida que uma organização cresce, junto com ela cresce também a sua complexidade. Quando as questões financeiras e custos começam a interferir é sinal de que algo precisa ser feito. O primeiro passo é implantar uma auditoria para que essa análise e relate as falhas e conseqüentemente apresente soluções para as mesmas. Até mesmo por se tratar de organização que é caracterizada por lidar diretamente com vidas e em sua maioria, debilitadas.

Esse fato é bem relatado por Ribeiro & Silva (2017, p. 24):

Na medida em que questões de finanças e custos interferem nos procedimentos dos profissionais de saúde e de apoio à saúde e, por extensão, na vida do hospital, é importante conceber uma estrutura organizacional que torne adequados os vários conceitos, antes vivenciados em ambientes industriais e de prestação de outros serviços agora para um ambiente onde as questões de vida e da saúde de seres humanos são a essência de tudo.

O elo formado entre a área de saúde com o apoio administrativo se efetiva no

cumprimento da gestão e planejamento. A instituição deve ter um quadro gerencial muito bem desempenhado para que o controle gerencial de confirme. Tendo em vista que é responsável pela maior parte dos custos hospitalares, a auditoria tem por finalidade suprir a necessidades do controle de gestão dos procedimentos.

As principais finalidades da auditoria são identificar as áreas deficientes dos serviços, fornecendo dados concretos para que as decisões sejam tomadas em relação ao remanejamento e aumento de pessoal, possibilitando, conseqüentemente, melhoria do cuidado (RIBEIRO; SILVA, 2017, p. 12).

O serviço de auditoria sempre esteve associado ao controle administrativo e financeiro das organizações. Entretanto, a auditoria deve ser considerada também como uma atividade educativa assim os profissionais precisam promover ações enfatizando as causas que levaram ao erro ao invés de buscar apenas o responsável pela falha.

O PAPEL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS)

Após a Revolução Industrial no século XVII, houve uma grande necessidade de obter uma eficiência nos controles financeiros das organizações de saúde, percebeu-se então que a pratica de inspecionar tornou-se essencial para um acompanhamento mais qualificado na assistência.

O primeiro relato de auditoria na área da saúde ocorreu em 1918 nos EUA, porém somente a partir da década de 1980 assumiu seu papel nas instituições de saúde, e em 1990, no Brasil, o exercício da auditoria em saúde assume seu lugar através da Lei Orgânica da Saúde, nº 8.080, que estabeleceu a necessidade de criação do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) em 1993 (SOUZA et al., 2015, p. 6).

Logo após foi criada a Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS) com a finalidade de ser um órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização tanto para resolução de conflitos e problemas das organizações de saúde como aos usuários realizados pelos serviços de saúde para auxiliar na segurança do amparo à saúde suplementar. Ou seja:

A ANS foi criada com autonomia orçamentária e decisória e assemelha-se às demais agências reguladoras federais quanto à estrutura organizacional e autonomia. Sua criação significou um importante passo na regulação do mercado, revelando diversos abusos das operadoras contra os clientes e ampliando o papel de regulação e controle da assistência (MENDES; MIRANDOLA, 2015).

Isso significou um avanço, pois com a sua criação tanto os usuários de saúde quanto as instituições prestadoras de serviço, passaram a ter um órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização para o qual poderiam reportar seus problemas e conflitos e que auxiliaria na garantia à assistência suplementar à saúde.

OS DIZERES DA LEI Nº9. 656/1998

A Lei nº 9.656/1998 atua no mercado para auxiliar a padronização dos processos em auditoria e tem como pauta a ampliação de cobertura assistencial, o ressarcimento ao SUS, o registro das operadoras o acompanhamento de preços pelo governo, a obrigatoriedade da comprovação de solvência pelo governo, reservas, técnicas, a permissão para a atuação de empresas de capital estrangeiro, dentre outras. Entretanto pode-se ressaltar que ainda ocorrem algumas divergências na regulação em relação à auditoria (BARRETO; LIMA; XAVIER, 2016).

O papel da regulação tem como objetivo corrigir e as falhas do mercado de saúde suplementar, procurando manter as informações claras e uniformizadas aos clientes, operadoras e provedores dos serviços, diminuindo assim os riscos por parte das empresas de planos que preferem propiciar cobertura aos riscos “lucrativos” e por parte de clientes, que tendem a adquirir seguros/planos, devido a problemas de saúde pré-existentes sem sua devida informação.

CONCEITOS DE AUDITORIA E SUAS CARACTERISTICAS

A auditoria é parte de um conjunto de técnicas que avaliam processos e seus resultados dentro de uma instituição. Ela garante que usuários tenham, além de qualidade em seus serviços, um preço justo nos valores cobrados pelos prestadores e suas operadoras.

Existem atualmente, várias formas de auditorias dentro de instituições tanto na área da saúde como industriais. O importante é que todas elas tenham como objetivo identificar os problemas, programar as formas corretas de resolutividade e finalmente atender as necessidades de ambos. Atualmente trabalha-se com alguns tipos de auditoria. Tratando-se de Auditoria de Qualidade pode-se classificá-la como retrospectiva ou operacional. A retrospectiva consiste em uma revisão sistemática de dados provindos de prontuários de pacientes, após sua alta da instituição/unidade. Já a operacional, tem a função de verificar como se processa o cuidado “in loco”, por meio da observação direta, da entrevista informal/formal e, também, da análise de documentos (PADILHA; MATSUDA, 2016).

Pode-se classificar também no que se refere à forma de intervenção, a Auditoria interna ou externa. A interna tem como finalidade uma avaliação mais acurada, feito por uma pessoa da instituição, favorecida pelo fato do auditor entender a estrutura administrativa, a cultura organizacional, as metodologias e as metas do serviço avaliado. A auditoria externa, como o nome diz, é desempenhada por indivíduos de fora da instituição, que não têm qualquer ligação ou dependência administrativa para com ela, nem envolvimento afetivo com os indivíduos, e isso pode ser mais eficiente, pois permite recomendações finais mais críticas e sensatas acerca dos resultados observados (PADILHA; MATSUDA, 2016).

A auditoria também pode ser classificada ainda quanto aos tipos:

- a) auditoria analítica: É o conjunto de procedimentos especializados para análise de relatórios, processos e documentos, tem como objetivo avaliar se os serviços ou sistemas de saúde atendem às normas e padrões previamente definidos”.

- b) auditoria operativa: É a averiguação de procedimentos e documentos correlacionados as condições legais e normativas que regimentam o SUS/Operadoras de Saúde (OPS) e as atividades referentes à área de saúde, através do exame direto dos casos, documentos e circunstâncias (MENDES; MIRANDOLA, 2015).

CLASSIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DA AUDITORIA

Quando à execução, a auditoria pode ser classificada: auditoria prospectiva ou auditoria prévia: possui caráter preventivo no qual procura identificar episódios de alarme para evitar problemas. Está ligada ao setor de liberação de metodologias ou guias das operadoras de planos de saúde (SOUZA et al., 2019, p. 74).

Auditoria concorrente: acontece no período um método ou episódio e possui o propósito de auxiliar a realização das operações e assegurar a qualidade da mercadoria. É executada quando o paciente até então se acha hospitalizado ou em auxílio ambulatorial. Consegue tornar-se comedida de quatro maneiras: um julgamento comedido pelo paciente e sua família a fim de apurar sua ideia acerca da cooperação prestada; pela entrevista do funcionário depois a prestação do cuidado; pelo exame do paciente e debate com as indispensabilidades levantadas e pela verificação das operações a serem executadas pelos profissionais (SOUZA et al., 2019, p. 75).

Auditoria de liberação: possui o propósito de assessorar na liberação de metodologias médicos solicitados, sem que gere nenhuma irregularidade de liberação pela operadora. É de autoridade dos auditores médicos e exige conhecimento técnico e integrado da carreira. Esse serviço de auditoria de liberação é caracterizado pela verificação do profissional, para detectar carências contratuais, coberturas, conferência de códigos de metodologias para apurar compatibilidade com diagnóstico, conferência de CRM, dentre outras operações.

ONA - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE ACREDITAÇÃO – UM SELO DE ACREDITAÇÃO

Em 1989 deu-se início um serviço na região hospitalar em toda América Latina, pela Organização Mundial de Saúde, no qual o fundamental assunto abordado era qualidade na cooperação. A Acreditação ocorreu a tornar-se entendida como elemento pertinente para desencadear e defender ações de qualidade nos trabalhos de saúde. O método qualidade possuía como propósito incentivar em todos os profissionais envolvidos uma modificação de costumes para o implemento objetivos claras e mobilização constante para segurança de um cuidado de qualidade na atenção médica.

De acordo com Antunes (2015, p. 35) a Organização Nacional de Acreditação (ONA) tem como missão:

Realizar a promoção para um processo de Acreditação, visando aprimorar a qualidade da assistência na área da saúde no Brasil. Ela é responsável pelo estabelecimento de padrões, normas e pelo monitoramento do processo de Acreditação realizado pelas instituições acreditadoras. Ela foi criada em maio de 1999, e trata-se de um órgão regulador e

credenciador do desenvolvimento da melhoria da qualidade da assistência à saúde no âmbito nacional.

As empresas que são responsáveis pelo selo de qualidade hospitalar são instituições acreditadoras de direito privado pela ONA, onde desenvolvem um trabalho criterioso, auditando registros de prontuários e em alguns casos conversando com pacientes ouvindo seus relatos sobre a instituição. Sabe-se que exemplo de manual da ONA emprega três estados de modelos de avaliação que vão do mais simples ao mais complexo, além dos critérios que precisam ser cumpridos por todos os setores para que seja acolhida a concordância institucional. Os critérios são avaliados e verificados durante a visita dos avaliadores "*in loco*". O grupo normalmente é formado por enfermeiro, médico e administrador que, depois, elaboram o parecer avaliativo. O resultado é visto na prática através das mudanças observadas no estado de saúde do paciente sendo que o nível de qualidade e o grau de contentamento são influenciados pela qualidade técnico-científica dos profissionais, tipo de atendimento, acesso e organização dos serviços (ANTUNES, 2015).

PADRÕES DE AVALIAÇÃO DA ACREDITAÇÃO (ONA)

Frente a isso se pode evidenciar abaixo os padrões de avaliação da acreditação como:

Nível 1: Tem como princípio a Segurança com o intuito de identificar os riscos específicos e os gerenciar com foco na segurança do paciente; atende aos requisitos formais, técnicos e de estrutura para a sua atividade conforme legislação correspondente; é o primeiro requisito a se adequar para obtenção do selo.

Nível 2: Seu princípio está vinculado no alinhamento dos processos e/ ou organização como um todo. Possui um programa de educação continuada voltado para melhoria e gerencia os processos e suas interações.

Nível 3: Último e não menos pertinente, o nível 3, possui como princípio a nobreza na administração propondo as implicações adquiridas por meio das novidades e avanços praticados. Emprega visões de medida organizacional, apuradas às estratégias e correlacionadas aos números de atuação dos procedimentos; dispõe de metódica de símbolos com referenciais exteriores importantes, bem como destaques de tendência adequado para indicadores (KEMPFER; SEBOLD; MARTINI, 2014).

Considera-se um estabelecimento de saúde acreditado, aquele que se encontra em conformidade com os padrões estabelecidos pela acreditação e pressupõe-se que sua assistência é de qualidade elevando assim seu nível de reconhecimento e sua imagem torna-se melhorada diante da opinião pública, fortalecendo sua confiança diante da comunidade. É importante ressaltar que a acreditação hospitalar não é imposta pelo governo e sim solicitada pelo próprio hospital ou instituição de saúde e caso a instituição não seja aprovada no processo, poderá ser solicitado uma nova visita após um ano.

Existem no mercado empresas que trabalham com um tipo de auditoria prévia, ou seja, que antecede as visitas das auditorias oficiais para garantia

dos selos de qualidade, com a responsabilidade de levantar os problemas existentes na instituição gerando assim um relatório que pode ser usado para corrigir os problemas no momento que antecede a visita certificadora, com isso a chance de se obter um selo de qualidade sem a reprovação torna-se muito maior (ANDRADE et al., 2015).

O manual brasileiro de acreditação hospitalar proporciona uma base para que o processo de acreditação se torne alinhado e para que o estabelecimento tenha padrões a serem seguidos, desenvolvidos e aprimorados. Priorizar os desejos dos clientes superando suas expectativas torna-se um diferencial para as organizações, assim como um atendimento de forma confiável, acessíveis e seguro no tempo certo, buscando alcançar os resultados desejáveis pelas empresas e encantando aqueles que usam o serviço/ produto.

Ao falar sobre acreditação ou selo de qualidade, tem-se o entendimento de que naquela instituição pode-se um serviço rico em qualidade e excelência, já que o usuário, com o passar do tempo, torna-se cada vez mais exigente com a sua saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto que a importância da auditoria nas instituições está visivelmente associada à qualidade na assistência e na prestação de serviço de saúde sendo de suma importância para credibilidade, segurança e confiança do usuário, ajudando uma organização a atingir seus objetivos com uma forma de abordagem para melhorar a efetividade das instituições. Portanto a conquista por um selo de qualidade é um trabalho árduo porém promissor ao final de sua conquista. Incentivar funcionários e mostrar a importância dessa qualidade faz com que o trabalho se torne mais valorizado tanto pelo usuário como pelo funcionário. A auditoria consiste na avaliação sistemática, que compara a qualidade da atenção oferecida e realizada, com a qualidade idealmente desejada, realizada com a forma correta de auditoria de cada situação, obedecendo às normas e critérios previamente estabelecidos. A auditoria permite que as melhorias sejam obtidas e mantidas ao longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, L. M. **Implantação do processo de Acreditação baseado no manual das organizações prestadoras de serviços hospitalares da ONA**. 2015,102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

ANDRADE, F. M et al. Acreditação e a busca pela qualidade assistencial: uma revisão integrativa. **Revista Digital**. Buenos Aires, v. 18, n. 169, p. 15-47, 2015.

BARRETO, J. A.; LIMA, G.; XAVIER, C. F. Inconsistências das anotações no processo de auditoria. **RECOM**, v. 6, n. 1, p. 2081-2083, 2016.

BENIGNO, Antônia Thays. **O processo de acreditação hospitalar**: uma revisão integrativa. 2020, 22 f. Tese (Mestrado) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

DAFT, R. **Administração**. 12. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FURUKAWA, M. S.; PITANGA, F. S.; MIRANDA, M. Auditoria e tomada de decisão no controle da qualidade da assistência. **Rev. Interdisciplin. Promoç. Saúde**, v.1, n. 3, p. 214-220, 2018.

GONÇALVES, E. L. et al. **Gestão hospitalar**: Administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2012.

KEMPFER, S.; SEBOLD, L. F.; MARTINI, J. G. **Auditoria**: instrumentos para a prática do cuidado. Curitiba: CRV, 2014.

MALAGÓN-LONDOÑO, G.; LAVERDE, G. **Gestão Hospitalar**: para uma Administração Eficaz. 4. Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2018.

MENDES, G. H.; MIRANDOLA, T. B. Acreditação hospitalar como estratégia de melhoria: impactos em seis hospitais acreditados. **Gest. Prod.**, v.22, n. 3, p. 636-648, 2015.

MORAIS, V. M.; BURMESTER, H. **Auditoria em saúde**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PADILHA, E. F.; MATSSUDA, L. M.; **Qualidade dos cuidados em terapia intensiva: avaliação por meio de auditoria operacional**. 2016, 168 f. Tese (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, PR, 2016.

RIBEIRO, B. S.; SILVA, M. C. Auditoria e sua importância no ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. **Rev. Enfermagem da Faciplac**, v.2, n. 2, p. 1-25, 2017.

SCARPARO, A. F.; FERRAZ, C. A. Auditoria: identificando sua concepção e métodos. **Rev. Bras. Enferm**, v. 68, n. 10, p. 302-5, 2015.

SOUZA, M. O. et al. A percepção sobre a auditoria no âmbito hospitalar. **Enferm Bras**, v. 18, n. 6, p. 737-742, 2019.

A RELEVÂNCIA DA LIDERANÇA NO CONTEXTO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E EMPREENDEDORA

Prado, Aline Tatyane³

RESUMO

Este artigo aborda a liderança nas organizações que tem se tornado fundamental na busca de resultados positivos, frente a um mercado cada dia mais competitivo. Quanto melhor a forma de liderar, melhores resultados a empresa terá, e quem vai determinar a direção é o líder, que tem um papel relevante na busca dos resultados esperados. Neste contexto, este estudo teve como objetivo analisar a partir de uma revisão bibliográfica, a relevância da liderança no contexto da gestão estratégica e empreendedora. Concluiu-se que, o líder tem papel fundamental, para determinar a direção e conduzir sua equipe na busca de resultados positivos. Isto ocorrerá a partir do momento que ele conseguir, influenciar seus colaboradores, motivando-os de forma que trabalhem juntos e comprometidos a atingir os objetivos da empresa. Concluiu-se também que, o líder ao assumir o cargo, precisa de qualificações necessárias para a função, pois as organizações buscam profissionais com grandes habilidades em gestão, focados em resultados e com uma intuição aguçada e inovadora. Portanto, uma liderança que seja eficaz para a empresa, renderá uma grande produtividade de seus funcionários, gerando resultados satisfatórios para todos os envolvidos, e automaticamente o líder estará obtendo cada vez mais respeito de seus colaboradores.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Gestão Estratégica. Liderança. Eficácia.

INTRODUÇÃO

Observa-se que os estudos referentes ao empreendedorismo e a estratégia empresarial caminham juntos, apesar de que cada um possui um foco diferente que os levam para o mesmo propósito que é o sucesso, ou seja, de conseguirem competir com seus correntes, criando valores por meio destas ações empreendedoras e estratégicas que deverão ser realizadas por um líder competente e seus colaboradores.

Atualmente as organizações se apresentam mais exigentes, no que diz respeito ao líder, os colaboradores e a forma de liderança. Está sendo exigida do líder uma liderança eficaz, ou seja, uma liderança que traga resultados mais que positivos, os quais beneficiarão todos os envolvidos neste processo.

³ Aline Tatyane do Prado. Graduada no curso de tecnologia em negócios imobiliários.

alinetatyane@hotmail.com

A liderança consiste em uma série de ações ou funções que uma pessoa realiza ou desempenha para provocar mudanças relacionadas à atitude da equipe que lidera, a liderança pode ser aprendida, mas é importante que a atitude de um líder seja bem elaborada para que ele não perca a sua autonomia, principalmente nestes tempos modernos em que a atuação do líder se torna muito importante para o desempenho eficaz de uma equipe de trabalho. Mas, para isso terá que demonstrar suas habilidades a ponto de conseguir conquistar sua equipe, motivando-os para que sintam os protagonistas das transformações na organização.

A escolha do tema justifica-se em poder demonstrar como a liderança é um fator decisivo para todas as organizações, pois liderar não é apenas ordenar, distribuir tarefas, é conquistar tratando-as como pessoas humanas e fazer com que se sintam valorizadas. Visto que a liderança dentro da organização é entendida como a capacidade de um líder guiar sua equipe a atingir as metas estabelecidas, influenciando-os a trabalhar unidos, formando uma equipe única. Neste sentido, este estudo se torna relevante, e espera-se que sirva de contribuição para estudos futuros.

A metodologia aplicada ao estudo foi a Pesquisa Bibliográfica, realizada por meio de livros, sites, artigos eletrônicos periódicos e revistas, onde foram coletados vários artigos relacionados ao tema que serviram de base para seu desenvolvimento. O início do artigo se deu abordando sobre o empreendedorismo e as estratégias. Contemplando no capítulo seguinte a liderança e sua relevância para as organizações mencionando os tipos e também o perfil do líder.

EMPREENDEDORISMO E ESTRATÉGIAS

Para melhor entendimento sobre a importância do líder no contexto deste estudo, se torna relevante apresentar alguns conceitos relacionados aos termos empreendedorismo e estratégias que envolvem vários fatores determinantes para obtenção do sucesso da empresa.

O empreendedorismo é o fator determinante para obtenção de sucesso. Ser capaz de detectar oportunidades, avaliar riscos, escolher colaboradores capacitados e delinear planos de ação efetivos são algumas habilidades fundamentais ao empreendedor, mas a característica básica desse profissional é o espírito criativo e pesquisador, por meio do qual se mantém em constante busca por novos caminhos e soluções, sempre amparado na identificação das reais necessidades das pessoas e da empresa como um todo (SCARAMUZZA & BRUNETTA, 2009).

Barreto (1998) define o empreendedorismo como: "Habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou do quase nada, Fundamentalmente, o empreender é um ato criativo". (BARRETO, 1998, p. 75). Para Dornelas (2008, p. 22) é "[...] o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de idéias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso". O mesmo autor complementa com a seguinte frase, "O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a revolução industrial foi para o século XX"

(DORNELAS, 2001, p.19).

O empreendedor é o indivíduo que faz acontecer, enxerga somente oportunidades para fazer negócios, está sempre otimista, acredita que tudo que imagina pode ser realizado, implementa e acompanha o desenvolvimento do empreendimento. O empreendedor tem que gostar muito do que faz. Dornelas (2001) comenta a respeito:

Os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado. (DORNELAS, 2001, p.19).

O perfil do empreendedor está relacionado à forma comportamental frente a uma situação. O empreendedor de sucesso possui características extras, além dos atributos pessoais que, somados a características sociológicas e ambientais, permitem o nascimento de uma nova empresa. De uma idéia, surge uma inovação, e desta uma empresa (DORNELLAS, 2001). Para Rascão (2012, p. 3) "O empreendedor identifica e aproveita oportunidades que os seus concorrentes ainda não identificaram ou estão pouco exploradas".

Verifica-se, portanto, que existem pessoas que já possuem um perfil empreendedor, desde jovens, e isso é muito importante, pois são pessoas que através de suas atitudes inovadoras darão oportunidades a outras para aprender e crescer dentro de um empreendimento.

SOBRE AS ESTRATÉGIAS

Segundo a literatura existem diferenças no contexto das estratégias e sua formulação, são apresentados três tipos de estratégias: a estratégia corporativa, a estratégia do negócio e a estratégia funcional (RASCÃO, 2012). O mesmo autor explica cada uma:

A estratégia corporativa (nível de grupo econômico), que define quais os negócios da empresa e como todas as suas atividades estão estruturados e são geridas;

A estratégia do negócio (nível de empresa) que se preocupa com a criação de vantagens competitivas em cada uma das empresas do grupo – nível de produto ou unidades estratégicas de negócio;

A estratégia funcional (nível de área de responsabilidade) – exemplo: a estratégia de marketing, a estratégia de recursos humanos, a estratégia de investigação e desenvolvimento (RASCÃO, 2012, p. 5).

Compreende-se que no contexto das gestões, o mesmo autor contempla que foram grandes as contribuições do empreendedorismo e a gestão estratégica, mesmo tendo cada qual seu "foco diferente ambos estão inevitavelmente relacionados e são muitas vezes uma forma complementar do outro" (RASCÃO, 2012, p. 2). Concluindo, Franco (2014, p. 13) observa sobre o perfil do líder que busca atingir seus objetivos por meio de uma gestão empreendedora, mas para que consiga, "precisa estar em contato direto com os colaboradores, participando junto dos trabalhos desenvolvidos e proporcionando oportunidade para que esses trabalhadores

também desenvolvam um perfil empreendedor”. Baseando-se nas palavras da autora acima, a seguir será contemplado sobre a liderança e seus estilos e os benefícios trazidos por ela para os colaboradores internos e para a organização.

A LIDERANÇA

A liderança é um fator essencial e de extrema necessidade às organizações, em todos os seus departamentos, sendo um fenômeno que chama a atenção dos envolvidos devido à natureza e comportamento humano, que levam algumas pessoas a terem sucesso como líder, dessa forma, a liderança é um processo de persuasão onde um indivíduo induz um grupo na busca por objetivos, e este necessita conhecer e saber direcionar as pessoas em conquistar um excelente desenvolvimento.

Na opinião de França (2006), a liderança é um processo que se estabelece relações de influência entre as pessoas onde uma pessoa consegue alterar as atitudes ou comportamentos dos outros. Este processo é composto pelos líderes e seus liderados.

O processo de liderança se verifica em infinitas situações: na família, na escola, no esporte, na política, no trabalho, no comércio, na vida pública ou em espaços privados. Ao observar o processo de liderança em qualquer dos espaços sociais, nota-se que toda pessoa é capaz de exercer influência sobre as outras e, portanto, todos são potencialmente líderes (FRANÇA, 2006, p. 55).

Compreende-se que todas as pessoas têm capacidade de exercer influências sobre as outras, mas essa influência vai depender da forma como a liderança vai agir ou se comportar, para que consiga atingir seus objetivos, trazendo resultados positivos a todos envolvidos.

Uma liderança eficaz ou efetiva terá sucesso se houver um trabalho em equipe, com uma visão transformadora, demonstrando várias características, como habilidades intelectuais, criatividade, comunicação, inovação, experiência, conhecimento, conseguindo desta forma, transmitir segurança, apoio e motivação (CHIAVENATO; SAPIRO, 2010). Caldas (2010, p. 1) confirma observando que frente as várias mudanças frequentes e a concorrência acirrada, “a conquista de melhores índices está baseada na construção de um perfil de colaboradores felizes, envolvidos, motivados e participantes”.

Conclui-se que a liderança se torna um processo de grande importância no ambiente organizacional, no qual irão ocorrer situações que envolverão influência, mudanças de atitudes ou comportamentos, recompensas, valorização, todos focados em um só objetivo que é atingir as metas e trazer resultados positivos para todos os envolvidos.

No contexto dos estilos de liderança, existem vários estilos de lideranças em um ambiente organizacional que são bastante conhecidos e praticados pelos líderes, mas, independente da escolha deste estilo, os líderes deverão demonstrar sua capacidade de influenciar as pessoas.

Chiavenato (2004) cita os estilos de liderança, tais como; democrático, autocrático e também liberal. Estes estilos são os mais conhecidos e os que

mais se aproximam da realidade das empresas. Mas, não significa dizer que a pessoa como líder, só pode adotar um dos três estilos citados acima, muito pelo contrário, conforme a situação o líder deve ser capaz de utilizar a melhor forma de atuar frente a seus seguidores (ARAÚJO, 2006). Compreende-se que vai depender muito do conhecimento do líder e de seu estilo de atuação para que consiga dirigir sua equipe, orientando-a de forma a atingir os objetivos esperados pela organização.

Outros tipos de liderança que agrega a empresa foram citados na literatura, como se pode observar. Com relação a liderança situacional ou contingencial, os estudos apresentados por Follet (1997), Fiedler e Chemers (1981) e Wheatley (1999) foram muito importantes, pois trouxeram contribuições que possibilitaram a realização de análise nos vários ambientes das organizações em várias situações, além de demonstrar novas perspectivas, como dar ênfase a rede de relacionamentos, ou seja, o líder tenta conhecer melhor os que fazem parte do ambiente em que ele se encontra inserido. Compreende-se com as teorias apresentadas que este tipo de liderança situacional faz parte do perfil do líder atual, pois além de motivar ele precisa conhecer seus seguidores para que consiga atingir os objetivos pretendidos.

A liderança transacional que é definida por Maximiano (2004, p. 325) da seguinte maneira:

O líder transacional é o que apela aos interesses, especialmente às necessidades primárias dos seguidores. Ele promete recompensas como aumentos salariais, promoções, privilégios e vantagens no ambiente de trabalho; ou ameaças para conseguir que os seguidores (ou subordinados) trabalhem para realizar as metas.

Pode-se entender com a liderança transacional, que o líder usa seu cargo como forma de pressionar, utilizando a recompensa como uma troca de serviços. Fazendo com que seus colaboradores trabalhem bastante objetivando atingir as metas da empresa.

A liderança transformacional é entendida como o poder que o líder tem sobre seus colaboradores a ponto de conseguir que estes atinjam seus objetivos ultrapassando as expectativas da empresa, mesmo que de forma sacrificante, pois sabem que serão respaldados pelo progresso desta. É observado também que os líderes são vistos como modelos inspiradores (WILLIAMS, 2010).

Conclui-se que o líder pode demonstrar os vários estilos existentes, mas seu maior foco é fazer com que a empresa e seus colaboradores cresçam, ele colabora para que ocorra este desenvolvimento. Outro exemplo encontrado na literatura atual sobre liderança é o tipo carismática, que para Conger (1991, p. 72) os líderes que apresentam esta característica "apresentam suas idéias de modo verdadeiramente visionário, criam diálogos cativantes com seus ouvintes, estruturam suas falhas como sinfonias e usam sua energia pessoal para irradiar entusiasmo por seus planos".

Portanto, compreende-se que todos os modelos de liderança que estão sendo discutidos, apresentam uma relação profunda com o comportamento do líder em relação aos seus colaboradores. Partindo destes estilos citados, é de se compreender que o ser humano é parte fundamental neste processo evolutivo no contexto das empresas, precisa ser tratado de forma humana e ser valorizado, tanto ele como toda a equipe, pois a partir destas atitudes, com certeza o líder e as organizações perceberão através dos resultados que serão positivos. Bader, Bloom e Chang (2000, p. 21) confirmam, "As equipes prosperam em ambientes onde existe uma ligação direta entre resultados e recompensas".

Concluindo, percebe-se que existem vários estilos de liderança, onde cada líder desempenhará sua função de acordo com o estilo predominante, dessa forma, o líder que busca resultados positivos junto a empresa e sua equipe, apresentará características favoráveis a todos envolvidos, procurando atuar de forma que seus colaboradores o vejam como uma pessoa de exemplo a ser seguido, e juntos conquistarão excelentes resultados.

Como citado anteriormente, existem vários estilos de liderança e também vários tipos de líderes. Existem os líderes que já apresentam habilidades para conduzir sua equipe, existem os que precisam aprender a ser líder e enfrentar também os desafios e buscar novos conhecimentos se capacitando para poder interagir com as pessoas.

Frente a todas estas qualidades, Caliguri (2004, p. 53) observa que os líderes que atuam em empresas terão "[...] a oportunidade de colocar em andamento estratégias, processos e organizações que podem satisfazer necessidades reais. Eles podem produzir uma incalculável quantidade de bem no mundo [...]".

O líder deve apresentar várias qualidades para conseguir chegar ao resultado esperado, dentre elas a capacidade de influenciar, de persuadir, de fazer com que seus colaboradores sintam satisfação na realização das tarefas que desenvolvem, deverá também fazer com que trabalhem em grupo colaborando com os colegas, na busca do sucesso de todos envolvidos.

A partir destas características é que ocorre a transformação dos líderes deste novo século XXI. Esta mudança é muito importante para as empresas, pois estes novos líderes passaram de chefes do passado para líderes do futuro. Como observado por Covey (2002 apud SILVA, 2014, p. 123), "O líder contemporâneo apresenta uma ampla visão de mundo, consegue gerir mudanças, quebrar barreiras, vencer desafios, corre riscos e mudar paradigmas".

Para que o líder tenha sucesso em seu cargo, alguns fatores se tornam indispensáveis, fatores como a força de vontade própria, de auto realização, seriedade e valorização da pessoa e do trabalho. Segundo Wagner III e Hollenbeck (2006, p. 244):

A influência de um líder deve ser, em certa medida, sancionada pelos seus seguidores. Em algumas situações, uma pessoa pode ser compelida por outras a liderar e, em outras, pode ser que o líder seja tolerado somente por aquele momento. Entretanto, a ideia de

que os seguidores entreguem voluntariamente o controle de seu próprio comportamento a outra pessoa é parte integrante de qualquer definição de liderança.

Compreende-se que a partir do momento que os colaboradores demonstrarem o máximo de seu comprometimento na execução das tarefas, na busca por resultados positivos, ficará demonstrada a habilidade, o potencial e a total influência deste líder para com seus seguidores. Todavia, se sua habilidade conceitual, que deve ser focada de forma global e não apenas no grupo, for fraca, o sucesso de toda a organização poderá ser ameaçado (MAXIMIANO, 2000).

Compreende-se que o bom líder é gerador de grandes mudanças, por isso, as organizações deste novo século XXI estão exigindo um tipo de liderança que demonstre mais inovação, criatividade e habilidades, mudanças essas que fazem a diferença no currículo dos líderes que deverão prová-las em sua prática diária.

Segundo Burns (1978, p. 420), “[...]. Líderes planejadores, devem responder não simplesmente a atitudes e crenças populares, mas aos fundamentais desejos e necessidades, aspirações e expectativas, valores e metas de seus existentes e potenciais seguidores”. Dessa forma, entende-se que o líder precisa compreender as necessidades da sua equipe, como agem, como reagem, pois a partir deste conhecimento saberá proporcionar a satisfação, e obter os resultados positivos que espera. Porque o líder que assume seu papel verdadeiro dentro de uma organização consegue além de influenciar as pessoas, estimular também o relacionamento entre elas.

Portanto, ser líder requer muita responsabilidade e desempenho. A partir do momento que o líder conseguir aplicar toda esta teoria em seus projetos, com certeza será um líder completo, exemplar e habilidoso, e terá toda a cumplicidade de seus colaboradores prontamente, e em todas as situações que surgirem, e ainda o terão como um exemplo de vida e crescimento, juntamente com a empresa.

Assim, a valorização profissional, o reconhecimento do trabalho, a carreira, e por consequência o sucesso, são os desejos da maioria das pessoas neste mundo dos negócios, mas, para que atinjam seus objetivos, elas precisam sentir-se motivadas. Porque a forma como as pessoas são lideradas em uma organização tem muita importância, pois através deste tratamento, é que vão ser determinados os resultados bons ou ruins para a empresa.

Portanto, todas as empresas precisam conquistar seu espaço, e estas conquistas devem partir de uma liderança eficaz, ou seja, que envolvam os líderes e suas várias formas de atuação, procurando motivar seus liderados de forma que trabalhem juntos contemplando um único objetivo que é atingir as metas pretendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi proposto como objetivo, analisar a relevância da liderança no contexto da gestão estratégica e empreendedora. Os resultados encontrados por meio de pesquisa bibliográfica indicaram que a liderança e a motivação são fatores determinantes no ambiente organizacional. O líder

tem papel fundamental, ele que vai determinar a direção, que vai conduzir sua equipe a obter resultados sempre positivos. Isto ocorrerá a partir do momento que ele conseguir, influenciar seus colaboradores, motivando-os de forma que trabalhem juntos e comprometidos a atingir os objetivos da empresa.

Concluiu-se também que, para ser um líder nato terá que crescer muito, pois as organizações buscam os profissionais com grandes habilidades em gestão, focados em resultados e com uma intuição aguçada, inovadora, pois as empresas não buscam somente as soluções para seus problemas, elas desejam evoluir cada vez mais e fazer parte do mercado competitivo.

Portanto, uma liderança que seja eficaz para a empresa, renderá uma grande produtividade de seus funcionários e muitos lucros, e automaticamente o líder estará obtendo cada vez mais respeito de seus liderados. Agora, se a liderança não for eficaz, com certeza os funcionários se sentirão desmotivados, levando a empresa ao fracasso.

É importante mencionar também que, a valorização profissional, reconhecimento da pessoa em seu trabalho, a carreira, e por consequência seu sucesso são os desejos da maioria neste mundo dos negócios. Mas para que atinjam seus objetivos, eles precisam sentir-se motivados, e essa motivação só seria possível se tivesse uma liderança que os fizessem trabalhar sempre objetivando os melhores resultados, onde através dos incentivos ajudarão todos envolvidos a evoluírem junto com a empresa.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. P. **Educação para o empreendedorismo**. Salvador: Escola de Administração de Empresa da Universidade Católica de Salvador, 1998.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. xii, 166 p.

BADER, G. E.; BLOOM, A. E.; CHANG, R. Y. **Avaliando o desempenho das equipes**. Tradução Eduardo Lasserre. São Paulo: Futura, 2000.

BURNS, J.M. **Leadership**. New York: Perenium, 1978.

CALDAS, Priscyla. **Motivação, liderança e trabalho em equipe**. Set. 2010. Disponível em:

<<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/motivacao-lideranca-e-trabalho-em-equipe/47793/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CALIGUIRE, J. **Os segredos de liderança de Paulo**: Os conceitos de liderança de quem ajudou a mudar a história do mundo. Traduzido por Paulo Purim. São Paulo: Mundo Cristão, 2004.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONGER, J. A. **Líder carismático**: o segredo da liderança. São Paulo: Makron Books, 1991.

COVEY, S. R. **Liderança baseada em princípios**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FIEDLER, F. E.; CHEMERS, M. M. **Liderança e administração eficaz**. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1981.

FOLLET, M. P. **Profeta do gerenciamento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Comportamento organizacional**: Conceitos e praticas. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FRANCO, M. M. S. Liderança empreendedora e práticas de RH: um estudo sobre a eficácia na promoção do empreendedorismo corporativo. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 3, n. 3, p. 104-128, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada/ 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RASCÃO, José Poças. Gestão estratégica e empreendedorismo: amigos ou inimigos? **Book of Proceedings – Tourism and Management Studies International Conference**. Algarve, v. 4. Portugal, 2012.

SCARAMUZZA, Bruno César, BRUNETTA, Nádia. **Plano de negócios e empreendedorismo**: administração iv/São Paulo: Prentice Hall, 2009.

SILVA, Jaqueline de Brito. Evolução de liderança e postura dos líderes atuais. **UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 119-127, Mar. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/385-1457-1-PB%20(3).pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2006.

WEATLEY, M. **A Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado**. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

WILLIAMS, Chuck. **Adm: Você está nessa?**. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ACIDENTE DE TRÂNSITO: IMPACTO, FATORES E BASE EDUCATIVA.

Silveira, Flávio Figueiró da ⁴

RESUMO

O presente artigo trata de demonstrar a gravidade dos acidentes de trânsito e atitudes a serem tomadas. Em um mundo tão motorizado e habitado por tantas pessoas com comportamentos inadequados no trânsito, incorre que este seja um sério problema de saúde pública. O trabalho percorre questões importantes de serem analisadas sobre o tema. Objetiva-se apontamentos para a resolução ou minimização do problema demonstrando a gravidade dos números, fatores causadores e impactos. Trazendo os pilares da educação formal para a educação no trânsito. Abordando a importância de trabalhar valores, sobretudo comportamentais, entre pessoas na idade onde a aceitação é mais ideal e consistente. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica abarcando argumentos demonstrativos e sugestivos sobre a relevância do tema e da necessidade de atitudes que reflitam comportamentos para um trânsito humanizado e democrático.

PALAVRAS - CHAVE – Acidentes. Trânsito. Impactos. Valores. Educação.

INTRODUÇÃO

O dinamismo da mobilidade humana hodierna dá-se, principalmente, através de veículos motorizados, mas também de tantas outras maneiras, e, que precisam ser conciliadas no trânsito. A maior aquisição de veículos, associada à veloz e imediatista sociedade atual, tem feito com que nas últimas décadas “os acidentes de trânsito se configuram em um dos maiores problemas sociais da atualidade” (DIESEL, 2013, p. 24). Correspondendo a um grande número de vítimas fatais todo ano no mundo. Sem contar inúmeros prejuízos financeiros, sequelas e problemas psicológicos advindo deste flagelo que atinge a humanidade.

Assim, “diante do crescente aumento de veículos que trafegam nas vias, da falta de infraestrutura urbana juntamente com o comportamento de risco assumido por muitos condutores e pedestres, o trânsito tem se tornado uma questão de saúde pública” (SOUZA *et al.*, 2011. pp. 3-4), como também em “um dos principais problemas dos ambientes urbanos” (SOUZA *et al.*, 2011, p. 4).

Desse modo, o aumento considerável da frota, e o corre-corre acirrado dos dias atuais, bem como a conduta inadequada dos agentes envolvidos, não podem ser negligenciados como merecedores de um empreendimento de larga escala em busca de uma minimização dos efeitos advindos de tais fenômenos. No entanto, há uma complexidade de fatores envolvidos,

⁴ Aluno da Faculdade Souza. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do curso de pós-graduação em Gestão, Educação e Segurança no Trânsito. 2020. E-mail: flaviodasilveyra@hotmail.com

sobretudo comportamentais, e que precisam ser direcionados para a atenção e cuidados com a preservação de vidas.

Por conseguinte, a questão levantada por este trabalho é a necessidade de minimizar o efeito devastador de acidentes de trânsito, prevenindo com uma sólida base educativa. Desta forma, o objetivo geral tem-se na indicação de uma solução didática no momento mais ideal para a resolução do problema. Para tal intento, os objetivos se dividem na necessidade, primeiramente, de entender a complexidade do trânsito, identificar o impacto e a ação dos fatores envolvidos, para deste modo conscientizar da seriedade do tema.

A escolha por esta temática dá-se pelo fato da compreensão, ainda que nem todos tenham tal consciência, de que o objetivo final de todo movimento envolvendo trânsito abarca a ideia de preservação de vidas, isso, através de um relacionamento harmonioso, de respeito e racionalidade. Para tanto, fazendo-se necessário saber onde tais valores devem ser iniciados e desenvolvidos no ser humano. Ou seja, onde e quando começa a verdadeira educação para o comportamento no trânsito. A construção do trabalho dá-se baseada em autores que tratam da temática do trânsito e suas múltiplas contextualidades. O texto é construído em dois breves capítulos, subdividindo-se cada um em dois tópicos de análise interligados. Onde o primeiro capítulo é conscientizador, tratando-se de uma análise sobre acidentabilidade no trânsito e seus efeitos. Considerando, a seguir, a responsabilidade dos fatores envolvidos nos acidentes.

O segundo capítulo trata-se de uma ideia de base educativa, ou seja, de uma solução didática para o problema. Nele se explicita a prioridade e a necessidade da educação como principal elemento preventivo na problemática do trânsito. Demonstrando, assim, a origem de uma educação conscientizadora em busca de resultados. E por fim, em um segundo momento, faz-se o uso dos quatro pilares da educação adaptados à temática do trânsito. Em síntese, neste segundo capítulo, evidenciando a necessidade de construções de valores que formem cidadãos equilibrados no uso do trânsito.

Por conseguinte, e desta forma, a metodologia deste breve ensaio abarca uma diversificada pesquisa bibliográfica com a intenção de elaboração de um trabalho consistente em seu propósito. O qual buscou demonstrar a constatação da complexidade do problema, evidenciado em números alarmantes e trágicos para a sociedade. Identificando, cuidados e precauções a serem tomados como atitudes preventivas e, assim, por fim, sua necessária resolução.

**ACIDENTE DE TRÂNSITO: CONSCIENTIZAÇÃO E BASE EDUCATIVA
CONSCIENTIZAÇÃO: IMPACTO E FATORES CONTRIBUINTES-
IMPACTO – CONCEITUAÇÃO, ACIDENTABILIDADE E REPERCUSSÃO.**

Por acidente de trânsito⁵ entende-se:

Um evento não intencional, envolvendo pelo menos um veículo motorizado ou não, que circula por uma via para trânsito de veículos. Em caso de falecimento da vítima no local do acidente ou até 30 (trinta) dias após o mesmo, é considerado acidentes de trânsito com vítima fatal. (CTB 1997). (DIESEL, 2013, p. 25)

Assim, acidente, compreende-se pela não intencionalidade. Corroborando com esta ideia, Silva *et al.* (2014, p. 15) citam a ABNT NBR 10697/89, que diz que é: "todo evento não premeditado de que resulte dano em veículo ou na sua carga e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou áreas abertas ao público".

Infere-se, de várias fontes pesquisadas, bem como de Diesel (2012, p.25), de que é difícil catalogar o número correto de acidentes no Brasil e no mundo. A autora observa que "existe uma grande diferença entre a realidade do número de acidentes de trânsito ocorridos e o número de acidentes registrados nos órgãos de trânsito". Sobretudo, acidentes com danos materiais de pequena monta. Desse modo, o importante neste trabalho é explicitar o número de vítimas e prejuízos. Sendo números mais pontuais de serem observados.

A complexidade do tema faz com que diversos autores, como Souza *et al* (2011, pp.1-2), afirmem que o trânsito é um problema de saúde pública. A seriedade da questão pode ser compreendida nos números. O Conselho Federal do Brasil diz que a cada hora, 5 pessoas morrem no país por acidentes de trânsito⁶. O que incidem em um total de mais de 43 mil vítimas fatais. Estando o país entre os 5 com mais mortes no trânsito. Esta mesma instituição diz que o número de feridos nos últimos 10 anos ultrapassa 1,6 milhão de pessoas, ocasionando um custo de quase 3 R\$ bilhões ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Em um olhar global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que 1,35 milhões de pessoas são vítimas do trânsito anualmente.⁷ Compreendendo entre 20 e 50 milhões de pessoas que sofrem lesões não fatais, muitas delas ocasionando em incapacidade.

Essa organização vê como preocupante a falta de segurança nos países mais pobres. Sendo o risco de morte dessa maneira três vezes maior nos países mais pobres em relação aos mais ricos. Em comparação, as taxas mais elevadas são no continente africano (26,6 mortes para cada 100.000 habitantes) e as menores na Europa (9,3 para cada 100.000 habitantes).

⁵ O Código de Trânsito Brasileiro (CTB), instituído pela Lei nº 9.503/97, em seu art. 1º § 1º conceitua a palavra trânsito como "a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga" (SCHVEITZER, 2011, p.17).

⁶ Site G1, dia 23/05/2019, disponível em: <<https://tinyurl.com/wuudhum>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

⁷ Site G1, dia 07/12/2018, disponível em: <<https://tinyurl.com/um9otsw>>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

Pontuando ainda, a OMS, conforme mesma referência, em seu relatório mundial sobre segurança nas estradas, que atualmente os acidentes de trânsito são o principal causador de morte entre crianças e jovens compreendido entre os 5 e os 29 anos. Conforme Diesel (2012, p. 16), “vários são os estudos que descrevem que a principal causa de morte entre os homens são os acidentes de trânsito, e a quinta causa de morte entre as mulheres”.

Em síntese, observa-se que é grande o número de lesões e mortes, advindo de acidentes de trânsito. Os quais se dividem em acidentes com vítimas e acidentes com danos materiais, sendo este último tipo o resultado mínimo de uma ocorrência. Ambos influenciam em grandes prejuízos financeiros para o estado e a particulares. Assim, sendo vários os impactos resultantes do desdobramento desse sério problema, como podem ser identificados a seguir.

Diesel (2012, p. 13) identifica os impactos como sendo de: perdas materiais (danos às vias, aos veículos, ao patrimônio, à infraestrutura); perdas econômicas (transporte de cargas e passageiros e por outros meios, transtorno de congestionamentos, etc.); perdas sociais (potencial de vida perdidos, absenteísmo, custos médico-hospitalares e previdenciários e outros).

Nos estudos sobre impactos de acidentes de trânsito há uma divisão em custos diretos e indiretos. Conforme cita Diesel (2012, pp.17-18)⁸, os custos diretos são: Danos na via e nos veículos; custo de atendimento (incluindo transporte, agentes de trânsito, equipamentos utilizados no atendimento das vítimas); custos judiciais de processos envolvidos; custos hospitalares (médicos, exames, permanência em leitos, etc.); custos funerários.

Já os custos indiretos podem ser: Custos de produção (afastamento da vítima de suas atividades produtivas, devido à morbidade ou mortalidade); custo de sofrimento (perda da qualidade de vida da vítima dos acidentes); custo da dor (da gravidade da vítima); da tristeza e dos traumas; custo dos danos psicológicos (depressão, síndromes e traumas psicológicos).

FATORES CONTRIBUINTES - RESPONSABILIDADES

O diagnóstico de um acidente de trânsito é feito baseado em fatores contribuidores, havendo muitas vezes mais de um fator envolvido.

Reconhecer os principais fatores que geram e influenciam nos acidentes pode permitir que ações preventivas possam ser desenvolvidas. Os fatores contribuintes de um acidente viário são as principais ações, falhas ou condições que levaram diretamente ao acidente. Eles mostram quais circunstâncias dão origem ao acidente e dão pistas de como este acidente poderia ter sido evitado (CHAGAS; NODARI; LINDAU, 2012, pp. 2-3).

Diesel (2013, pp. 63-80) divide e explica os fatores causadores de acidentes de trânsito em: Humano, Viário, Veicular e Ambiental.

⁸ Citando López *et al.*, 2001; DNIT, 2004; Rosa, 2006; Barnett *et al.*, 1999; Diesel, 2010.

a - Fator humano - Miranda e Braga (2004, apud Diesel, 2013, p. 64) destacam que a reponsabilidade em um acidente de trânsito é do motorista, pois ele é "que recebe a influência dos demais fatores e, no entanto, exerce influência somente sobre o veículo".

Conforme os autores supracitados, para analisar a influência exercida sobre o veículo necessita considerar vários elementos, como:

Circulação e velocidades incompatíveis; falhas na percepção de riscos; consumo de bebidas alcoólicas e drogas; não uso do cinto de segurança; falta de atenção e distrações; ultrapassagens arriscadas; idade do motorista; sonolência e stress; e uso indevido de celular. (MIRANDA e BRAGA, 2004, apud DIESEL, 2013, pp. 64-65).

Imprudências e descuidos como esses, associados a diversos imprevistos, como um problema repentino de saúde, por exemplo, refletem o comportamento de um motorista que podem levar a causa de acidentes.

Os pedestres também são enquadrados no fator humano e seu comportamento influencia na acidentabilidade (DIESEL, 2013, p. 69). Sendo incluído ainda o ciclista, cadeirantes, e outros condutores de veículos não motorizados.

b - Fator viário – Os fatores viários que interferem na ocorrência de acidentes, conforme Nodari e Lindau (2003, apud DIESEL, 2013, pp. 70-71), são:

Geometria e traçado; existência e condições do pavimento; Existência e condições dos acostamentos; condições de drenagem; presença de obstáculos laterais; condições de iluminação; presença de pedestres e ciclistas na via; presença de animais de grande porte na via; influência do greide; hipnose causada por trechos longos; distância de visibilidade; largura da pista; faixas de tráfego; percepção da rodovia e outros.

Observa-se que, a maioria dos problemas supracitados tem a ver com a responsabilidade humana, pois cabe ao poder público, a engenharia correta e a manutenção adequada das vias. Assim, negligência dos responsáveis e a desatenção dos usuários podem ser fatais no trânsito.

c - Fator veicular – Cuidados com o veículo também é uma responsabilidade do motorista. Diversos defeitos e descuidos, como falha na manutenção do veículo (pneus, freios, faróis, limpadores de para-brisas, etc.); idade do veículo em circulação; tipo de veículo, tamanho e função para a qual o veículo foi destinado podem incidir em graves acidentes (MIRANDA e BRAGA, 2004, apud DIESEL, 2013, p. 74).

d - Fator ambiental – Ocorrências de fenômenos da natureza são causadores de insegurança na circulação do trânsito. Cabendo ao usuário adequar-se à condição que o clima oferece.

Como fatores ambientais podem ser citados: "Chuvas; condição de iluminação; altas temperaturas; neblina; nevoeiro; neve; e ventos fortes" (MIRANDA e BRAGA, 2014, apud DIESEL, 2013, pp. 75-76). Desse modo, velocidade adequada e iluminação suficiente são vitais para observar e ser

observado (ver e ser visto) no trânsito, sobretudo nas referidas circunstâncias climáticas.

E - Fator animal - Pode-se citar ainda o fator animal como causador passivo de acidentes de trânsito. No caso da circulação de animais nas vias (isolados ou em grupos, conduzidos ou não), óbvio, a responsabilidade recai sobre proprietários ou condutores dos mesmos. Mas os condutores de veículos também têm obrigação de evitá-los no trânsito. Pois os animais são "seres vivos irracionais instintivos, ocupam-nas (as vias) apenas instintivamente" (MITIDIERO, 2005, p.22, apud SILVA *et al.*, 2014, p.17). Conforme o Relatório de Acidentes de Trânsito⁹ da cidade de São Borja-RS, cerca de 3% dos acidentes registrados na zona urbana envolvem animais, sobretudo cães e equinos.

Nenhum fator pode ser menosprezado, pois os resultados demonstram a seriedade do problema:

Algumas publicações citadas por Vieira e col. (2010) destacam que as temáticas sobre acidentes e violências mostram que os acidentes de trânsito provocam impactos na saúde física, emocional e social das pessoas e famílias, além de sérios prejuízos na economia do país (SOUZA *et al.*, 2011, p.4).

Desse modo, os prejuízos são diversos e preocupantes, como da perda de vida e de sua qualidade (restando transtornos psicológicos e físicos), assim como de altas cifras financeiras despendidas como resultados dos acidentes.

Observou-se que são vários os problemas possíveis como ocasionadores de acidentes e vários são os resultados negativos por eles. Sendo o próprio homem o

grande lesado desse flagelo, constituindo-se também o grande causador:

Muitas são as causas desses acidentes e dentre elas podemos citar a falha humana como negligência, imperícia, imprudência, falta de conhecimento do veículo e das leis de trânsito; a falha mecânica; as más condições das vias como falta de sinalização, buracos e em alguns casos água sobre a pista; excesso de velocidade; pneus em mau estado; e freios deficientes (BRUNS, 2015, apud SOUZA *et al.*, 2011, p.4).

Assim, segue-se que o homem, com suas atitudes equivocadas, é o maior culpado pelos acidentes, necessitando ser o responsável pelos cuidados ao volante e da adequação dos demais fatores, e, para nesta conjuntura ocasionar em segurança no trânsito. Nesse paralelo, Souza *et al.* (2011, pp. 1-2) identificam que "o trânsito é produto e produtor de comportamento humano e afetam diretamente a saúde das pessoas".

⁹ Prefeitura Municipal de São Borja, Departamento Municipal de Trânsito, Setor de Estatísticas. De acordo com a fonte, a média de acidentes registrados no município é próxima a 350 ocorrências anuais. Observando que há um grande número de acidentes envolvendo animais e que não são registrados. Especialmente envolvendo cães, pois muitos são encontrados mortos nas vias em decorrências de atropelamentos. Onde muitas vezes os veículos ficam com avarias, sendo registrado mais os que ocorrem com motocicletas pelo nível do dano resultando em lesões e até mesmo óbitos.

Scaringella (2006?, p.14) observa que a metodologia mais eficaz para o desenvolvimento de segurança no trânsito está na prevenção. Prevenção esta que pode ser feita de diversas formas, sobretudo comportamentais, havendo para isso uma fase mais ideal da vida do ser humano para que receba educação relacionada.

BASE EDUCATIVA: PRIORIDADE E PILARES DA EDUCAÇÃO- PRIORIDADE DO SISTEMA

Para definição e estudo de sistema do trânsito, segundo Hendges (2012, p. 19), deve-se considerar o tripé, que é definido pelos três “Es”: **Esforço Legal** (fiscalizar o trânsito, aplicar penalidades e lavrar autos de infração); **Engenharia de tráfego** (criação de projetos, manutenção, sinalização e fluidez das vias); e **Educação para o Trânsito** (prevista cap. VI do CTB¹⁰, sendo direito de todos e dever dos órgãos responsáveis).

Em relação à fiscalização, existe uma máxima que diz que “a melhor educação é a caneta”, e que o “bolso conscientiza” de forma melhor. Entende-se, também, de certa forma, que se estiver tudo bem com as vias, pavimento, sinalização e fluidez, o objetivo de evitar acidentes pode ser alcançado. E, é inegável o efeito positivo de tais medidas, baseadas em estudos e estatísticas sobre acidentes, pois, ações de caráter punitivo fazem parte das ações preventivas de acidentes, bem como as de caráter corretivo (Obras e engenharia) e de caráter educativo, completando assim o tripé do sistema mencionado no artigo supracitado (DIESEL, 2013, p. 32).

Contudo, mesmo com uma fiscalização exemplar e um engenharia adequada, para “a garantia à segurança e fluidez no trânsito, é indispensável a contribuição de seus usuários, porque, apesar de caber aos órgãos competentes cumprirem suas obrigações e atribuições, são os usuários que diariamente utilizam-no” (HENDGES, 2012, p. 19).

Para isso, o uso do espaço no trânsito deve ser usado de forma racional:

Os acidentes de trânsito congregam em si, segundo Macedo (2016) muito mais do que fatores humanos imediatos, como falta de atenção, alcoolemia e velocidade. A concepção de humano a que se refere passa necessariamente pelos conflitos vividos pelos sujeitos e as escolhas que acabam por fazer diante das situações do cotidiano. Destaca a subjetividade por reunir em si, composição de valores que permeiam as decisões humanas associadas ao contexto sócio-histórico que, constitui o ambiente circundante e determina ideologicamente as formas de utilização do espaço público¹¹ (SOUZA *et al.*, 2011, p. 4).

¹⁰ Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito. § 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

¹¹ O Centro de Treinamento e Educação de Trânsito (CETET) conceitua o trânsito como sendo “o deslocamento humano dentro de um espaço público...”(SCHVEITZER, 2011, p. 18). Centralizando assim a responsabilidade no homem, por ser o fator racional no trânsito e observa-se que este não é o dono de tal espaço, mas recebe uma concessão de uso, no entanto, “o trânsito é vivido pelas pessoas no Brasil como uma apropriação privada de um espaço público” (OLIVEIRA, 2007, apud SOUZA *et al.*, 2011, p. 3).

O educador de trânsito, Cristóvão Buarque, em seu discurso registrado por Corrêa (2013, p. 23), indica a necessidade da primazia da educação:

Temos várias explicações para a tragédia do trânsito no Brasil. Desde econômicas, excesso de automóveis em relação aos investimentos em obras viárias; psicológicas, do espírito irresponsável e aventureiro do brasileiro; histórico, por termos passado muito rapidamente do bonde para o carro, do jumento para as motos. Mas certamente a melhor explicação para nosso fracasso, que vitima de morte 50.000 brasileiros e provoca talvez mais 50.000 portadores de deficiências físicas e mentais anualmente, está no fato de tratarmos o trânsito como questão de engenharia, e não de educação.

Desse modo, entende-se que o ser humano deve ser preparado e educado para o trânsito, através do uso adequado e eficaz do princípio de prevenção pela educação. Schweitzer (2011, p. 37) indica que os destinatários deste princípio são todos os usuários da via. Ou seja, todas as pessoas que de uma forma ou de outra circulam nas vias, condutores de veículos (motorizados ou não), passageiros, ciclistas e pedestres.

Rosário (2010, p.36, apud SCHVEITZER, 2011, p. 37) diz que “em matéria de Educação de Trânsito, não há de se falar em idade, sexo, estratificação social ou grau de instrução. Ela deve ser direcionada de forma mais ampla possível”.

Rizzardo (2008, p. 183, apud SCHVEITZER, 2011, p. 38) enfatiza que: “As regras de trânsito devem ser disseminadas e aprendidas nas escolas¹². Eis que, mais cedo ou mais tarde, os alunos, na sua grande maioria, irão conduzir veículos.” E, na mesma referência, o autor, conclui que “é na infância e na adolescência que se verifica maior aceitação de ensinamentos e de condutas”.

Em concordância, Pereira (2009, apud DIESEL, 2013, p. 109) salienta que “em países altamente motorizados os jovens condutores trazem de casa as normas básicas de convívio no trânsito, sendo que, neste caso, o esforço policial e educacional já apresenta um modelo de aceitabilidade”. Destacando, na mesma sequência, que “muitas destas pessoas já participaram de cursos, ou então, assistiram a palestras de caráter preventivo, relacionadas ao acidente de trânsito”.

Além do fato de que as crianças e adolescentes serão os futuros motoristas, a educação no trânsito se justifica estatisticamente, uma vez que nesta faixa etária há mais vulnerabilidade à violência viária, e que há maior facilidade de interiorização de conhecimentos que os adultos (SILVA, 2011, p.96). Observando que, as crianças também são usuárias frequente do trânsito.

¹² **Art. 76.** Do CTB - A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.

Silva (2011, p. 96) identifica que os principais responsáveis pela educação de crianças para o trânsito são a família, a mídia e a escola. E a autora entende que a criança quando educada para tal, alia-se à educação no trânsito, retransmitindo educação, pois a criança "orienta o adulto" e o constrange (SILVA, 2011, p. 99).

Em conclusão, entende-se que a educação para o trânsito deve iniciar antes de o indivíduo buscar a habilitação para conduzir, até porque todos fazem parte do trânsito, como usuários desde cedo.

OS PILARES DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO NA BASE DO SER HUMANO.

Conforme Silva (2011, p. 20), as aprendizagens dos chamados quatro pilares da educação geral podem ser usadas na educação para o trânsito. Os Quatro Pilares da Educação Constantes no relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) são vistos assim:

A educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer**, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, para poder agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra os três precedentes. (UNESCO, 1996, p. 84, apud, SILVA, 2011, p. 20).

a - Aprender a conhecer no trânsito - O conhecimento de leis de trânsito e de como se comportar diante de riscos, tomando atitudes sensatas, seguras e éticas são imprescindíveis para evitar acidentes. Assim:

É fundamental aprender a observar o que nos rodeia, perceber obstáculos no trânsito, prever e entender as atitudes dos outros que compartilham conosco esse espaço, procurar sempre "**ver e ser visto**". Isso faz parte da prática da direção defensiva, isso é, conhecer, entender e compreender o trânsito e as pessoas que fazem parte dele (SILVA, 2011, p. 21).

Desse modo, no trânsito não há espaço para desatenção e desconhecimento da sua complexidade.

b - Aprender a fazer – O conhecimento no trânsito não deve ser estático, sobretudo, nos profissionais da área. O progresso tecnológico; aumento da frota; dificuldades de deslocamento, de mobilidade urbana e a violência, somam-se na complexidade do trânsito e "exigem, cada dia, profissionais mais qualificados para os cargos na área de trânsito" (SILVA, 2011, p. 22). Assim, sendo imprescindível "a qualificação dos profissionais atuantes na gestão, **educação**, legislação, engenharia, psicologia e outras funções referentes à organização e administração do trânsito" (SILVA, 2011, p. 22).

c - Aprender a viver juntos (aprender a conviver com os outros) – Este pilar é básico para a proposta deste trabalho, uma vez que há uma grande

dificuldade de convivência entre as pessoas. Representando assim, “atualmente um dos maiores desafios da educação” (UNESCO 1996, p. 96-97, apud SILVA, 2011, p. 25).

Questão como a do respeito entre as pessoas é algo que precisa ser trabalhado desde cedo. “É fundamental trabalhar a **convivência pacífica** desde criança” (SILVA, 2011, p. 25), pois em paradoxo, “muitas pessoas tendem a **supervalorizar** as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, costumam alimentar preconceito em relação aos outros, e, ainda, tendem a priorizar o espírito de competição e o sucesso individual” (SILVA, 2011, p. 25-26). Inversões de valores e identificações negativas que, quando adultos, costumam levar para o trânsito.

Desse modo, “o princípio do respeito mútuo é normalmente construído no âmbito familiar e escolar, que possuem a obrigação de educar os ‘jovens cidadãos’ a agirem e se comportarem de maneira civilizada e solidária em um ambiente social” (MARTINO, 2002, p. 6).¹³ Assim, implicando em preparar a pessoa, mesmo que despretensiosamente, na infância e na juventude, para entre outras formas de convívio, terem um comportamento adequado no trânsito.

Conflitos como os elencados acima, segundo a Unesco (1996, p. 96-99, apud SILVA, 2011, p. 26), podem ser resolvidos com a educação utilizando dois caminhos. Primeiramente na descoberta progressiva do outro, e num segundo plano, na participação de projetos em comum ao longo de toda vida. Representando quesitos de integração e relacionamentos.

Entrando assim a questão da empatia, que compreende:

A capacidade psicológica para sentir o que sentiria uma outra pessoa caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela. Consiste em tentar compreender sentimentos e emoções, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo (MARTINO, 2002, p.4)¹⁴.

Em síntese, se colocar no lugar do outro ou do próximo. Dessa forma, juntamente com o respeito mútuo, compreendendo o outro e suas reações, pode evitar conflitos e violências no trânsito (SILVA, 2011, p. 27).

d - Aprender a ser – A educação ideal pressupõe completude como pode ser visto a seguir:

A educação deve contemplar corpo e alma, abrangendo a inteligência, as emoções, o sentido estético, a responsabilidade pessoal e coletiva, a espiritualidade, a ética. É preciso desenvolver nas pessoas a autonomia, a capacidade crítica e a determinação para que possam estabelecer os seus próprios juízos de valor, e assim decidir por si mesmas como agir nas diferentes situações da vida (UNESCO, 1996, pp. 99-101, apud SILVA, 2011, p. 27).

Tal formação pessoal pode ajudar em todas às áreas da vida, em tempo, no trânsito que é o foco do presente artigo, incide na harmonia e minimização de conflitos. Uma vez que, “para um convívio harmônico diário

¹³ (Relacionamento interpessoal e ética profissional. Faculdade Souza).

¹⁴ (Relacionamento interpessoal e ética profissional. Instituto Souza).

nas vias é necessário haver cidadãos equilibrados emocionalmente, responsáveis, compreensivos, respeitosos e autônomos” (SILVA, 2011, p. 27). Por conseguinte, “temos que educar para isso, pois assim a diminuição da violência viária será uma consequência” (IBID.). Pois, “educar para o trânsito é também promover saúde (SOUZA *et al.*, 2011, p.2).

Silva (2011, p. 39) observa que a educação para o trânsito deve ser baseada em valores: “Educar para o Trânsito é mais do que orientar sobre as regras e os cuidados com a segurança nas vias, é estimular e promover a prática de valores positivos e de atitudes corretas também em outros ambientes”.¹⁵ Pois, “o trânsito reflete nosso comportamento ‘educado ou deseducado’ no dia a dia” (IBID.).

Segundo a autora supracitada, na mesma referência, um adulto “pode e deve ser orientado para a prática de atitudes corretas no trânsito. A diferença em relação às crianças é que com elas **construímos**, e com o adulto **reformamos**, ou seja, precisamos excluir valores negativos para então inserir os positivos”. Dessa forma, explica-se o porquê de ser mais fácil praticar uma base educativa consistente desde a tenra idade.

Sendo necessário repensar sobre até que ponto a educação formal prepara, e o ensino está adequado para os objetivos acima trabalhados, pois,

Para Hoffmann, Cruz & Alchieri (2017) há um déficit no desenvolvimento das atitudes em programas da educação formal, trazendo como consequência a baixa aceitação da ordem normativa vigente, colaborando para maior vulnerabilidade dos sujeitos ao trânsito e, junto a outros fatores, ao aumento das taxas de acidentes. Portanto se faz necessário um trabalho preventivo para configurar e manter atitudes favoráveis de segurança (SOUZA *et al.*, 2011, p.5).

Assim, e por fim, agir com educação plena, humanamente e de forma ética é fundamental para a segurança no trânsito, e com isso, colaborar com a minimização desse problema de saúde pública. Configurando-se, desta forma, o alicerce das medidas preventivas para segurança no trânsito, a educação na base, na formação do caráter e na construção dos valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números da acidentabilidade são altos, redundando em mortes, sequelas e prejuízos diversos. O que só demonstram a seriedade do tema como um elevado problema social.

Infere-se da identificação dos fatores citados como causadores de acidentes de trânsito, de que o homem, exceto imprevistos totais, acaba por ser o grande responsável por acidentes de trânsito. Quando do fator humano, seu comportamento, sua imperícia, imprudência e descaso devem ser reavaliados. Da mesma forma, quando do fator veicular, é o condutor que deve cuidar de seu veículo, mantendo apto à circulação.

¹⁵ A autora cita alguns valores: Equilíbrio emocional e paciência; respeito; responsabilidade; cooperação e solidariedade (pp. 39-51). Os quais podem vir a ser muito úteis no trânsito: “A prática de valores positivos é uma virtude necessária para a promoção da **fluidez** e da **segurança viária**, uma virtude que pode ser incorporada por meio da educação” (SILVA, 2011, p. 52).

Quando do fator viário, são os homens detentores do poder e da responsabilidade sobre a via que devem ter a consciência da necessidade de sua conservação e correta engenharia. Por fim, quando do fator ambiental, também é o ser humano que tem que se adequar a situação, usando coerentemente os recursos do veículo e respeitando os fenômenos da natureza e suas dificuldades impostas.

A engenharia de tráfego e a fiscalização de trânsito acabam sempre sendo ineficazes se não houver a colaboração do homem, com um comportamento e atitudes adequados. Atributos, os quais podem ser alcançados pela educação. A qual é uma prerrogativa preconizada pela legislação de trânsito.

Não é sem significação que se faz argumentações da importância da educação. Sempre é tempo de realizá-la. Mas a experiência e a psicologia mostram que há uma época ideal.

É dito que a "educação vem de berço", bem cedo, quando criança, onde são incorporados princípios, atitudes, valores e o respeito, pois nessa fase a assimilação é mais fácil. Como se viu na bibliografia consultada, nessa idade, a educação é construída sem a necessidade de se desconstruir excluindo valores negativos, como ocorre na educação de adultos. Assim, abdicar de uma formação sólida e consistente desde a base constitui-se em um grande equívoco.

Se, se objetiva um trânsito harmonioso, de respeito mútuo e de tolerância, são tais princípios e valores que devem ser inseridos. Pessoas que aceitem e obedeçam às leis e às autoridades, mas, sobretudo, conscientes e detentoras de valores que incidam em valorização da segurança e do bem-estar, tanto pessoal, como do coletivo.

Desse modo, entende-se que o trabalho alcançou o objetivo proposto. Pois demonstrou a importância da conscientização através da demonstração dos riscos e identificação de responsabilidades observadas nos fatores contribuintes pela ocorrência de acidentes.

Além da conscientização, outro fator é o da identificação da atitude a ser tomada em relação à educação por quem de direito, e de pessoas que trabalham na área de trânsito, para em um futuro, não muito distante, colher resultados com o surgimento de uma geração educada para o trânsito e para a vida.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, D.M; NODARI, C.T; LINDAU, L.A. Lista de fatores contribuintes de acidentes de trânsito para pesquisa no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/PPEGP, Laboratório de Sistemas de Transportes/LASTRAN, **Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS**. 2012. Disponível em: < <https://tinyurl.com/http-redpgv-coppe-ufri-br-in> >

Acesso em: 10 de jan. 2020.

CORREIA, J. Pedro. **Cultura de segurança no trânsito:** casos brasileiros; ilustrações Nilson miller. Curitiba, SK Ed. Junho, 2013. 248 p.

DA SILVEIRA, Flávio. **Relatório de Acidentes de Trânsito.** Prefeitura Municipal: Departamento de Trânsito: Setor de Estatísticas. São Borja, 2019.

DIESEL, Lilian Elizabeth. **Ações Preventivas de Acidentes de Trânsito:** Livro didático; design instrucional Ana Claudia Taú. 3.ed. – Palhoça: UnisulVirtual, 2013.

DIESEL, Lilian Elizabeth. **Avaliação Do Impacto de Acidente de Trânsito:** Livro didático; design instrucional Aline Pimentel, Eliete Oliveira Costa. – Palhoça: UnisulVirtual, 2012.

G1. A cada 1 hora, 5 pessoas morrem em acidentes de trânsito no Brasil, diz Conselho Federal de Medicina. Disponível em:

<<https://tinyurl.com/wuudhum>

> Acesso em: 10 de jan. 2020.

G1. OMS divulga relatório sobre mortes no trânsito e sugere redução de velocidade em áreas urbanas. Disponível em:

<<https://tinyurl.com/um9otsw>>

Acesso em: 10 de jan. 2020.

GOMES, Oderli Savedra. **Código de Trânsito Brasileiro e Legislação Complementar.** Passo Fundo: PNAE, 2006.

HENDGES, Gisele. **Administração de Trânsito em Conglomerados Urbanos.** Livro didático; design instrucional Marina Cabeda Egger Moellwald. – Palhoça: UnisulVirtual, 2012.

MARTINO, Liliana. Relacionamento interpessoal e ética profissional.

Pedagógico do Instituto Souza: Curso de Gestão, Educação e Segurança no Trânsito. 2002?

SCARINGELLA, Roberto Salvador. A Crise da Mobilidade Urbana em São Paulo (Adaptado). **Pedagógico do Instituto Souza:** Curso de Gestão, Educação e Segurança no Trânsito – Disciplina: Trânsito e mobilidade humana, [2006?].

SILVA, Irene Rios da. **Educação para o Trânsito.** Livro didático: design instrucional Marcelo Tavares de Souza Campos. - Palhoça: UnisulVirtual, 2011.

SILVA, R.A; FILHO, J.O.T; TOASSI, R.F.C. **Levantamento do local de acidente de trânsito.** Livro didático: design institucional Lis Airê Fogolari. – Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

SOUZA, B.M; VIEIRA, M.O; SILVA, M.V; MACHADO, T. Educação para o trânsito: uma necessidade emergente (Adaptado). **Pedagógico do Instituto Souza:** Curso de Gestão, Educação e Segurança no Trânsito – Disciplina: Educação para o Trânsito, 2011.

ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA APOIADO POR TIC: ANÁLISE DO DUOLINGO

Ferreira, Marcos Sampaio¹⁶

RESUMO

O presente artigo se propõe a investigar o Duolingo no ensino de Línguas Estrangeiras, especificamente na Língua Inglesa, analisando seu enquadramento enquanto ferramenta TIC e alinhamento com teorias de aprendizagem afim de determinar se ele é capaz de contribuir com o ensino de LE. Adicionalmente pretende-se verificar possíveis potencialidades e limitações. Foram realizados testes de uso e uma pesquisa exploratória com usuários nativos. Baseado em Leffa (2006), Duarte (2014) e Petit e Santos (2013), serão demonstradas as características do aplicativo, o funcionamento de seus módulos e seu enquadramento teórico. A análise dos dados apontaram que o Duolingo é capaz de contribuir com o ensino de língua inglesa de seus usuários principalmente pelas características de "gamificação", interatividade e estímulo à exercitação. Mesmo sendo constatado a utilização de metodologias antigas com foco em traduções, foi demonstrada sua capacidade de auto adaptação sem mediação humana como um fator positivo.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs. Ensino de Língua Estrangeira. Gamificação

INTRODUÇÃO

As tecnologias desenvolvidas pelo homem se propõem a atender suas variadas demandas e não param de avançar. Na presente década, as tecnologias da informação e comunicação (TICs) chegaram a um patamar tão elevado de difusão que, um número cada vez maior de pessoas, procuram solução de problemas em aplicativos, de maneira que, existem opções nas mais diversas áreas. Na educação e especificamente no ensino de línguas estrangeiras (doravante, LE) não é diferente, existem inúmeras opções que podem ir ao encontro das necessidades dos sujeitos e das instituições de ensino.

Aprender novas línguas é uma demanda histórica da humanidade. Atualmente, fenômenos como a globalização aumentam essa necessidade de maneira que o êxito nos processos de ensino-aprendizagem tem maior incidência nos países desenvolvidos enquanto que em países em desenvolvimento, como o Brasil, ainda pode ser considerado problema, que

¹⁶ Estudante do curso de Pós Graduação em Informática na Educação, FaSouza.E-mail: sampaio_marcos@hotmail.com

seus sistemas de educação e suas políticas públicas não conseguiram resolver.

Para entender melhor essa situação posta como problema, analisamos os resultados do Índice de Proficiência EPI¹⁷ realizado e mantido pela EF¹⁸ desde 2011, onde no ano de 2017 o Brasil, por vários anos, figura na posição “baixa” na fluência da língua inglesa, o que nos permite mensurar o tamanho do problema, principalmente se compararmos com nossa vizinha Argentina e outros países emergentes como a Índia que têm melhor desempenho que o Brasil, com proficiência “moderada”. Outro dado importante que o EPI revela é que a região Sul, o estado de São Paulo e algumas metrópoles como Brasília e Recife estão acima da média do Brasil, classificadas como “moderada” ao passo que as regiões Norte, Centro-Oeste (com exceção do Distrito Federal) e parte do Nordeste amargam o status “muito baixo” em proficiência na língua pesquisada. Os dados apresentados permitem inferir que as regiões mais pobres e remotas do nosso País possuem mais dificuldades a serem transpostas no ensino de línguas estrangeiras e que o Brasil, como um todo, possui uma carência de soluções sejam elas políticas, didáticas e tecnológicas.

Considerando as dificuldades no ensino de LE no cenário apresentado, este trabalho se propõe a investigar as possíveis contribuições que o Duolingo pode oferecer no ensino de línguas, em específico, a língua inglesa.

O Duolingo é uma plataforma de ensino de idiomas, criada por Luis Von Ahn e Severin Hacker a partir de dados científicos. Pode ser considerado uma ferramenta TIC, um software educativo, um aplicativo do tipo “game” dentre outros. Atualmente oferece 6 línguas diferentes para quem fala Português, número que tende a aumentar devido as periódicas atualizações. Ele é composto por um conjunto de aplicativos com versões disponíveis para computadores e dispositivos portáteis. Aqui percebe-se uma grande vantagem de uso, a integração: O estudante pode fazer uma atividade usando o computador e continuar em um portátil de onde parou, desde que estes dispositivos tenham acesso à Internet. Nos portáteis, ele pode ser instalado nos sistemas Android, Windows Phone e IOS, já nos computadores, ele pode ser acessado usando-se qualquer navegador web através do endereço www.duolingo.com, sendo a opção mais completa por ter mais recurso de aprendizagem. A escolha do mesmo ocorreu pelos critérios de gratuidade, expressividade¹⁹ e conhecimento prévio do autor desta pesquisa.

O objetivo deste trabalho é verificar se o Duolingo pode contribuir com o ensino da língua inglesa. Durante a pesquisa, pretende-se apurar se há

¹⁷ Do Inglês, *English Proficiency Index* (Índice de Proficiência em Inglês), disponível em <https://www.ef.com.br/epi/regions/latin-america/brazil>, pesquisado em 27/11/2017.

¹⁸ Do Inglês, *Education First*, empresa privada sediada na Suíça que atua nas áreas de ensino, pesquisa e intercâmbio cultural com foco na aprendizagem de idiomas.

¹⁹ Uma pesquisa com os termos “aprender língua estrangeira” foi realizada na Loja virtual Google Play em março/2018, dentre os 250 resultados, o Duolingo encabeçou a lista. Embora a primeira posição não garanta que seja o melhor, a qualificação deve-se pelo expressivo número de downloads e pela alta pontuação obtida nas avaliações.

potencialidades ou limitações. Adicionalmente tentar-se-á verificar a que público-alvo a ferramenta poderá ser ou não indicada.

Considerando os trabalhos e autores pesquisados juntamente com a experiência do autor, é possível afirmar previamente que o Duolingo pode contribuir com o ensino da língua inglesa.

Serão apresentados os trabalhos pesquisados seguidos do detalhamento das características da ferramenta estudada e por fim os resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Existem diversas teorias linguísticas que postulam como pode ocorrer o ensino de línguas estrangeiras e mesmo as mais antigas ainda são utilizadas nos dias atuais por instituições e professores.

Em se tratando especificamente do ensino de línguas mediado por tecnologias digitais, a partir dos anos 50, começaram a surgir teorias e técnicas de ensino baseadas no uso do computador. Nos anos 80, Davies e Steel (1981) cunharam o termo CALL, que é um acrônimo de *Computer-Assisted Language Learning*, definido por Levy (1997) como a busca e o estudo da aplicação do computador no ensino e aprendizagem de línguas. Leffa (2006) classifica as CALLs em três momentos distintos. O primeiro, denominado de "CALL-Behaviorista", defende que a aprendizagem de uma língua ocorre pela formação de hábito e, assim, promove inúmeros exercícios de repetição. O segundo, "CALL-Comunicativa", consiste em expor os aprendizes em atividades mais significativas, apoiadas por jogos e recursos gráficos de simulação. Nesta fase, ainda se mantinham muitas atividades behavioristas. Finalmente, a "CALL-integrativa", que só foi concebida com advento das novas mídias digitais e da Internet, passou a permitir um novo modelo de aprendizagem, cujas habilidades básicas de escuta, fala, leitura e escrita possam ocorrer de forma integrada.

A fim de analisar o funcionamento do Duolingo e de descrever suas características, foram feitos testes de uso. O autor do presente artigo o utilizou, durante os anos de 2012 a 2019, através de computador pessoal com o navegador Web Google Chrome, doravante referenciado por "versão web", e também através de *smartphone*, com o sistema Android, sendo referenciado como "dispositivo portátil".

Durante os testes não foi possível estabelecer comparações com outros *softwares* voltados para o ensino de idiomas, devido a suas características peculiares e ao fato de ser totalmente gratuito (informação destacada na figura 1) e pelo fato de não possuir publicidade. Existem diversos outros *softwares* educativos com proposta semelhante a do Duolingo, mas que não são gratuitos ou quando assim se intitulam, acabam por ter seu conteúdo limitado e, com o avançar dos níveis de estudo, necessitam da compra das versões mais completas. Um fato curioso é que o Duolingo iniciou suas atividades sem nenhum tipo de financiamento de empresas privadas ou públicas, mas obtinha recursos dos serviços de traduções realizados pelos próprios usuários-estudantes. A engenharia do *software* utilizada é

denominada de *crowdsourcing*²⁰. Através deste modelo a empresa oferecia um serviço aparentemente gratuito (ensino de línguas), e conseguia obter lucro aproveitando o trabalho (traduções) desenvolvido por seus estudantes e vendendo-o a terceiros, porém esse recurso foi descontinuado mas o *crowdsourcing* não, visto que o Duolingo conta cada vez mais com o apoio da comunidade para construir e revisar os conteúdos. Ainda sobre financiamento, sabe-se que ele já conta com diversos investidores, inclusive a gigante Google.



Figura 1 - Primeira tela de acesso ao Duolingo, versão web

Fonte: www.duolingo.com

Para começar a fazer uso do Duolingo, é necessário criar um perfil e escolher a LE que deseja aprender. Nas últimas versões desse aplicativo, foi liberado o acesso sem o perfil em caráter de teste, porém não é possível salvar o progresso e continuar de onde parou. Há diversas opções de idiomas, dependendo da língua de origem, e esta lista é periodicamente atualizada.

Uma vez escolhido o idioma, é exibido um *tour* de boas-vindas explicando conceitos básicos de uso. Há também a opção de fazer um teste de nivelamento para que os detentores de algum conhecimento possam ir direto às lições mais avançadas. Neste primeiro momento, os aprendizes estarão usando a opção "Aprender" da versão Web, que possui versão equivalente nos dispositivos portáteis, e funciona como uma espécie de jogo de perguntas no formato *quiz*, organizado em lições. Cada lição contém de 14 a 20 perguntas que podem ser, basicamente, do tipo "observe a imagem ou leia a sentença acompanhadas de pronúncia e traduza para sua língua origem"; ou "escute no outro idioma e escreva o que compreender"; ou, ainda, "leia e grave a pronúncia do que visualizar na tela". Esses três tipos de questões procuram trabalhar as habilidades linguísticas básicas (escuta, escrita e leitura).

²⁰ Segundo a versão online do dicionário Merriam-Webster (<http://www.merriam-webster.com>): Um modelo de produção e resolução de problemas que funciona de maneira diferente dos meios tradicionais onde um grande grupo de pessoas contribuem com os serviços necessários de forma *online* e distribuída.

À medida que os estudantes terminam cada lição, de acordo com os objetivos estipulados, recebem uma pontuação intitulada de “lingot” que poderá ser utilizada para adquirir superpoderes na loja virtual. Um dos superpoderes é a recarga de corações que é limitado a um por lição e corresponde à quantidade de vezes que se pode errar. A lição começa com 3 corações e cada erro consome um deles. Caso o estudante perca todos os corações, antes do término da lição, terá que voltar para o início dela. Estas características constituem-se como Pontos, Insígnias e Classificação que representam a tradução da sigla original PBL²¹.

Duarte (2014) explica que os PBLs são os mecanismos que promovem premiações intencionalmente planejadas para promover motivação durante as atividades gamificadas. A pesquisadora define gamificação como uma espécie de adaptação de determinadas atividades onde ocorre o uso de elementos que operam no universo dos games no mundo real objetivando um maior engajamento.

Além da pontuação dos *lingots*, há outro modelo de pontuação classificado como “dias de ofensiva”, que serve para comparação com outros usuários adicionados como seguidores que promovem uma espécie de disputa sobre quem pratica mais. Outro importante módulo é o “Reforçar Unidades”. Nele, o *software* utiliza um algoritmo (sequência de instruções) capaz de determinar que palavras o estudante tem menos domínio tanto a nível de vocabulário quanto a nível sintático-gramatical e oferece lições extras para uma maior prática de determinados conteúdos. Aqui o estudante pode escolher duas formas de se exercitar, uma similar à lição tradicional no número de questões e na pontuação máxima a se obter, na outra, denominada de prática com cronômetro, onde há um tempo limitado disponível para realizá-la, que, quando esgotado, encerra a atividade, mas a cada acerto, incrementa 10 segundos no tempo do usuário.

Havia uma funcionalidade, chamada “imersão” que era proposta aos usuários à medida em que progrediam nas lições, voltada a um ambiente de prática de tradução de textos, porém foi descontinuada. Outra funcionalidade que não foi descontinuada mas passou por modificações é a opção “conversa/comentar” que como o nome sugere, permite a interação entre os usuários, seja para tirar dúvidas com a comunidade ou promover discussões ou ainda sugerir melhorias.

Uma vez compreendido como funciona o Duolingo, é possível avançar a análise frente aos estudos e teorias de aprendizagem de LE. A experiência de uso e o diálogo com alguns teóricos permitiu enquadrar o Duolingo na concepção “CALL” em duas das três classificações propostas por Leffa (2006): na Behaviorista, por conter os exercícios de prática com caráter bastante repetitivo; e na Integrativa, por permitir interação entre estudantes (módulo Conversa) e tendo a capacidade de promover atitudes colaborativas, facultando ao estudante condições de sugerir novas

²¹ Do Inglês: Points, badges, and leaderboards

possibilidades de tradução, provendo-lhe sempre um *feedback* quando suas sugestões são acatadas.

Dentre os três enquadramentos explicitados, a “CALL-Behaviorista” apresenta-se mais evidente e será necessário maior aprofundamento.

Behaviorismo é uma teoria comportamentalista, concebida em 1913, no campo da psicologia, com bases filosóficas que tenta explicar, dentre outras coisas, como ocorre a aprendizagem. Esta teoria foi bastante reconhecida nos estudos sobre aquisição de línguas e, mesmo perdendo espaço, ainda é utilizada atualmente. O Behaviorismo postula que a aprendizagem ocorre por imitação do modelo correto, que, por sua vez, precisa de repetição e reforço para o alcance da aprendizagem, enquanto os modelos incorretos necessitam de punição para que sejam evitados. No Duolingo, o reforço pode ser percebido através do som agradável e tela verde após uma resposta correta ao passo que após uma resposta incorreta, o som desagradável e a tela vermelha funcionam como uma espécie de punição. (figuras 2 e 3).

Skinner, um dos principais teóricos behavioristas, em sua obra intitulada de “The Science of Learning and the Art of Teaching”, desenvolveu diversas pesquisas com as máquinas de ensinar. Elas influenciaram o modelo CALL vigente à sua época e até hoje possui grande repercussão. Nesta vertente, é possível enquadrar o Duolingo como uma espécie de evolução das máquinas de ensinar, ainda que possa soar negativamente, sua grande gama de recursos, possibilidades de interação e constantes atualizações superam essa perspectiva.

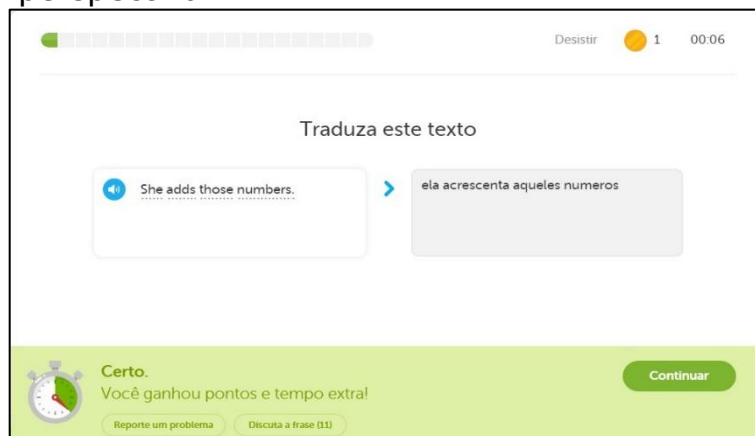


Figura 2 - Tela exibida após uma resposta correta
Fonte: www.duolingo.com

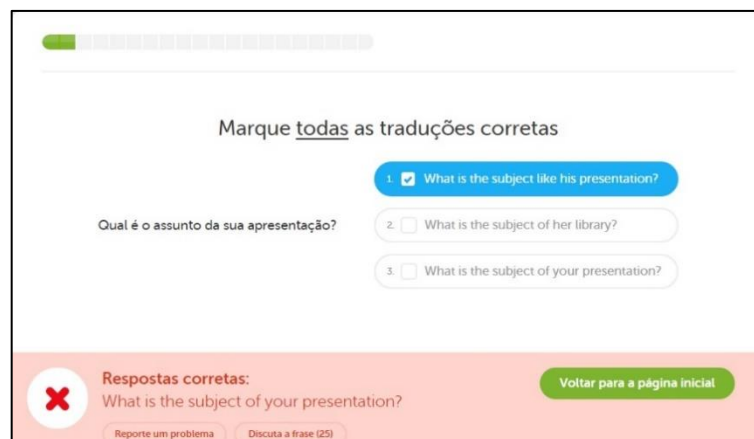


Figura 3 - Tela exibida após uma resposta incorreta

Fonte: www.duolingo.com

Outra classificação encontrada para o Duolingo foi a de ferramenta *mobile-learning*, com enquadramento nas teorias de gramática e tradução, método audiovisual, gamificação e teoria do caos e da complexidade. Petit e Santos (2013) conduziram um estudo sobre o uso do Duolingo nos dispositivos portáteis numa perspectiva *mobile-learning* que, segundo os autores, constitui-se como uma modalidade de ensino-aprendizagem facilitada por dispositivos portáteis como *smartphones* e *tablets* em contextos informais. Eles também analisaram o Duolingo fazendo um panorama das principais metodologias de ensino de línguas desde o surgimento da Didática até o século XXI e o situaram junto às teorias "gramática-tradução" e "tradução-gramática", do século XIX, e ao método "áudio-visual", do século XX. A conclusão dos autores é que, mesmo utilizando-se de metodologias tão antigas, a dimensão tecnológica, a característica de "gamificação" e o modelo de atividades interativas figuraram como escolhas assertivas para o processo de ensino-aprendizagem e, com isso, justificam o sucesso do aplicativo. Eles destacam a estratégia econômica de se promover um curso sem mediação humana que, depois de concebido, torna-se auto adaptável. Duarte (2014) analisa, além da gamificação, o funcionamento do Duolingo pelo viés das teorias do caos e da complexidade, que, mesmo não sendo alvo do presente estudo, traz conclusões importantes quando afirma que ele pode funcionar muito bem para um grupo de pessoas e para outros não. A pesquisadora também investigou o estudo (encomendado pelo Duolingo) de Vesselinov e Grego (2012), que analisou um grupo de estudantes falantes do Inglês-americano com vistas a aprender Espanhol, os quais se submeteram a testes de nivelamento antes e depois de usar o Duolingo. O estudo apontou que houve melhora significativa no desempenho linguístico do grupo e que um semestre letivo de Espanhol na Universidade pode ser substituído por 34 horas de estudos no Duolingo. Duarte (2014) ponderou ainda que o resultado da pesquisa não pode ser de todo generalizado, pois depende de como os processos ocorrem e como os integrantes se envolvem neles. Ela concluiu seu trabalho transmitindo a ideia de que o Duolingo pode ser uma boa ferramenta para estimular a aprendizagem.

Santana (2018) pondera que o Duolingo auxilia no processo cognitivo de aprendizagem de línguas estrangeiras, com um destaque maior para a versão portátil que mesmo aplicando um método tradicional de ensino e aprendizagem, através da memorização, repetição, assimilação e restituição, teve uma boa aceitação e bons resultados em sua pesquisa, muito provavelmente pela didática em formato de gamificação como estratégia de recurso motivacional. Apesar da boa aceitação, esse pesquisador concluiu que o Duolingo não substitui um professor em sala de aula, sendo classificado como um recurso complementar a aprendizagem.

METODOLOGIA

Esta pesquisa contou com a revisão bibliográfica utilizando-se das pesquisas de Leffa, Duarte, Petit e Santos e Santana como os principais teóricos consultados e adicionalmente com uma pesquisa voltada a um público que já utilizava a ferramenta.

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa do tipo qualitativa conduzida que foi fundamental para nortear o trabalho. Ela foi projetada como uma “Entrevista guiada”, mas o meio de coleta se deu de forma *online*. Durante um período de aproximadamente 30 dias, entre os meses de fevereiro e março de 2018, foram publicadas mensagens num canal dentro do Duolingo, denominado “Conversa”, e, adicionalmente, num grupo externo, vinculado a uma rede social, denominado de “Usuários do Duolingo”. As mensagens convidavam os usuários a participar de uma pesquisa e os interessados clicavam no endereço <<http://goo.gl/forms/zykYfvbb4F>> para, assim, participar, respondendo a um formulário eletrônico.

É importante ressaltar que todos os participantes pesquisados eram usuários nativos do Duolingo, diferente dos sujeitos das demais pesquisas consultadas, que eram convidados a entrar e testar o aplicativo pela primeira vez e, em outros casos, não tiveram sua experiência de uso divulgada. Por este motivo, estima-se que esta pesquisa tende a oferecer respostas mais confiáveis.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa contou com a participação de 43 usuários, sendo 32 (74%) do sexo masculino e 11 (26%) do sexo feminino. A LE mais procurada foi a inglesa com 88% dos usuários, restando 12% para as demais. Quanto à escolaridade, 47% do público era de nível superior, 49%, de nível médio/técnico e apenas 5%, de nível fundamental e, 55% dos participantes afirmaram estar cursando ou ter concluído um curso técnico.

COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

A problemática da dificuldade no ensino de LE pela rede pública de educação básica foi rapidamente constatada quando 79% dos participantes afirmaram que o Ensino de LE, durante o ensino médio/técnico, não foi suficiente para as aplicações acadêmicas e/ou no mundo do trabalho, seguidos de 21% que afirmaram que foi parcialmente suficiente enquanto

que ninguém respondeu ter sido suficiente.

Quanto ao tempo de uso do Duolingo, tivemos 39,5% dos participantes com mais de 1 ano de uso, 21% entre 6 meses a 1 ano e os demais, 39,5%, abaixo de 6 meses. Se considerarmos um período maior que 6 meses como suficiente para conhecer o aplicativo ao ponto de avaliá-lo, mais da metade, 60,5%, está apta para isso.

Sobre a motivação proporcionada pelo Duolingo, foi permitida a marcação de mais de um item no questionário, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Respostas a pergunta "O Duolingo motiva o estudo de outros idiomas (além da língua portuguesa)?"

Não, pois é um <i>software</i> como outro qualquer.	2%
Sim, pelas características gráficas e pelos recursos de multimídia e o dinamismo.	70%
Sim, pelo caráter "gamificado" e competições.	49%
Sim, por ser gratuito.	72%

Evidencia-se como maiores agentes de motivação, conforme a tabela 1, as características gráficas, os recursos de multimídia e o dinamismo, além de outro ponto determinante, a gratuidade.

Ao serem questionados sobre a percepção na melhoria da aprendizagem viabilizada pelo Duolingo, veio a maior surpresa, todos relataram melhorias, conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Respostas a pergunta: Você percebeu melhorias no seu aprendizado, através do uso do Duolingo no idioma escolhido?

Nenhuma	0%
Razoáveis	35%
Consideráveis	65%

ANÁLISE DE DADOS

Fazendo uma rápida interpretação dos dados coletados na tabela 2, está confirmado que todos os usuários, num processo de auto avaliação, constataram melhorias na aprendizagem e, portanto, temos a questão mais importante do trabalho respondida. O Duolingo foi capaz de contribuir com o ensino de LE de seus usuários. Essa constatação se deu no grupo pesquisado, por auto avaliação, e no estudo de Vesselinov e Grego (2012), por meio de testes de nivelamento.

Vale salientar que pela quantidade total de usuários abordados (43), os dados de desta pesquisa são considerados como amostra reduzida ou amostra não probabilística. Conforme Shumacher e McMillan (1993), este tipo de amostra é restritiva em possíveis generalizações dos resultados. De toda forma, em termos de resultados positivos, ela supera os demais resultados obtidos por teóricos consultados e permite afirmar, dentro das condições estudadas, que o Duolingo é uma ferramenta promissora, produtiva e dentro de suas características próprias, é capaz de promover melhorias no aprendizado de seus usuários como uma ferramenta TIC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorreu-se sucintamente sobre o ensino de LE no Brasil e seus desafios

frente a grande demanda por bilíngues como menor das condições e como os *softwares* educativos, em especial, o Duolingo podem contribuir. O Duolingo foi testado, analisado e teve suas principais características descritas e enquadradas com as principais teorias para o ensino de LE.

O aporte teórico consultado, ainda que com ressalvas apontou que o Duolingo é capaz de contribuir com o ensino de LE, principalmente por suas características de "gamificação", interatividade e estímulo à exercitação. Mesmo sendo constatado a utilização de metodologias antigas, foi demonstrada sua capacidade de auto adaptação sem mediação humana como um fator positivo.

Foram identificados benefícios como recursos multimídia otimizados, ludicidade, condições de aprendizagem colaborativa, alto fator motivacional, incentivos constantes através de notificação nos dispositivos portáteis e no e-mail cadastrado, gestão da aprendizagem (específico para vocabulário) fazendo uso dos erros cometidos para canalizar os exercícios para palavras e estruturas sintáticas menos apreendidas, criação frequente de novos módulos tomando como exemplo o específico para escolas e o Duolingo Test Center voltado para certificações e finalmente, as atualizações constantes, que na era da Internet, é essencial.

Apesar dos conteúdos pesquisados apresentarem diversos benefícios à aprendizagem, foram identificadas limitações sendo a mais grave a identificada por Petit e Santos (2013) que aborda o retrocesso didático do Duolingo por utilizar uma metodologia ultrapassada e a forte incidência na tradução de textos.

Adicionalmente, fica a sugestão de que o Duolingo possa ser testado em escolas e/ou públicos de Educação Profissional por sua compatibilização com a teoria "gramática-tradução", compatível com o ensino instrumental de LE devido as características apresentadas.

Fica o ensejo de que novas pesquisas possam ser realizadas para o verificar efetivamente a viabilidade do Duolingo na Educação Profissional e que possam melhor mensurar os coeficientes de aprendizagem de LE a partir do uso do Duolingo, considerando a Língua Portuguesa como língua origem, pois o único estudo apresentado deu conta apenas do aprendizado de Espanhol para falantes do Inglês dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

DAVIES, G.; STEEL D. (1981) "First steps in Computer-Assisted Language Learning at Ealing College of Higher Education". Paper presented at the CAL 81 Symposium, University of Leeds, 8-10 April 1981. Published as part of an article, "Micros in Modern Languages", **Educational Computing**, October 1982: 30-31.

DUARTE, G. B. **O processo de gamificação e a aprendizagem de línguas pelo viés da Complexidade**, 2014. Disponível em: <<http://www.oei.es/congreso2014/memoriactei/509.pdf>>. Acesso em: 13

jan. 2015.

Google Play, Disponível em <<https://play.google.com/store/search?q=aprender%20lingua%20estrangeira>>, acessado em 30/10/2018

LEFFA, V. J. **A aprendizagem de línguas mediada por computador**. In: Wilson J. Leffa. (Org.). Pesquisa em linguística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006.

LEVY, Michael. **Computer-assisted language learning** – context and conceptualization. Oxford: Clarendon Press-Oxford University Press, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

MORENO, A. M. "Com proficiência baixa em inglês, Brasil fica estagnado em ranking". **Globo.com**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/com-proficiencia-baixa-em-ingles-brasil-fica-estagnado-em-ranking.html>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

PETIT, Thomas; SANTOS, Gilberto Lacerda. A aprendizagem não formal da língua estrangeira com o smartphone: por que voltamos a metodologias do século XIX? **Anais do Simpósio Hipertexto**. Recife, Brasil. 2013.

SANTANA, Rafael da Silva; Abranches, Sérgio Paulino. Duolingo: a utilização da plataforma como ferramenta didática para o processo de ensino e aprendizagem em línguas estrangeiras. UFPE – Recife. 2018

SCHUMACHER, Sally; MCMILLAN, James H. **Research in education: a conceptual introduction**, 3rd edition. New York: HarperCollins College Publishers, 1993.

SCHUTZ, R. **O que significa aprender Inglês e como aprender?** English made in Brazil. 2007. Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-oque.html>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

VESSELINOV, R.; GREGO, J. **Duolingo Effectiveness Study** – Final Report. 2012. Disponível em: <http://static.duolingo.com/s3/DuolingoReport_Final.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

LITERATURA BRASILEIRA INFANTIL: A POESIA E PROSA PARA OS ALUNOS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Abreu, Adriana Nascimento²²

RESUMO

A Literatura Brasileira Infantil com ênfase nos gêneros prosa e poesia para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental se apresenta aqui como tema de trabalho. Já de objetivo geral tem-se: apresentar contribuições da literatura infantil junto aos pequenos leitores dentro dos gêneros poesia e prosa. Por isso, como problema tem-se: desvendar quais são as possíveis contribuições das obras literárias brasileiras infantis para o ensino aprendizagem das crianças das séries iniciais do ensino fundamental? Em meio as fundamentações teóricas indispensáveis na pesquisa aqui de cunho bibliográfico, utilizou-se de aportes autores como Vera Aguiar, Zilbeman, Abramovich entre outros. Concluímos que a partir dos objetivos preestabelecidos que a literatura brasileira infantil propõe uma experiência relevantíssima para o pleno desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Em razão da curiosidade da criança em querer desvendar outros mundos através do fantástico mundo oferecidos pela literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Infantil. Poesia. Prosa. Ensino Fundamental.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade destacar a importância em especial dos gêneros prosa e poesia dentro da literatura infantil. Levamos em consideração a enorme importância que a educação tem ao contribuir na formação e no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: cognitivo, perceptivo, cultural e social. É indiscutível que o período que a criança passa na escola é de suma importância para a construção de sua inteligência, afetividade e socialização. Nessa perspectiva indagamos: Qual a importância e a contribuição da literatura infantil no gênero poesia e prosa na vida de crianças que estão nas séries iniciais do ensino fundamental? Na primeira parte do trabalho são apresentados os aspectos históricos da literatura infantil no mundo prosseguindo em seguida um estudo acerca da história da educação Infantil no Brasil, mostrando os avanços e contribuições dos autores mais importantes do século XVII aos dias atuais. A segunda parte dá ênfase às características especiais do público a quem se destina a Literatura Infantil. Há ainda neste capítulo a preocupação como deve ser a confecção do suporte dentro do gênero prosa e poesia para as crianças das séries iniciais. Seguindo nessa linha de pensamento, este

²² Pós-graduanda em Letras: Português e Literatura pela FaSouza. E-mail: adrianadocinho04@hotmail.com

capítulo traça as características de como deve ser elaborado esses gêneros para as crianças. Assim tomamos como base autores como Vera Aguiar, Regina Zilberman, Fanny Abramovich, Piaget, Nelly Novaes Coelho, dentre outros que contribuíram na realização dessa pesquisa. O tipo de pesquisa adotado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Lakatos e Marconi “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. Em seguida figura as considerações gerais acerca da pesquisa em estudo, levando em consideração se os objetivos pretendidos foram alcançados e ressaltar as contribuições desse trabalho para o meio acadêmico e científico.

LITERATURA INFANTIL E LITERATURA BRASILEIRA INFANTIL

O conceito de literatura infantil versado por vários autores proporcionará um entendimento da literatura e do universo que ela se propõe que é para alimentar o imaginário da criança que tem acesso à herança cultural, de uma maneira adequada à sua idade, enriquecendo seu conhecimento e ajudando a construir sua personalidade. A palavra *literatura*, como informa AGUIAR E SILVA (1988), deriva da palavra latina *litteratura*, que fora, por sua vez, imitada do substantivo grego (*grammatiké*). O uso desse termo nas diversas línguas estava, entretanto, muito longe de abarcar o caráter especializado com que o vemos hoje.

Cagneti 1996, defende que: A Literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização. O autor afirma ser a literatura uma arte e que ela está presente em todos os lugares e em todas as coisas. Como este trabalho tem seu *corpus* direcionado para a infância não poderia deixar de mencionar a concepção de uma das maiores críticas da literatura infantil e juvenil do Brasil, Nelly Novaes Coelho, que desde 1961 exerce a crítica e o ensaísmo literário. A mesma conceitua a literatura infantil dizendo:

Literatura é uma linguagem específica que, como toda linguagem, expressa uma determinada experiência humana; e dificilmente poderá ser definida com exatidão. Cada época compreendeu e produziu Literatura a seu modo. Conhecer esse “modo” é, sem dúvida, conhecer a singularidade de cada momento da longa marcha da humanidade, em sua constante evolução. Conhecer a literatura que cada época destinou às suas crianças é conhecer os ideais e valores ou desvalores sobre os quais cada Sociedade se fundamentou e fundamenta. (COELHO, 1997, p. 24).

Ainda Coelho a Literatura Infantil é: “Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a

educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo".(COELHO, 1991, p. 5). Esta autora é uma grande defensora da literatura infantil, ela acredita no poder da transformação que pode haver no indivíduo que interage com o mundo dos livros que trazem consigo o estímulo para sonhar com o mundo de fantasia.

Encontra-se, também, essa preocupação de cunho psicológico na definição de BETTELHEIM (2007, p.12) que entende por literatura infantil aquela que objetiva "desenvolver a mente e a personalidade da criança" e não só divertir e informar; como a que se deve ter significado para a criança, isto é, transmitir as experiências da vida. Este psicanalista entende que a fantasia dos contos de fadas é fundamental para o desenvolvimento da criança. Há significados mais profundos nos contos de fadas que se contam na infância do que na verdade que a vida adulta ensina. É por meio dos contos infantis que a criança desenvolve seus sentimentos, emoções e aprende a lidar com essas sensações.

Cademartori 1986, aponta que vislumbra o assunto como sendo: a literatura infantil, como seu adjetivo determina, é a literatura destinada à criança, que tem como objetivo principal oferecendo-lhe, através do fictício e da fantasia, padrões para interpretar o mundo e desenvolver seus próprios conceitos. Ele nos ajuda também a compreender que há fascínio na fantasia no faz de conta, mas há também um aprendizado no momento que se dar as interações do campo imaginário para a vida real.

Frantz 2001, julga ser: "A literatura infantil é também ludismo, é fantasia, é questionamento, e dessa forma consegue ajudar a encontrar respostas para as inúmeras indagações do mundo infantil, enriquecendo no leitor a capacidade de percepção das coisas" Por meio da literatura infantil, a criança descobre o mundo através da fantasia, lúdico, mágico e sonho, enriquecendo sua imaginação e despertando-lhe a liberdade de pensamento e a criatividade. Por meio dela, a criança estabelece uma relação de harmonia entre fantasia e realidade, facilitando a compreensão das coisas do mundo adulto e a resolução de conflitos internos.

Por sua vez SOSA (1982) assinala a importância da literatura infantil como etapa criadora dentro do problema geral da imaginação, uma vez que não se sabe bem em que idade, nem em que forma e circunstâncias ela aparece na criança. O mesmo autor afirma que a imaginação é a "faculdade soberana" e a forma mais elevada do desenvolvimento intelectual. Se em outros componentes curriculares atenta-se a conteúdos significativos para as crianças, na literatura infantil encontra-se o espaço privilegiado para estimular o sujeito como elemento gerador das hipóteses mágicas.

O novo ordenamento legal trazido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reconhece a criança como um cidadão de direitos e veiculam uma concepção de criança como um sujeito cultural, social e histórico. Isso implica que suas vontades, desejos, opiniões, capacidades de decidir,

maneira de pensar, de se expressar, formas de compreender o mundo são construídas na cultura e na história. Significa dizer que cada ser humano que chega ao mundo, carrega consigo, por um lado a história da humanidade e da cultura, erguida ao longo de muitos séculos de civilização e de organização social. Por outro lado, o indivíduo constrói uma história

ADAPTAÇÕES DA LITERATURA INFANTIL AO SEU DESTINATÁRIO

Ao se abordar sobre adaptação, no que concerne a literatura infantil ou juvenil, é quase falar do mesmo objeto; sabe-se que o gênero, determinado por um destinatário hipotético - o leitor infantil ou leitor juvenil padronizado pelo olhar adulto e para alguém de suas pluralidades subjetivas, gostos, experiências, gêneros e saberes - nasce ligado a uma intenção pedagógica; a escritura literária infantil e juvenil teria começado, sem dúvida, a partir da ideia de adaptar, ou seja, quando alguém ou algo se adequa ou é adequado, se ajusta ou é ajustado, a um determinado contexto ou meio a fim de sobreviver - no sentido biológico, ou de ser aceito ou compreendido - no sentido sociocultural.

As adaptações literárias hoje é uma realidade, o mercado editorial nesse segmento aos poucos vem se firmando e a utilização de adaptações de obras clássicas em sala de aula é um fator que gradativamente se percebe como uma realidade no ensino, tanto no público quanto no privado. A adaptação surge com o intuito de propiciar ao leitor a apreciação da obra original, muito antes da leitura íntegra da mesma. A definição de adaptação proposto por Carvalho apresenta-se, portanto, dentro de uma funcionalidade prática sociocultural; o autor-adaptador estaria, através dos recursos de sua escrita própria, calibrando uma cultura escritural consagrada, porém inacessível à compreensão de uma tipologia de leitor ainda não plenamente operante dos signos da linguagem. O autor diz que ao se condicionar o gênero não só por sua distância histórica da fonte, mas também por uma visão cultural e social que o define e localiza em assimetria evidente entre o objeto de origem, o mediador e seu destinatário - não desqualificaria o texto adaptativo enquanto ele se mostrar permeável às qualidades universais da obra-fonte e pontua que:

[...] adequação do assunto, da estrutura da história, da forma, do estilo e do meio aos interesses e às condições do leitor infantil, o que não representa a escolha por um gênero inferior. Ao aproximar o texto do universo do seu receptor, postula-se a possibilidade de estabelecer o diálogo entre os mesmos e, por conseguinte, tornar possível à criança o acesso ao mundo real, organizando suas experiências existenciais e ampliando seu domínio linguístico, bem como enriquecendo seu imaginário. (CARVALHO. 2006: 49.)

O autor Carvalho afirma que o uso da adaptação literária se justifica em virtude da sua contribuição para com a variedade temática e de assuntos a serem abordados pela literatura destinada à criança, trazendo preocupações universais para seus contextos históricos e culturais e

proporcionando interações entre culturas e localidades. Ainda Carvalho nos define o que de fato seria uma adaptação:

[...] a adaptação literária para crianças e jovens é um processo instável, tendo em vista que o uso de procedimentos narrativos tais como o corte, a segmentação, a redução de elementos, a mudança ou manutenção da perspectiva narrativa, a simplificação das ações, a representação do tempo e do espaço mais próxima ou mais distante do original, depende do cruzamento da leitura da obra e do leitor-alvo que o adaptador realiza, tendo como parâmetro o caráter emancipatório da obra fonte. (CARVALHO, 2006, p. 381.)

O autor expressa claramente como uma adaptação acontece com determinado texto literário, no entanto ele admite ter certa instabilidade, pois dependem de vários fatores. É importante ressaltarmos que essas adaptações literárias utilizam frequentemente, como subsídios para suas obras a ilustração, embora na versão original não disponha. Isso acontece porque o público destinatário não é amadurecido quanto à literatura, dessa forma é necessários subterfúgios para esse público em específico e assim ocorra sua compreensão plena.

Na adaptação literária a figura do leitor apresenta-se mais determinante ainda para a realização do processo de criação, uma vez que a intenção é atingir um público com um perfil bastante delimitado e é essa representação que orienta a reescritura de uma obra é o que também enfatiza. (CARVALHO, 2006, p. 17)

Na verdade o adaptador é, antes de tudo, um leitor crítico, pois sobre ele recai a responsabilidade de buscar na obra original inspirações para tornar a adaptação compreensível, simplificada e capaz de não fugir do objetivo da obra para seu destinatário.

NA POESIA

O texto poético literário tem o poder de atingir a alma das pessoas, como é sempre algo muito inteligente transforma o ser humano. Quando se usa texto no processo de desenvolvimento da criança na relação texto-leitor há uma transformação do indivíduo. A poesia está para além da linguagem poética, está na linguagem da vida. A importância de trabalhar este tema decorre de ser ele pouco difundido entre as séries iniciais, deixando assim um rombo enorme nas séries subsequentes que continuam sem ver a poesia na sala de aula, e resumindo a literatura, na maioria das vezes quando trabalhada, a textos prosódicos, ficando assim a poesia à margem do que é ensinado nas escolas.

O que acontece é uma supervalorização da prosa literária em relação à poesia. Mas a poesia, além de ser uma linguagem extremamente atual, anota-se como necessária para a formação de novos cidadãos críticos e será utilizada por toda a vida do aluno, não só na vida escolar, como fora dela também. Na medida em que o contato da criança com a literatura influencia sua mente e o seu "coração", esta literatura tem uma finalidade primária e fundamental que é promover na criança, o gosto pela beleza da palavra, o

deleite pela criação de mundos de ficção e a função de fixar palavras no mundo mágico da criança, permitindo-lhe, não só entendê-las e usá-las, como também desfrutá-las no contexto da imaginação.

Para Nelly Coelho, poesia não é só palavra é também imagem e som. "As palavras são signos que expressam emoções, sensações, ideias... através de imagens (símbolos, metáfora, alegorias...) e de sonoridade (rimas, ritmos...). É esse jogo de palavras, o principal fator de atração que as crianças têm pela poesia, transformada em canto (as cantigas de ninar, cantigas de roda, lengalengas...). Ou pela poesia ouvida ou lida em voz alta, que, lhes provoque emoções, sensações, impressões, numa interação lúdica e gratificante." (2000, p.222)

Carvalho cita como referência de adaptação, os textos de Monteiro Lobato gerados a partir da literatura estrangeira, traduzidos por ele mesmo e alterados pelo seu próprio estilo de escrita e a inter-relação com o mundo do Sítio do Pica-pau Amarelo. Entende-se essas adaptações como sendo um meio sintetizado para chegar à assimilação do tema da obra escolhida e assim ela atingir o maior número de usuários de forma simples e que proporcione entendimento fácil. Citamos aqui "A Rosa de Hiroshima", poesia de Vinícius de Moraes, que fala sobre a segunda guerra mundial.

NA PROSA

O poeta Homero pôde cantar as incríveis façanhas de deuses e heróis com a mais absoluta liberdade de imaginação, sem se preocupar com que algum ouvinte ou leitor pudesse inquirir sobre a fonte de seu conhecimento; os prosadores do mesmo assunto ficcional (a Guerra de Tróia) procuraram precaver-se contra o espírito crítico dos leitores, colocando no início de suas obras literárias pseudofontes históricas (Chassang, 72, p. 23). apud D'onofrio(1983). Tal costume perpetuou-se na história da narrativa em prosa e intensificou-se na época do Romantismo, quando os romancistas, para conferir um caráter de historicidade às obras, inventavam a existência de manuscritos anônimos de que os romances seriam apenas transcrições e reelaborações.

É por força do desejo de ser acreditado que todo ficcionista em prosa, um mais outro menos, consciente ou inconscientemente, estrutura sua obra segundo o princípio da verossimilhança: o autor, através do narrador fictício, procura prestar conta ao leitor do modo pelo qual veio a conhecer os fatos narrados: "Reina aqui urna estranha *coincidentia oppositorunn*: por um lado, deseja-se que o romance derive da fantasia como a força mais poética (ficção é um termo técnico bem adequado); por outro lado, deseja-se, todavia, a verossimilhança, a realidade, mesmo a "certificação" do que é narrado" (Kayser, 33, II, p. 261) apud D'onofrio(1983). Como exemplo Monteiro Lobato no Sítio do Pica-pau-amarelo, a avó, representa a orientação para a criança, sem cobranças e sem punições, uma espécie de mãe passada a limpo.

O texto numa página é ilustrado na página do lado por doze bonecas russas com as carinhas alegres de quatro gerações que começaram com vovó Vivi

sua filha, sua neta, sua possível bisneta... Uma brincadeira colorida para falar de coisa séria. O livro conta a história do crescimento da menina, amores, amizades, presentes, passeios, a liberdade de brincar com coisas da avó. Simboliza a admiração que toda criança tem por algum adulto. "Eu já sei o que vou ser quando crescer. Vou ser você, Vó Vivi." Logo, ocorre a identificação da criança com a personagem, porque se julga capaz da mesma reação e solução de problemas.

ORIGEM HISTÓRICA DA LITERATURA INFANTIL

A história da literatura infantil está atrelada à história da própria concepção de infância e os primeiros livros para crianças que passaram a ser produzidos somente no final do séc. XVII e durante o séc. XVIII, antes disso não se escrevia para crianças, pois não existia o que chamamos hoje de "infância"; as crianças e os adultos compartilhavam dos mesmos eventos sociais. Foi com o advento de uma nova classe social, a burguesia e a valorização de um modelo familiar burguês onde a criança ganha um enfoque de reprodução da classe, por isso um interesse maior na sua educação e na transmissão de valores burgueses. A literatura infantil deve seu nascimento e concepções a uma determinada época de uma necessidade social como está enfatizado abaixo:

Faz-se necessário, ainda, refletir a que objetivos atende a Literatura no currículo das escolas. A clareza em relação a esses objetivos dá-se a partir da compreensão do papel ou função da mesma na história das civilizações. A concepção de homem e de mundo (...) facilita a compreensão da Literatura como um conhecimento produzido pelo homem como ser histórico e que por essa razão, serve-se dela para compreender, interpretar e transformar de perpetuar as relações sociais. "Nesse sentido, não há como divorciar a função social da Literatura de sua função no currículo escolar." (Proposta Curricular, 1998).

Desde o seu nascimento, a Literatura está ligada à sua atuação sobre o pensamento, permitindo ao leitor a possibilidade de ampliar, transformar ou enriquecer a experiência de vida do leitor. Partindo desse pressuposto, Literatura Infantil é antes de tudo qualquer coisa, Literatura, arte, emoção e sentimento que representa o homem por meio da palavra. Essa mistura de sonho e realidade, imaginação e fantasia agradam tanto a adultos como crianças, independentemente do estilo.

A história da literatura infantil tem relativamente poucos capítulos. Começa a delinear-se no início do século XVIII, quando a criança pelo que deveria passa a ser considerada um ser diferente do adulto, com necessidades e características próprias, pelo que deveria distanciar-se da vida dos mais velhos e receber uma educação especial, que a preparasse para a vida adulta" (CUNHA,1999,p22)

Assim que as primeiras manifestações literárias começaram a surgir no século XIX estava voltado apenas à elite e resumia-se apenas às peças teatrais. Mudanças foram acontecendo do final do século XIX e início do século XX onde os estudantes passaram a ter contato com trechos de obras

literárias nos exercícios pedagógicos. Foi nesse período que começou a surgir um novo público, às crianças deixavam de ser vistas como adultos em miniaturas. Livros e revistas foram publicadas facilitando assim o acesso aos livros por mulheres e crianças. Ainda no século XVI, na Europa já existiam livros populares, a literatura de cordel em Portugal e os conhecidos chapbooks (pequenos livros vendidos por ambulantes) na Espanha.

No princípio na Literatura Infantil nem tudo se apresentava como era hoje; não havia uma literatura específica para as crianças como já foi citado, pois estas eram vistas como adultos em miniaturas. A partir do momento em que as crianças passaram a ser vistas como tal e que deveria receber proteção e cuidados, teve início as adaptações que visam a transmitir conceitos considerados mais úteis à criança como pequeno leitor. Os primeiros registros de nascimento da Literatura Infantil datam de meados do século XVII na França. De acordo com COELHO (1991, p.75) 1668 – “As Fábulas de La Fontaine ; 1661/1697 – Os Contos da Mãe Gansa de Charles Perrault; 1669/1699- Os Contos d Fada, de Mme. D’Aulnoy ; 1699- Telemâco e Fenelon”. A partir de então novas publicações e inovações são criadas e se modificam o tempo todo. Os precursores em obras para crianças foram os Europeus durante a primeira metade do século XVIII. Anterior a este século, ainda no século XVII alguns textos foram escritos e adaptados, especialmente conto de fadas, que são considerados pioneiros na literatura infantil e que teve como um dos principais autores Charles Perrault:

A Literatura Infantil tem seu início através de Charles Perrault, clássico dos contos de fadas, no século XVII. Naturalmente, o consagrado escritor francês não poderia prever, em sua época que tais histórias, por sua natureza e estrutura, viessem constituir um novo estilo dentro da Literatura, e elegê-lo o criador da Literatura da Criança. (CARVALHO, 1982, p. 77).

Perrault estava preocupado em suas histórias retratar a sociedade de sua época, influenciado pelo folclore, o principal fundamento da Literatura Infantil naquela época. Foi o responsável também por um novo modelo literário: o conto de fadas. Foi também o primeiro a aperfeiçoar esse tipo de literatura, dentre suas obras destacam-se: Pequeno Polegar, Barba Azul, Chapeuzinho Vermelho, Gato de Botas e Cinderela. Ainda no século XVII, época contemporânea de Perrault outro autor merece destaque dentro do contexto histórico da literatura infantil: Fenelon, foi o responsável por uma literatura mais juvenil com o propósito de educar devido ao intenso caráter de valores educacionais transmitidos por suas obras, foram adaptados com o intuito de atender aos pequenos leitores.

A tão importante ludicidade, hoje considerada uma peça fundamental no desenvolvimento infantil, não se fazia presente em suas obras. A literatura direcionada ao público infantil e adulto eram iguais. Esses dois universos tão diferentes, e concomitantemente considerados tão iguais não eram

distinguidos pela faixa etária ou por etapas de maturação psicológica. Como afirma Zilberman (1987):

Todavia, a concepção de uma faixa etária diferenciada com interesses próprios e necessitando de uma formação específica, só acontece em meio à Idade Moderna. Esta mudança se deu a outro acontecimento da época: a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, estimulando assim, o afeto entre seus membros. (ZILBERMAN, 1987, p.13).

Tomando como referencial a afirmação da autora acima, percebe-se que, antes do novo modelo de família burguesa, não havia sequer um tipo de consideração para com a infância. As crianças e os adultos eram considerados seres de um mesmo universo. Após o novo modelo familiar, voltou-se um olhar diferenciado para os pequenos, resultando dessa forma em mudanças significativas na relação criança-adulto, além de proporcionar resultados no seu desenvolvimento emocional e afetivo. Foi nessa época também que se percebeu que a criança pobre não tinha o privilégio do acesso à leitura e à escrita propriamente dita, enquanto a criança pertencente das altas camadas sociais lia e aproveitavam grandes clássicos da literatura daquele período.

Então surgiu na Literatura Infantil no século XVIII Luís Jacobo Guilherme e Carlos Grimm, conhecidos como irmãos Grimm. Os irmãos inovaram com um novo modelo de literatura, sob a ótica do Romantismo, utilizando a simplicidade e os personagens populares para escrever seus contos. Conforme cita carvalho (1982):

E são os Irmãos Grimm que, animados pelo espírito do romantismo vão buscar suas histórias, "vivas", na pureza e na simplicidade das fontes folclóricas, e revalorizar os contos maravilhosos, com a mesma dimensão que alcançaram no século XVII. (CARVALHO, 1982, p.104).

Os irmãos Grimm dedicaram-se à confecção de várias fábulas infantis e após a edição de contos de fadas tornaram-se de certo modo sinônimo de literatura para as crianças. Através de lendas e folclore, os irmãos Grimm criaram uma literatura infantil capaz de encantar jovens e crianças. Foram personagens populares que ocuparam as páginas das histórias contadas pelos irmãos Grimm como alfaiates, camponeses, entre outros, assim como a presença de personagens de mundo mágicos como anões. Podemos citar que entre suas obras de destaque estão: A Gata Borralheira, Branca de Neve, João e Maria, entre outras que nos encantaram quando criança e encantam até hoje quem as lê.

O dinamarquês Hans Cristian Andersen no século XIX surgiu com histórias infantis e esse autor buscou com entusiasmo enriquecer a literatura infantil e juvenil da época com suas obras. Segundo CARVALHO (1982), Andersen foi considerado o maior poeta da literatura infantil, pois empregava em seus textos um estilo vivo e íntegro de movimento, fazendo uso de uma

linguagem encantadora, dando vida a todos os seres, animando até mesmo objetos mais simples. Após esse percurso histórico, a literatura infantil de acordo com o psicanalista Bettelheim (1980), para que uma estória realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar sua curiosidade. Mas para enriquecer sua vida, deve estimular-lhe a imaginação, ajudá-la a desenvolver seu intelecto e a tornar claras suas emoções; estar harmonizada com suas ansiedades e aspirações; reconhecer plenamente suas dificuldades; e, ao mesmo tempo, sugerir soluções para os problemas que a perturbam. Assim devemos assimilar a literatura como uma linguagem própria.

Segundo Coelho (2000, p.27) "e como toda linguagem, expressa uma determinada experiência humana, e dificilmente poderá ser definida com exatidão." Conclui-se diante do que foi estudado até agora que cada período produziu uma literatura própria. E tornar-se conhecedor de cada estilo é, sem dúvida, perceber a singularidade de cada tempo de longa caminhada da humanidade que está em constante evolução. Percebe-se aqui como surgiu à literatura infantil no mundo e como ela foi disseminada por autores que tiveram suas histórias fincadas para sempre nas mentes ao redor do mundo. No entanto, ela chegou ao Brasil e é isso que vamos conhecer a seguir.

A LITERATURA BRASILEIRA INFANTIL

Historicamente, sem tradição própria, os passos da evolução da literatura brasileira estiveram entre a importação de obras literárias e a tentativa de afirmação da nacionalidade sob a forma de traduções de obras europeias para o público infanto-juvenil e, em seguida, de obras pedagógicas destinadas às escolas. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1999).

No Brasil, apenas se pode falar em literatura infantil, após a implantação da Imprensa Régia, em 1808, com a chegada de D. João VI ao país. As obras publicadas nessa época eram traduções e adaptações das obras portuguesas. Até esse momento nossas crianças liam textos não literários escritos por pedagogos com intenções didáticas e/ou moralizantes. Mas, esse ensino era privilégio das classes dominantes e sofria com a proibição da entrada de qualquer livro que pudesse despertar um posicionamento crítico.

Coelho (2000, p. 30) esclarece, "o caminho para a redescoberta da literatura infantil, foi aberto pela psicologia experimental, que considerava a inteligência um elemento construtivo do universo que cada pessoa constrói dentro de si". Nessa época de valorização do saber, aparecem as primeiras manifestações de reforma pedagógica e literária que visava à formação de um novo modelo de geração brasileira.

A literatura infantil deu os primeiros passos com as obras de Carlos Jansen com sua obra intitulada "Contos seletos das mil e uma noites", Figueiredo Pimentel com o "Contos da Carochinha", e outros representantes como Coelho Neto, Olavo Bilac e Tales de Andrade. No entanto, o mais importante escritor infantil foi Monteiro Lobato. Foi com ele que de fato foi iniciada no

Brasil a literatura infantil. Considerando que as obras adaptadas eram de origem europeia, o primeiro registro de literatura infantil brasileira dá-se pelas mãos de Monteiro Lobato, em 1920, com a obra *A menina do narizinho arrebitado* (CADEMARTORI,1986). Ademais, muitos autores concordam e compreenderam o trabalho realizado por Lobato de inovar na literatura infantil no Brasil, como o citado abaixo:

Com a publicação de *A menina do narizinho arrebitado*, em 1921, José Bento Monteiro Lobato inaugura o que se convencionou chamar de fase literária da produção brasileira destinada especialmente às crianças e jovens. (SANDRONI, 1998, p. 13).

Ainda CADEMARTORI,1986, assegura que as obras infantis de Lobato anteciparam uma realidade que superou preconceitos históricos e ignorou o moralismo tão presente nas obras destinadas à criança, na época, tais como a moral oficial, os preceitos religiosos e as normas estatais.

Monteiro Lobato cria, entre nós, uma estética da literatura infantil, sua obra constituindo-se no grande padrão do texto literário destinado à criança. Sua obra estimula o leitor a ver a realidade através de conceitos próprios. Apresenta uma interpretação da realidade nacional nos seus aspectos social, político, econômico, cultural, mas deixa, sempre, espaço para a interlocução com o destinatário. A discordância é prevista (CADEMARTORI, 1986, p. 51).

José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté em 1882 no interior de São Paulo, formou-se em Direito e atuou como promotor público e depois se tornou fazendeiro devido à herança deixada por seu avô. Sua obra consiste em contos, ensaios, romances e livros infantis. Além de escritor, Monteiro Lobato foi tradutor. É considerado, juntamente com outros escritores brasileiros, um dos maiores e mais importantes nomes da nossa literatura. Elencamos aqui suas principais obras: *Urupês*; *Cidades Mortas*; *Ideias do Jeca Tatu*; *Negrinha*; *Reinações de Narizinho* - livro que reúne várias histórias infantis; *Sítio do Pica-pau Amarelo* - obra que depois de publicada teve várias adaptações, inclusive na TV aberta encantando por vários anos milhares de crianças; e *O Minotauro*. Monteiro Lobato em sua peculiaridade de editor fazia seus exemplares serem vendidos em todo o país, em qualquer tipo de comércio, e não apenas em livrarias, chegando a mudar de 400 ou 500 exemplares por edição para 3000 em média. Nessa mesma época fez editar, talvez por inexperiência 50.500 exemplares de *Narizinho Arrebitado*, um livrinho de leitura extra. Além do grande mestre da literatura brasileira infantil Monteiro Lobato, outros escritores de destaque se dedicaram a esse segmento da literatura como Ziraldo com seus clássicos como: *O Menino Maluquinho*; *A bonequinha de pano*; *Este mundo é uma bola*; *Uma professora muito maluquinha*; e uma escritora de evidência também foi Ana Maria Machado que se dedicou ao público infantil, suas obras mais conhecida são: *A Grande Aventura de Maria Fumaça*; *A Velhinha Maluquete*; e *O Natal de Manuel*.

A partir desse momento revolucionário na literatura em especial a literatura infantil, o livro infantil passou a ser cada vez mais valorizado e sua elaboração exigia uma série de cuidados que caracterizasse boa percepção do leitor, isso inclui detalhes importantes que iria facilitar o manuseio e o entendimento das crianças. Esses detalhes não são apenas com o conteúdo, mais também com os aspectos materiais e ilustrativos. Segundo AGUIAR (2001, p. 34) “a quantidade e qualidade coexistem na literatura infantil, na qual grande produção de textos estereotipados compete com sucesso no mercado de bens culturais”.

Junto às novas transformações as crianças brasileiras passaram a serem extremamente beneficiadas com o jeito atraente das obras que ganharam um colorido novo, o humor e a curiosidade passam a estabelecer relação com a literatura infantil, e dessa mesma forma, de acordo com COELHO (2000, p. 155) “a intenção de realismo e verdade se alterna com a atração pela fantasia, imaginário ou maravilhoso”. O gênero literário passa a ter novas características no que se refere à qualidade do papel, às ilustrações e à atenção a visualidade. Portanto, com toda essa mudança ao longo dos tempos, a literatura infantil torna-se um veículo de várias linguagens que possibilita à criança leitora a busca e o encontro de novas descobertas.

LITERATURA INFANTIL NAS SÉRIES INICIAIS

Quando se trata de literatura infantil, não podemos deixar de lado o longo caminho por ela percorrido e os impasses porque passou para poder se firmar como arte. Desde sua origem, como já foi visto, a literatura infantil esteve ligada à pedagogia e estava a serviço de uma ideologia dominante, transmitindo valores burgueses dentro de um ideário pedagógico. E essa ligação fez com que a literatura infantil fosse vista como uma literatura inferior e usada apenas como forma de diversão. Essa forma de ver a literatura infantil fez com que a poesia infantil também fosse desvalorizada. Mas a partir do momento que houve a ruptura com essa situação, tanto a literatura quanto a poesia adquiriram valor de arte.

Mas não é tão simples assim. A poesia infantil somente conseguiu se firmar como arte há pouquíssimo tempo, a partir do momento que seus produtores conseguiram dar um novo tratamento a esta modalidade de literatura, livrando-se da pedagogia tradicional e inserindo-se na poética. Apesar dessa evolução no conceito, na qualidade alguns professores ainda têm preconceito quando se trata do tema poesia infantil, alegando que as crianças não gostam do gênero, mesmo tais educadores sabendo que a leitura deve fazer parte do mundo dos pequenos. Essa atitude preconceituosa por parte de alguns professores talvez seja de corrente de uma forte ligação que ainda possa existir entre pedagogia e poesia.

Esse afastamento da criança em relação à poesia é complicado, pois assim como o mundo infantil, o mundo poético é repleto de fantasias e imaginações. Então, privar a criança de ter acesso a esse bem cultural significa reduzir suas possibilidades desde formação e crescimento intelectual. Quando o professor é questionado sobre esse afastamento e

que faz o uso de fragmentos textuais, interpretações errôneas, adaptações equivocadas achando que com isso vai aproximar a criança do imaginário poético infantil, isso compromete ainda mais o desenvolvimento da criança, pois o que está em voga é a visão e o interesse do adulto, eliminando dessa forma as potencialidades da poesia infantil como forma de conhecimento, pois, segundo Bordini: “[...] na poesia, o aprendizado possível se produz pela própria estrutura do poema, que seduz e estimula o leitor fisicamente pelos ritmos e efeitos acústicos e intelectual e afetivamente pelas representações ou vivências que suscita” (BORDINI, 1998, p.93).

Como o advento da tecnologia, outras formas de acesso ao conhecimento, ao mundo da leitura se tornaram presentes na escola, estimulado pelo facilitador desse mundo mágico o professor, ou seja, se havia certa limitação por parte do professor em inserir os pequenos no mundo da literatura, eles tão tendo acesso de outras formas, e isto é plausível, desde que seja saudável e educativo.

Mas é indiscutível o fato de que a poesia infantil jamais poderá deixar de fazer parte dos conteúdos escolares e o professor como mediador do processo ensino aprendizagem deve ser conhecedor das especificidades que circundam o mundo da literatura, para ser mais preciso da poesia infantil. Pode-se citar algumas especificidades existentes na literatura infantil, particularmente dentro da poesia. Podemos destacar, por exemplo, o cuidado com o papel, a letra, o projeto gráfico, o formato, uma vez que tudo isso se soma no sentido geral do texto.

É importante ressaltar o que diz respeito à ilustração que, além de exercer papel fundamental nos textos infantis, facilita o contato das crianças com o livro. Todos esses elementos quando associados ao elemento poético, contribuem para fazer emergir na criança a criatividade, a sensibilidade, e a emoção e a fantasia, claro. Reafirma-se diante disso que o trabalho com a poesia infantil deve ser cuidadoso e realizado a partir da ampliação da capacidade da criança sentir os elementos que são capazes de ser transmitidos na poesia. O conceito de belo, que foi feito para encantar também deve prevalecer como registra o autor abaixo:

A poesia para crianças , assim como a prosa , tem que ser antes de tudo, muito boa! De primeiríssima qualidade! Bela, comovente, cutucaste, nova, surpreendente, bem escrita... Mexendo com a emoção, com as sensações , com os poros, mostrando algo de especial ou que passaria despercebido invertendo a forma usual de agente se aproximar de alguém ou de alguma coisa...Prazerosa, triste, sofrente, se for a intenção do autor ...Prazerosa, gostosa, lúdica , brincante, se for a intenção do autor ...(ABRAMOVICH, 1989,p.67).

Quando se discute poesia para as crianças, Arroyo mostra que os nossos grandes poetas, “que não escreveram especialmente para as crianças, dão-nos peças muito bem feitas e como profundo traço de simplicidade, o que permite trânsito livre para a compreensão da infância e da adolescência”

(ARROYO, 1980, p.222). Em suma, a literatura infantil influencia em todos os aspectos da formação do pequeno leitor. Contribui no desenvolvimento da inteligência e da afetividade; auxilia na promoção de mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos, aumenta a sensibilidade em torno do mundo que o cerca, dentre múltiplas contribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é incontestável o valor da literatura brasileira infantil para a formação de qualquer criança, e não há dúvidas de que se trabalhar os gêneros prosa e poesia nos anos iniciais do ensino fundamental desempenham um papel imprescindível tanto a nível individual e coletivo. A partir do momento em que a criança entra em contato com a literatura, ela está contribuindo para seu enriquecimento pessoal e compreensão do mundo que a cerca. Destacou-se também, durante a elaboração deste trabalho que o incentivo à literatura não deve ser deixado para começar apenas na escola, mas deve partir de casa.

Assim, conclui-se que a literatura infantil nos gêneros prosa e poesia para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental é uma prática muito importante na vida da criança, uma vez que contribui diretamente para com psicológico.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Benjamin e CAMPEDELLI, Samira. **Literatura Comentada: Ziraldo**. São Paulo: Abril, 1982.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: Gostosuras e Bobices. 5ª edição. São Paulo: Scipione, 2005. AGUIAR E SILVA, V.M. Teoria da literatura. 8ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1988.

AGUIAR, Vera Teixeira. **Era uma vez... na escola – formando educadores para formar leitores**. Belo Horizonte: Editorial, 2001.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Reunião. (10 livros de poesia). 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **A psicanálise dos contos de fadas**. 22 ed. Paz e terra, 2007.

BORDINI, Maria da Glória. **A literatura infantil nos anos 80**. In: SERRA, Elizabeth D'Ângelo (Org). **30 anos de literatura para crianças e**

jovens: algumas leituras. Campinas - São Paulo. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil.** São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos.

CAGNETI, Sueli de Souza. **Livro que te quero livre.** Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos. **Literatura Infantil:** Visão histórica e crítica. 20 Ed. São Paulo, Ática , 1982.

CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. **A adaptação literária para crianças e jovens: Robinson Crusóé no Brasil.** Tese de doutorado. Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

COELHO, Nelly Novaes Coelho. **Literatura Infantil,** 7ª ed. São Paulo : Moderna, 1991.

COELHO, Nelly Novaes. A Literatura infantil. **Abertura para a formação de uma nova mentalidade.**In:_____ **Literatura Infantil:** teoria – análise- didática. São Paulo: Moderna, 2000.

D'ONOFRIO, Salvatore. **Conceituação do Poético.**In: O texto Literário. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

FRANTZ, Maria Helena Zacan. **O ensino da literatura nas séries iniciais.** 3.ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2001.

LAJOLO, Mariza; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira :Histórias e histórias .** 4 ed. São Paulo : Ática ,1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1993.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom .**Como aperfeiçoar a literatura infantil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.3.v.7, p.146 -169, 1943.

SANDRONI, Laura. **De Lobato à Década de 70.** SERRA, Elizabeth. **30 anos de Literatura para Crianças e Jovens: Algumas Leituras.** Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1998.

SOSA, Jesualdo. *A literatura infantil. Literatura Infantil: autoritarismo e emancipação*. São Paulo: Ática, 1982.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global Editora, 1987

_____. *Como e porque ler a literatura infantil brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

O LEPROSÁRIO DE CANAFISTULA NO CONTEXTO DO BRASIL REPÚBLICA (1928-1940)

Costa, Stênio de Sales²³
Bertola, Liliana Martino²⁴

RESUMO

O presente trabalho trata da história dos hansenianos e do Leprosário Canafistula, hoje denominada Colônia de Antônio Diogo, no contexto do Brasil República (1928-1940) mostrando também as iniciativas particulares em prol da citada instituição, enfatizando a atitude do benemérito Coronel Antônio Diogo de Siqueira com a valiosa contribuição de cem contos de reis, que foi de grande valia para a edificação do estabelecimento, que teve sua inauguração no dia 1º de Agosto de 1928, logo em seguida aconteceu à chegada dos lázaros no dia 9 do referido mês, abordando as condições precárias de funcionamento, a situação dos familiares dos internos, da administração, da segregação, até a encampação do estado que ocorreu no de 1940. Para tentar responder essa questão realizamos uma pesquisa que se desenvolveu em duas etapas: a primeira consistiu na procura de referências teóricas bibliográficas publicadas e a segunda fase é a pesquisa de campo, onde a consulta ao acervo foi o método utilizado.

PALAVRAS CHAVE: Leprosário, Hansenianos, Colônia, Antonio Diogo.

INTRODUÇÃO

A hanseníase, moléstia infectocontagiosa endêmica, constituiu um grande problema de saúde pública no Ceará no período do Brasil republicano na década de 20. Os motivos que nos levaram a desenvolver esse trabalho foi primeiramente conhecer um pouco mais sobre a história local, no intuito de crescer cada vez mais como cidadãos (ãs) conscientes e como profissionais, enriquecendo cada vez mais o nosso arcabouço teórico visando sempre o nosso bem maior que é tentar passar o conhecimento para o alunado de maneira mais verossímil possível. Também nos propomos a fazer uma análise as políticas de saúde pública voltadas ao combate a hanseníase implementadas pelo estado na época no período supra citado. Sabemos que a principal medida adotada era a reclusão dos doentes indesejados pela sociedade e parentes. Com isso, objetiva-se compreender a história dos doentes de hanseníase no Leprosário de Canafistula (1928-1940), em Redenção – Ceará. Dessa forma o recorte estudado da história do Brasil,

²³ Bacharel em Humanidades e Licenciado em História pela Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Professor da rede pública municipal de ensino de Redenção, Ceará. E-mail:ssalescosta@hotmail.com

²⁴ Pedagoga pela UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Escritora, Palestrante, Professora Universitária e Tutora EAD FaSouza. E-mail:professoraliliana@faculdadesouza.com.br

ocorre em um momento de transição política no Estado Brasileiro, ou seja, da República Velha (1889/1930) para o Estado Getulista (1930/1945).

A INAUGURAÇÃO E A CHEGADA DOS PRIMEIROS LÁZAROS AO LEPROSÁRIO

O jornal da Arquidiocese de Fortaleza "O Nordeste" noticia em sua edição do dia 3 de agosto de 1928, a inauguração do Leprosário de Canafistula.

Inaugurou-se anteontem o Leprosário de Canafistula – uma obra que atesta muito alto o esforço da iniciativa particular. Em trem especial que partiu da Central, anteontem, às 7 horas, seguiu desta Capital para a povoação de Canafistula, a fim de inaugurar o Leprosário ali mandado construir pelo Coronel Antônio Diogo, com o auxílio de diversas contribuições angariadas pelos acadêmicos e pelas classes trabalhadoras, uma comitiva composta do Presidente do Estado, Dr. Matos Peixoto, todos os seus auxiliares, de vultos de relevo na Medicina cearense, autoridades federais e estaduais, representantes da Imprensa e outras pessoas gradas. Também da mesma fazia parte a Comissão Pró-Leprosário, composta do Monsenhor Tabosa Braga, Coronel Antônio Diogo e o Dr. Luiz de Moraes Correia.

No dia 1º de agosto de 1928 foi inaugurado o Leprosário de Canafistula, sendo mais tarde denominado Antônio Diogo em homenagem ao seu maior benfeitor. Esse evento de tão importância para saúde pública contou com a presença das autoridades do Estado.

O percurso das autoridades, de Fortaleza até Canafistula durou em torno de três horas, a viagem foi tranquila e não ocorreu nenhum imprevisto. Ao chegar a comitiva teve a sua disposição caminhões e automóveis, tendo em vista que o Leprosário fica situado aproximadamente três quilômetros de distância da estação da via férrea. "...a colônia de leprosos sita em Canafistula é composta de uma vila com 64 casinhas isoladas com cômodos para 180 enfermos. Há também a casa do cura d'almas e da administração, ainda em construção e mais nada..." (O NORDESTE, 03/08/1928, p.1)

Na citação acima, mostra a composição do leprosário, no período de sua inauguração em 1928.

Ao chegarem a Colônia, às comitivas percorreram todos os departamentos do Leprosário, composta de uma vila com 64 casinhas isoladas, com cômodos para 180 enfermos, do pavilhão para administração e estada das irmãs franciscanas, que eram as pessoas encarregadas pelo tratamento dos enfermos, da capela com compartimentos especial para os doentes, da casa do Cura d'almas e do administrador, que ainda estava em fase de conclusão.

Na ocasião foi nomeado o capelão da colônia que foi o Revmo. Padre Joaquim Severiano de Vasconcelos, Vigário de Messejana e Sacerdote de abnegadas virtudes, religioso muito estimado no clero, de que é um dos mais venerados e respeitáveis vultos, e também o administrador do estabelecimento que foi o Sr. José, que há longo tempo, realizou ótimos

serviços prestados aos doentes em Fortaleza, no auxílio e nos socorros dos mesmos. Logo em seguida, iniciou-se à solenidade de inauguração, abrindo a sessão o Revmo. Monsenhor Antonio Tabosa Braga, que, depois de apresentar a situação da colônia de leproso que se ia instalar, pediu ao Presidente do Estado o Dr. Matos Peixoto que declarasse inaugurada o lazareto. Conforme citação: "O Dr. Matos Peixoto declarou então inaugurado o Leprosário de Canafistula, dizendo que a iniciativa particular no Ceará obrava prodígios." (LIMA, 1988, p.24)

O Dr. Moraes Correia, em seu discurso lembrou a faina árdua que se levou para a edificação da obra que ali se via e citou os nomes do Coronel Antônio Diogo – fundador do Leprosário – e de Monsenhor Tabosa Braga, que contribui grandiosamente com seu esforço e dedicação para que se levasse a cabo aquela colônia. Mencionou também naquela ocasião a generosidade das Irmãs Franciscanas, que iam ser encarregadas da direção dos pobres lázaros, e lembrou o nome do Dr. Amaral Machado, um dos membros da comissão Pró-Leprosário, que, até pouco, muito auxiliara a mesma com as suas luzes e boa vontade.

Após foi lida pelo Sr. Luiz Sucupira a ata da cerimônia, encerrando-se a sessão.

Aos presentes foram servidas fartas mesas de doces, bolos, biscoitos, refrescos e água de coco, depois, todos se transportaram novamente para a estação férrea de Canafistula, retornando para Fortaleza, aonde chegaram por volta das 16 horas.

Mas foi em 09 de agosto de 1928, que chegou a primeira turma de doentes para o asilo, transportada em um vagão isolado num trem da Rede de Viação Cearense (RVC). Conforme mostra a citação abaixo:

Quando o trem da RVC saía da Estação de Fortaleza para Canafistula, naqueles idos 9 de agosto de 1928, fez-se noite em plena claridade do dia. A vida escureceu para os hansenianos que viam murchar ali as suas últimas esperanças. E para os que ficaram na plataforma, dando adeus e se incendiando de saudades por dentro e por fora dos olhos. E para os médicos, que tateavam com a sua medicina ignara, impotentes para conter os avanços das feridas mórbidas. E para os religiosos que, por instantes, trocaram as preces pelos soluços balbuciavam esperanças em lágrimas que se perdiam no rosto de cada qual. (LIMA, 1988, p.7)

De acordo com a citação acima os vínculos com a sociedade que conheciam foram abruptamente desligados. Os doentes eram obrigados a se recolherem à Colônia. Dando adeus, a tudo e a todos que ficaram.

O trem saiu de Fortaleza com 35 doentes e outros nove foram recolhidos em outras estações, totalizando um número de 44 leproso. A composição do comboio estava assim disposta: um carro aberto para o transporte de bagagens, um carro de passageiros exclusivamente para os leproso e outro especial para o médico e o sacerdote. Na imagem 4 a foto da antiga estação de Canafistula (Antônio Diogo), local da chegada dos primeiros hansenianos, atualmente em estado de completo abandono.

Assim diz o Jornal Nordeste, no dia 07 de agosto de 1928:

Na próxima quinta-feira, às 07 horas em ponto, partirá da Central o trem que deverá levar os pobres lázaros à Colônia de Canafístula. Os doentes tomarão o comboio nas proximidades da capela dos navegantes. O trem parará nas estações intermediárias, a fim de receber os leprosos... Os vendedores ambulantes não deverão vender coisa alguma aos passageiros...

No fragmento do citado jornal, percebemos que era proibido qualquer tipo de contato com os doentes, nas paradas das estações férreas, tudo isso com intuito de evitar o contágio da morfeia.

Dos 44 doentes que chegaram a Canafístula, nove eram naturais de Fortaleza, dois do Pará (Belém), um de Aquiraz, três de Aracati, um de Aroeiras (Morada Nova), um de Barbalha, três de Baturité, um de Campo Grande, um de Canindé, um de Cascavel, um de Catolé Rocha, um de Guaramiranga, um de Ipú, dois de Maranguape, três de Pacatuba, dois de Quixadá, dois de Russas, um de São Gonçalo, um de São Luís, um de Sobral, um de Tauá, um de Uruburetama, e um de Várzea Alegre e três não tinham registro de naturalidade. Fato importante de salientar era a expectativa de vida dos internos, pois segundo consta em seus registros que eles tiveram pouco tempo de vida. "No dia seguinte, em ação de graças, foram celebradas missas em todas as Capelas da Arquidiocese de Fortaleza, em intenção do Coronel Antônio Diogo, "há quem muito devem os nossos inditosos patrícios doentes." (LIMA, 1988, p.26)

Se faz necessário ressaltar que uma parte das pessoas que foram acometidas pela lepra hoje denominada hanseníase foram infectadas quando o estado do Amazonas passava por um avanço econômico, ou seja, quando a borracha ocupou um lugar de destaque na exportação brasileira. Dessa forma as pessoas que viviam na região nordeste (no nosso caso específico Ceará) migravam para o norte do país buscando melhores condições de vida. Conforme nos mostra Boris Fausto na citação abaixo:

A expansão da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para região – ou seja, a diferença entre os que entraram e saíram – foi cerca de 110 mil pessoas. Elas provinham sobre do Ceará, um Estado periodicamente abatido pela seca. (FAUSTO, 1994, p.291)

A chegada dos lázaros ao Leprosário de Canafístula seria para muitos o início da solução do problema, o isolamento dessas pessoas vitimadas de um mal milenar, tranquilizou a população apavorada diante da ameaça do contágio, na medida em que o perigo era afastado para longe do maior centro urbano do estado. Esse era o real objetivo, tirar as pessoas do convívio social mesmo que para isso as mesmas fossem jogadas em um ambiente com instalações físicas extremamente precárias, sem luz e sem um sistema de água adequado. Não possuía a mínima possibilidade de prestar atendimento médico especializado visto que o

médico visitava o local uma vez por semana e a medicação estava sempre em falta. Levando em consideração que a ajuda financeira do governo também era precária.

Mesmo sabendo que a construção do leprosário era um meio de retirar os doentes da sociedade, naquele momento o isolamento compulsório era a única medida profilática aceitável, pois ainda eram desconhecidos os agentes etiológicos da doença e das suas formas de contágio. Nessa perspectiva, o estado do Ceará tentou alinhar-se ao modelo e às práticas consideradas mais adequadas ao trato com a enfermidade, sugeridas pelos grandes sanitaristas do país, pelo Regulamento de 1923 e pelos Congressos Internacionais de Leprologia.

O FUNCIONAMENTO DO LEPROSÁRIO

A Colônia foi fundada no dia 09/08/1928 pelo Coronel Antônio Diogo de Siqueira, que manteve a mesma até seu falecimento em 1932. Tratava-se de uma emergência. Os doentes pioneiros contavam com sua agonia até chegar ali. O ambiente era simplíssimo, faltava quase tudo, mas tinham um teto e quem cuidasse deles: Dr. Antônio Justa, o Monsenhor Antônio Tabosa e as Irmãs Missionárias Capuchinhas. (NÓBREGA, 2005, p.58).

Conforme o fragmento acima é possível perceber que os doentes passaram a abrigar-se nas dependências do leprosário em condições de precariedade: sem nenhuma mobília, equipamentos, água potável, saneamento básico, lavanderia ou energia elétrica. Os pacientes aglomeravam-se em redes estendidas e separadas apenas em ala feminina e masculina. Portanto, não proporcionando o mínimo de dignidade humana. Quanto à alimentação, eram fornecidas três vezes ao dia: café da manhã, almoço e jantar. Algumas vezes serviam lanches. Conforme relata Lima, a manutenção financeira era feita através de doações para a inauguração e do Estado em “vinte e quatro contos de réis anuais, que deram para suprir suas necessidades até 31 de Dezembro de 1928”. (LIMA, 1988, p. 69)

Segundo LIMA (2009) os rumos políticos, tomados durante o período denominado República Velha (ou oligárquica), explicitaram as grandes diferenças econômicas e sociais entre várias regiões do Brasil. As ações governamentais sempre davam privilégio em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Enquanto maioria dos estados fica na dependência de escassos recursos previsto por lei, quando esta era cumprida.

Essa política de valorização dos estados do Sul/Sudeste em detrimento aos estados do Nordeste, dificultou cada vez o funcionamento do leprosário de Canafistula, esse período também ficou conhecido como a política do “café-com-leite” que “exprime a ideia de que uma aliança entre São Paulo e Minas comandou, no período a política nacional.” (FAUSTO, 1994. p.265), fazendo alusão aos “principais” estados do Brasil, São Paulo quando produtor e de café e Minas Gerais grande produtor de leite.

Os quarenta e quatro internos do primeiro dia de funcionamento do leprosário logo se juntaram a outros doentes, e no final somavam 64. No

mês de dezembro de 1929 já eram contados 143. Este número foi crescendo cada vez mais, de modo que no ano de 1931 já se assinala 202 morféticos.

Foi inaugurada em Agosto de 1931 a enfermaria Samuel Uchôa, com duas divisões: sala Dr. Amaral Machado e sala Monsenhor Tabosa; as mesmas foram equipadas com móveis que foram fabricados pelos próprios internos. Dr. Justa, em seu discurso alusivo ao ato, afirma que aquela homenagem ao Dr. Samuel Uchôa era um dever de gratidão para com o ilustre ex-diretor do Saneamento Rural, pelos dirigentes do Leprosário, diante de sua ação, em bem da Saúde Pública.

Os leprosos, com exceção de alguns comerciantes, eram em sua maioria agricultores e pessoas com poucos recursos financeiros. No ano de 1931 chegara o primeiro lazarito importante. Ele era Frei Luiz Maria de Ipu, esse título de doente mais ilustre, se deu pelo fato de ser um católico consagrado que pertence a uma ordem religiosa medicante, que se empenhou o máximo na ajuda e consolo aos seus colegas internados. Depois chegaram mais dois religiosos, o Padre Isaac Antero Soares e frei Inácio Istria, este último, já com experiências em outros leprosários.

O primeiro grave problema enfrentado pelos hansenianos foi o abastecimento

d'água. A água para beber era trazida penosamente por meios de animais, na distância de três quilômetros. Por determinação do então diretor, o engenheiro Dr. José Palhano de Jesus ordenou à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S) a perfuração de poços profundos na zona ocupada pelo leprosário, prestou um importante serviço, solucionando em parte o caso da escassez de água. Embora não sendo potável, ela era obtida com abundância, supriu as necessidades dos banheiros, que foram construídos dois a dois em pavilhões especiais, atendendo a grupos de quatro casinhas. Solucionando parcialmente o problema da falta de água.

A I.F.O.C.S deverá dar brevemente, à Gafaria de Canafistula o complemento do serviço d'água e também a estabilização das comunicações com a Estação ferroviária, para que a Colônia não fique privada de ser abastecida na época invernal. Com efeito, de ordem do eminente chefe da I.F.O.C.S, já foi levantado orçamento para a construção de dois bueiros na estrada carroçável, ligando a Leprosaria à Estação, e de uma cisterna com a capacidade de 216.000 litros d'água, bastante para suprir com 9 litros diários por indivíduo, durante 12 meses, uma população de 200 habitantes, superlotação da Colônia. (LIMA, 1988, p.27)

Conforme o fragmento acima, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S), deu uma grande contribuição para o problema de falta de água na Colônia.

As bombas montadas nos poços eram acionadas, uma, por motor a vapor e as outras duas por cata-ventos, sendo a água obtida primeiro em um depósito de ferro e a dos outros em um grande depósito de alvenaria.

O centro Médico conseguiu do Governo Federal autorização para a Inspetoria das Secas construir cisternas, pois a dificuldade de água potável era o mais premente problema, pois a escassez de água figurava desde o início da fundação, um problema que nunca foi completamente resolvido.

A Colônia era um cemitério de vivos. Não havia médico residente. Uma vez por semana vinham de Fortaleza dois famosos dermatologistas, Dr. Walter Moura Cantídio e Dr. Walter Porto, que sacrifício! Muitas vezes vinham de trem. Faltava o necessário, eles conseguiam amostras e mandavam manipular formulas com o material que conseguiam. Aqueles dedicados médicos faziam milagres... (NOBREGA, 2005, p.49)

No fragmento acima, fica claro que o atendimento médico e a medicação no leprosário, assim como a escassez de água, também se figurava como um grave problema, na colônia.

A Lavagem de roupas dos internos era feita por uma única pessoa, e que já lavava as roupas dos doentes no Morro do Croatá, ela era encarregada de fazer usos dos métodos mais arcaicos e primitivos de lavar as roupas dos habitantes da Colônia, burrificando-as com uma solução de creolina, de título arbitrário. Quando em excesso manchada de sangue e de pus! Conforme citação abaixo, fica claro que a lavagem de roupas dos internos era um trabalho árduo e perigoso em relação ao contágio:

Esta abnegada criatura, com heroísmo da ignorância, sofre diariamente a canícula da região, tendo como abrigo único e enganoso, a copa pouco virente de um juazeiro isolado! Pede solução imediata tão desoladora situação, e, já que esta não pode logo chegar a ser um ótimo de uma "Lavadeira mecânica", acima dos recursos da Leprosaria, que seja ao menos um abrigo amplo e arejado e provido de um "lavadouro" e tachas e fornalhas para desinfecção e a frio das roupas, de sorte a diminuírem as possibilidades do contágio da lavadeira, à qual basta a luta insana de trabalhar com uma água, precipitando o sabão! (LIMA, 1988, p.29)

Não existia iluminação elétrica, a luz que ajudava a clarear as noites tristes dos internos da colônia era feita pelo processo rotineiro e primitivo das lamparinas ou pequenos faróis de querosene. O risco de que acontecesse um incêndio era muito grande, pois os próprios internos é que preparavam seus aparelhos, no interior das casas e pavilhões. A sensibilidade do tato dos enfermos era bastante comprometida devido à doença, eles tinham que se locomover manuseando tais aparelhos com combustível inflamável.

Em 1936 foi criada a Sociedade Cearense de Assistência aos Lázarus e Defesa

Contra a Lepra. A partir de então uma nova luz brilhou, novas clareiras foram abertas na vida dos hansenianos.

No dia 31 de julho de 1937 a Sra. Zilda Martins Rodrigues, Presidenta da Sociedade, anunciou amplamente, pelos noticiários a boa notícia da inauguração da iluminação elétrica na colônia. Na citação abaixo, podemos perceber, que além de todas as condições precárias e a falta de

abastecimento de água, existia também o problema de energia elétrica.

O Leprosário de Canafistula, no início do seu funcionamento, possuía instalações físicas extremamente precárias, sem luz, e sem um sistema de água adequado. O atendimento médico especializado era praticamente inexistente visto que o clínico responsável visitava o leprosário uma vez por semana e a medicação estava sempre em falta. (LIMA, 2009, p.76).

A chegada da luz elétrica foi uma grande vitória naquele tempo de tanta vulnerabilidade econômica. Uma vitória que encheu de esperanças os asilados. Pessoas que se martirizavam não apenas pelas deformidades físicas visíveis no corpo, mas também pela dor da saudade da família.

É de fácil percepção que a construção do Antigo Leprosário Canafistula, hoje Colônia de Antônio Diogo, deu-se por um lado à caridade de alguns e por outro, pelo medo das pessoas em relação ao contágio e pavor das deformidades físicas, só perceptíveis nos doentes. Medo esse que teve sua origem ao mal bíblicamente associado à doença junto com a mentalidade da época.

É válido acrescentar que, a rejeição estética ou repugnância da imagem do leproso expondo suas chagas pelas ruas da cidade incomodava as pessoas, tudo isso aliado à necessidade que a sociedade sentia na época de resguardar e proteger-se da doença tida como "incurável", possibilitou a prática da segregação e/ou internamento compulsório dos portadores da moléstia.

No ano de 1923 foi criado um Regulamento Federal, com alguns artigos dedicados à questão da lepra hoje denominada hanseníase. Um dos artigos, mais precisamente o 144 recomendava a instalação dos leprosos em lugares aprazíveis e de proteção para as populações vizinhas.

Outros dois artigos do Regulamento o 139 e 141, o primeiro recomendava que o espaço/área para o leprosário nunca deveria ser inferior a 500 metros quadrados, com área de infecção regulamentar exterior a essas construções e que seu perímetro total não fosse inferior a dez quilômetros. O segundo informava da necessidade do local escolhido possuir terras férteis e abundantes para a plantação, bastante água e de bastante amplitude para a criação de animais.

O artigo 139 sugeria, que os estabelecimentos nosocômios para leprosos deveriam observar os três modelos sugeridos: Colônias Agrícolas, Sanatórios ou Hospitais e Asilos.

As colônias agrícolas, sempre preferíveis, deveriam ter bastante amplitude para que pudessem ser estabelecidas verdadeiras Vilas de leprosos com hospitais para os que necessitassem de cura da doença e afecções intercorrentes, creche, orfanato e asilo para os incapazes. Os sanatórios, hospitais e asilos só seriam admitidos quando o reduzido número de doentes dispensasse o estabelecimento de uma colônia. (LIMA, 2009, p. 76)

Outro fato importante, é que o Leprosário de Canafistula foi construído sem a observância à planta original da edificação – amplamente apresentada à imprensa – em virtude da falta de recursos financeiros necessários.

Um artigo publicado por um anônimo em julho de 1924, sugere que a área escolhida para a instalação da colônia cearense era três vezes menor que ao recomendado pelo Regulamento. Garante também que existia no entorno do terreno várias propriedades habitadas, situadas a menos de duzentos metros da área sugerida. (LIMA, 2009, p. 74)

Tomando como base os artigos destinados a Lepra do Regulamento Federal de 1923, conclui-se que a construção do Leprosário de Canafistula hoje Colônia Antônio Diogo, tinha como objetivo atender a duas necessidades urgentes: evitar o “espetáculo” dos morféticos transitando pelas ruas de Fortaleza e tranquilizar a sociedade apavorada diante da ameaça do contágio, uma vez que o perigo ficava bem distante da capital cearense.

OS TRÊS ANTÔNIOS E A ADMINISTRAÇÃO

É impossível falar da história do Leprosário e da hanseníase no distrito de Antônio Diogo, e não mencionar os nomes dos Três Antônio, pessoas estas que foram de grande importância para a construção da colônia, no tratamento físico e espiritual, das pessoas que foram acometidos pela enfermidade. “Além de Antônio Diogo, outros dois Antônio, empenharam-se pessoalmente, na construção do leprocômio: Monsenhor Antônio Tabosa e Dr. Antônio Alfredo da Justa. (LIMA, 2009, p.73)”.

Antônio Diogo de Siqueira nasceu 1º de setembro, de 1864, em São Francisco de Uruburetama, hoje Itapajé. Antônio Diogo era o homem do poder aquisitivo. O industrial e homem de negócios colocou-se à disposição para ajudar a causa dos hansenianos quando teve a reclamação de um jornalista. Comunicado dos sofrimentos dos morféticos que moravam no Morro do Croata, mandou avisar que iria colaborar com as pessoas portadoras da lepra.

Porém, em meados de 1926, a imprensa local noticiou amplamente que o coronel Antônio Diogo de Siqueira, abastado “capitalista” cearense, financiaria as obras para a construção do leprosário no Ceará. A notícia causou grande alvoroço e as manchetes dos principais jornais em tom provocativo e irônico anunciavam: “Seria então um homem a fazer o que os governos não podiam ou não queriam fazer?” (LIMA, 2009, p.70).

Antônio Diogo faleceu às 15 horas do dia 24 de junho de 1932, morreu vítima de um infarto. O jornal O POVO registrou o acontecido, dando a seguinte impressão do homem que desaparecia:

Seria impossível traçar-se um perfil completo do homem que ontem baixou ao tumulo, deixando na terra um coro de benção à sua

memória. Mas, pelo que fica redigido às pressas, a título de esboço, terão os vindouros os traços vivos da figura benéfica de Antônio Diogo, a mão amiga que tantas lágrimas enxugou, o braço construtor que alargou a vida econômica do Estado a visão forte que, partindo do quase nada, permitiu que ele subisse até o apogeu da fortuna, sem se deslumbrar com a própria ventura e sem esquecer os amigos que ficaram pelo caminho.

Antônio Alfredo da Justa, nascido aos 23 de outubro de 1881, em Fortaleza, foi o homem responsável pela ciência. Inaugurado o leprosário de Canafistula (1928), passou a se dedicar aos hansenianos. Como médico teve uma missão de contato mais direto com os enfermos, e por esta circunstância ficaria na memória de todos. Houve uma época que o Dr. Antônio Justa ia ao leprosário por sua própria conta, sem o transporte que o Estado lhe concedia, muitas das vezes era hostilizado por abraçar causas em defesa dos doentes. Antônio Justa morreu no dia 7 de agosto de 1941, de *angina pectoris*, às 21h45min. Foi sepultado no cemitério São João Batista.

Foi talvez, a morte mais sentida no estado do Ceará. O POVO, de 11 de agosto 1941 registra a seguinte informação:

A notícia da súbita morte do Dr. Antônio Alfredo da Justa caiu na cidade como um desastre. O querido médico era uma das mais preciosas relíquias humanas. Era um sacerdote do bem. Abnegado, desprendido, honesto, generoso e sensível a todos os sofrimentos alheios, o Dr. Antônio Alfredo Justa vivia em Fortaleza cercado por uma auréola de simpatia coletiva. Empolgado pelo estudo da lepra, foi ele um pioneiro da fundação do Leprosário de Canafistula e seu médico assistente até a hora da morte. "Chefiava nesta Capital o Dispensário de Lepra da Saúde Pública e foi sem dúvida o maior amigo dos enfermos que gemiam sob a inclemência do mal de Hansen.

Antônio Tabosa Braga nasceu em Itapipoca, em 19 de dezembro de 1874. Como Vigário Geral de Fortaleza, ficou bastante impressionado com o grande número de lázaros que perambulavam nas ruas em abandono, ou permaneciam no mesmo lar contagiando parentes e vizinhos. De um lado, se condoía no vexame que os doentes sofriam, observando o assombro que sua presença causava. De um outro o que o angustiava era prever que, sem uma atitude a situação, dentro meio de século o Ceará, que sofre tantos preconceitos e discriminações devido ao seu clima, poderia estar reduzido a um imenso leprosário. Antônio Tabosa Teve uma grande participação na campanha em favor dos doentes do Morro do Croatá, que culminou com a construção do Leprosário de Canafistula. Faleceu em uma sexta-feira, às 13 horas, no dia 12 de Abril de 1935.

A direção clínica da colônia ficou a cargo do Dr. Antônio Justa. A manutenção do leprosário ficou sobre os cuidados de uma comissão presidida por Monsenhor Tabosa e auxiliada por Antônio Diogo de Siqueira e Antônio Justa.

Um dia, perguntou-me Justa, de maneira direta, sem rodeios, como era de seu feitio: “Quer me ajudar numa missão difícil, que não ganha dinheiro e que ninguém quer”? Fiquei espantando e quase sem raciocinar fui respondendo que sim. Então, completou ele: “Prepara-se que amanhã (sábado) tomaremos o trem para Canafistula, às 5 horas da manhã, mas antes passe lá em casa para tomarmos café”. (LIMA, 1988, p.83)

No fragmento acima o médico Walter Cantídio, relembra o comprometimento do Dr. Justa a assistência médica aos doentes da colônia de Antônio Diogo. É importante salientar o fato que a direção de um Leprosário, era entregue a um médico que realizava todas as tarefas clínicas sozinho, exceto, quando raramente podia contar com a ajuda de médicos auxiliares.

Importante salientar, que quem entra no cemitério do antigo Leprosário de Canafistula depara-se logo com túmulos mais vistosos de dois religiosos. Um é do Padre Joaquim Severiano de Vasconcelos. O outro é do Padre Henrique Vilibrordo Luiten, que foi o segundo capelão da instituição, ambos morreram com a moléstia.

A administração geral do Leprosário Canafistula, desde o seu começo ficou sobre a responsabilidade de três religiosas de ordem franciscana. As primeiras irmãs capuchinhas foram as Irmãs Egídia e Iluminata, que preparam a colônia para a inauguração. A primeira superiora foi a Madre Maria Assunção, depois dela veio a Madre Tecla. E em seguida, a mais polêmica das capuchinhas era a Madre Cândida Maria. Depois assumiu a direção da colônia a Madre Tarcisia, que realizou uma obra notável, muito querida pelos internos, veio a seguir a Madre Otaviana e, sucessivamente, as Madres Eugêna, Ugolina e Amália. Atualmente a religiosa que faz parte da administração da colônia é a irmã Célia, ficando ela responsável pela manutenção e conservação dos prédios.

Madre Cândida – Administradora. Era uma pessoa culta, dinâmica e de uma resistência sem limites, fazia várias coisas ao mesmo tempo. Assim ela não percebia nossas limitações. Numa palavra, o trabalho era excessivo. Esforçando-se para tirar o atraso, eu fazia serões à luz de lamparina (o gerador só funcionava até às 21 horas) nunca consegui colocar a tarefa em dias, porque surgiam outras tantas. A fraternidade era muito boa, éramos unidas, ninguém reclamava a dureza da vida. (NOBREGA, 2005 p.47)

No fragmento acima descreve bem como era a Madre Cândida, uma das mais polêmicas superiores que administraram a colônia de Antônio Diogo, pela sua exigência e comprometimento com o trabalho.

Uma vez por mês, os moradores do Leprosário se reuniam para discutir problemas comuns e fazer o planejamento de atividades. Eles elegiam um prefeito da comunidade. Que podia ser qualquer um dos internos. Um dos cargos do prefeito era levar os assuntos da comunidade para fora e tomar parte nas reuniões com políticos do município e discussões públicas.

Os hansenianos também tinham uma grande estima pela Irmã Diomira Maria, pois a mesma costumava visitar os doentes em suas casas, ora tentando os deixar mais tranquilos, ora motivando eles a terem um maior gosto pela vida.

O ESTADO ENCAMPA

Enquanto José Moreira (Moreirinha) fosse o presidente do Estado, o Coronel Antônio Diogo de Siqueira contribuiria com a importância de três mil cruzeiros para a manutenção da colônia.

Passado o mandato do presidente acima citado, foram cessadas as contribuições

para o Leprosário. A partir daí os hansenianos começaram a sofrer privações. Os jornais da época noticiavam com destaque casos de indisciplina, de fugas, e de consequentes expulsões decorrentes das grandes dificuldades que passava o lazareto. Reclamações dos internos se sucediam nos jornais e a população ficava cada vez mais amedrontada, uma vez que surgia a possibilidade dos morféticos saírem para a cidade para denunciar o que classificavam como total abandono.

A situação era crítica e o quadro da situação está perfeitamente nas declarações de Antônio Justa, publicadas em O POVO de 6 de maio de 1931: "Passando a funcionar sem rendimentos certos, senão a contribuição de 24 contos de réis do Estado, a Leprosaria manteve-se folgadoamente até 31 dezembro de 1928". Existiam então 75 doentes e se beneficiava ainda com as sobras dos socorros que foram obtidos do público para a construção do Leprosário e novas dádivas provocadas pelo seu recente funcionamento.

O número de hansenianos foi rapidamente aumentando, em 4 de abril de 1929 já eram oitenta, com a tendência de crescer cada vez mais com o passar do tempo, os recursos alimentícios, adstritos à angustia da contribuição de 24 contos de réis anuais do Estado, minguavam, esboçando a penúria. Em 4 de abril do ano corrente foram feitos apelos a imprensa para obter amparo para os doentes.

O governo entendendo a situação de penúria que vivia a colônia recebeu uma comissão do Centro Médico do Ceará, e ouvindo as reclamações expostas, aumentou em 12 contos de réis anuais ao subsídio do leprosário, calculando uma diária percapita de 2\$500 dos internos, onde a água tinha o valor da gasolina, e a folha mensal do pagamento do pessoal sadio era superior a um conto de réis.

No seu relato, Antônio Justa aproveita para lançar um desafio ao raciocínio de todos: com 1\$000 será possível a um indivíduo, por mais sóbrio e econômico, alimentar-se, calçar-se, vestir-se, dispor de aparelhos consumindo gasolina na média de 30\$000 por dia e de empregados pagos na mesma proporção? (LIMA, 1988, p.70)

Mas a situação da colônia continuava grave. Os vaivéns de notícias deixavam intranquilos os enfermos e o público, em particular o grupo de médicos, buscavam uma solução humana e justa.

Todo ano surgia ao público à situação humilhante do Leprosário de Canafistula.

A falta de disciplina começa a aparecer na colônia por parte dos internos, e no dia 6 de junho o médico Antônio Justa reuniu os rebeldes e os expulsou. A falta de recursos se dava porque a iniciativa privada não assumia o ônus da manutenção da instituição, leva o estabelecimento a uma situação vexatória.

O médico Barca Pelon assumiu a Diretoria de Saúde Pública e, a 18 de agosto designou o Dr. Leorne Menescal para a Seção do Censo da Lepra.

No mês de março de 1940, quando governava o Estado o Professor Francisco

de Menezes Pimentel, o governo criou o Serviço de Profilaxia da Lepra (Decreto-Lei n.º 686/40) e encampou o Leprosário de Canafistula, assumindo assim o Estado o encargo de sua manutenção.

Há uma circunstância curiosa na vida do Monsenhor Tabosa. Quando vigário de Pacoti, ali conheceu um jovem chamado Francisco de Menezes Pimentel. Fizeram-se amigos. O Padre ajudou muito aquele jovem de cor, que ensinava no Colégio São Luiz da cidade serrana. No futuro, a situação se inverteu. Pimentel fundou o colégio São Luiz de Fortaleza e, Interventor e Governador do Ceará, ajudou nessas condições o amigo do passado. Foi Pimentel, por sinal, quem expediu o Decreto encampando para o Estado o antigo Leprosário de Canafistula. E, quando o Sacerdote morreu, Menezes Pimentel recebeu centenas de condolências, tão identificado era com o Missionário desaparecido. (LIMA, 1988, p.46)

É importante ressaltar que, um dos motivos pelos quais o estado assumiu o Leprosário de Canafistula como instituição estatal, foi pelo afeto muito particular que o Prof. Francisco de Menezes Pimentel, então governador do Estado, tinha por Monsenhor Tabosa, tido e havido como o seu pai espiritual. Conforme mostra fragmento acima. A partir de 1940, foi que a Colônia Antônio Diogo passou a ser uma instituição governamental. Após 10 anos as irmãs missionárias capuchinhas assumiram a administração, foi um momento de grande importância para a instituição.

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Ao final desse trabalho é possível fazer algumas considerações relevantes como: o isolamento compulsório, em que governo decidiu assumir o controle da hanseníase pela internação compulsória, com base no pressuposto de que retirando o doente das ruas ou estradas, estaria protegendo a sociedade sã.

Não se contava, também com o conhecimento médico e científico das origens e das formas preventivas da hanseníase. Então a construção do

Leprosário de Canafistula se deu de forma emergencial, com a finalidade de eliminar o trânsito dos doentes pelas vielas de Fortaleza. O intuito não era apenas de retirar os doentes das ruas, mas de também afastar para bem longe dos grandes centros urbanos no caso específico a capital do Ceará. Então fica evidente que a edificação da colônia, deu-se por medo de alguns, e caridade de outros. Procurou-se evidenciar que no estado do Ceará, o controle da hanseníase foi historicamente embasado nos saberes médicos da época, na higiene coletiva, na noção de periculosidade, que passa a estar diretamente relacionada com a prevenção de contágio.

Assim sendo o isolamento compulsório dos hansenianos, foi a única forma de conter o avanço da moléstia, onde o Estado juntamente com a sociedade civil cria os espaços de isolamentos – leprosários que no caso cearense, foi criado fora dos requisitos mínimos exigidos pelo Regulamento Federal de 1923. No regimento citado alguns artigos foram dedicados a lepra, onde mostram que os doentes ao serem internados teriam conforto, aprazibilidade, não podiam ter nas adjacências da instituição residências com moradores sadios, deveria ter terras férteis, água abundante. É possível perceber neste estudo que nenhuma dessas exigências foram atendidas. Tomando por base o artigo 139 do citado regulamento, verifica-se que o Leprosário de Canafistula não se constituía em colônia porque não possuía as instalações necessárias sugeridas; não era hospital porque não possuía o aparelhamento e atendimento médico-ambulatorial minimamente aconselhável e não podia em tese, ser asilo, porque no Ceará possuía um número de leprosos suficientes para justificar uma colônia agrícola. No entanto por suas características e modo de funcionamento, o primeiro leprosário cearense se configurou efetivamente num grande depósito de leprosos onde eles vinham só para morrer. Esse trabalho procurou mostrar um pouco da história do Brasil em um momento de transição política do país, uma história quase nunca contada e trabalhada nas salas de aula, uma história tão instigante e interessante da hanseníase no antigo leprosário Canafistula hoje denominada Colônia de Antônio Diogo.

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

LIMA, Francisco. **60 Anos em busca do Sol**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

LIMA, Zilda Maria Menezes Lima. **A lepra: o grande polvo de mil tentáculos**. Rio de Janeiro:

Uma enfermidade à flor da pele: A lepra em Fortaleza (1920 – 1937). Fortaleza: RDS, 2009.

NÓBREGA, Maria Carmelita de Aguiar. **Colcha de Retalhos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

SOUZA-ARAÚJO, H.C. **História da lepra no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

FONTES:

Jornal **O Povo**. 6 de Maio 1931; 24 de Junho de 1932; 11 de Agosto de 1941.

Jornal **O Nordeste**. 3 e 7 de Agosto de 1928.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária. Controle de hanseníase: uma proposta de integração ensino-serviço. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. 1989.

Decreto Nº 16.300, de 31 de Dezembro de 1923, Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-929/D16300.htm>. Acesso no dia 14 de Março de 2014 às 15h: 32s.

DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/registros.php?f_registro=2 & Acessado em Ago. 2014

O MARKETING NA ERA DIGITAL

Marques, Gleidstone Pereira²⁵

RESUMO

A ampliação e avanço das tecnologias com o passar dos tempos vem agregando valores acerca do estreitamento do relacionamento entre empresas e clientes. Com isso o Marketing acompanha de perto o desenvolvimento sistemático das novas tecnologias. Apresentou-se neste artigo, algumas etapas da metamorfose que o Marketing vem sofrendo. Ferramentas importantes surgiram durante esse tempo e fizeram com que os paradigmas da comunicação se tornassem mais diretos e eficazes. Foi observado o papel fundamental das Redes Sociais para análise do público alvo das empresas de serviços ou produtos, ao mesmo tempo em que, uma análise bem feita do conteúdo disponibilizado ao cliente em uma Rede Social, torna-se sinônimo de eficiência na qualidade do produto e agilidade da entrega. Finalizamos abordando que o Marketing digital é importante tanto para grandes empresas, quanto para as médias e pequenas.

PALAVRAS-CHAVE: Marketing, interatividade. Era Digital. Informações.

INTRODUÇÃO

É fato que no mundo digital, para se ter sucesso é necessário visibilidade, “quem anda escondido não tem notoriedade”, a propaganda e publicidade permeia nossas vidas mais tempo do que se pode observar. É possível perceber os sinais que são apresentados, verifica-se que, muitas vezes, pode-se ter produtos que não são tão bons mas através da exploração do Marketing, podem ser mais visíveis do que aqueles que são considerados bons, mas permanecem sumidos, estagnados e limitados a não saírem das prateleiras.

O objetivo geral desse estudo é apresentar que a divulgação de produtos e serviços sempre tiveram influência na história das vendas bem sucedidas, e através da organização proposta pelo Marketing, essa importância se tornou mais característica, pelo fato da obrigação dos dois lados (clientes e empresas) terem que se sentirem satisfeitos após a aquisição de um produto ou serviço.

O cenário comercial dá destaque para empresas que conseguem entender o gosto de seus clientes, produzindo produtos que se importam com as suas necessidades, para isso as redes sociais são de grande valia, pois antes para se ter dados para o manuseio da fabricação de um determinado produto era necessário grandes esforços. Hoje essas informações na maior parte do tempo, através da interatividade das pessoas na internet, estão disponíveis de forma gratuita nas redes sociais bastando assim,

²⁵ Aluno do curso de MBA em Empreendedorismo, Marketing e Finanças da Faculdade Souza. E-mail: tonemarques28@gmail.com

comprometimento por parte daqueles que fabricam as mercadorias o manuseio das informações.

Empresas se tornam grandes não por acaso, elas sabem planejar, entendem a necessidade de trabalhar as informações preocupando-se com todos os dados. Neste artigo fala-se justamente sobre isto, no território da internet tanto empresas grandes quanto pequenas podem se equivaler, desde que os dados sejam explorados e trabalhados de forma eficaz e objetiva.

EXPLICANDO O MARKETING

Pode-se perceber que as pessoas por vezes se “encabulam” em perceber como determinadas empresas possuem tantos clientes, ou mesmo como elas conseguem vender tão bem os seus produtos, enquanto outras empresas empilham produtos “empoeirados” e encaçados nas prateleiras dos mercados.

Para alguns o sucesso de um produto ou mesmo uma marca se trata de sorte, porém analisando os que chegam ao topo, percebe-se que a sorte é um detalhe que ocupa pouco espaço na visibilidade de uma marca e consequentemente do produto.

O Marketing mais do que vendas ou mesmo divulgações surgiu como uma ferramenta para levar a promoção de um produto além das fronteiras, ele gerencia de forma responsável os desejos de um cliente quanto a satisfação de um produto suprindo as necessidades e ao mesmo tempo gerando lucro. As primeiras civilizações a partir do crescimento de suas cidades utilizavam algumas práticas comerciais para prover os seus produtos, lógico que nessa época não havia profissionais do marketing pois estes vieram a surgir somente no século XX, mas isso não impedia que comerciantes utilizassem as melhores estratégias para venderem os seus produtos.

Nos tempos atuais, o Marketing se torna uma ferramenta de fundamental importância, pois diferente de outras épocas vender a qualquer custo tem um grande preço, além de que os consumidores amadureceram e as empresas necessitaram se preocupar com a satisfação deles.

Tavares (2013, p. 19) salienta que:

O produto é utilizado para atender a demanda de mercado envolvendo qualidade, diferenciação, marca etc. O preço parte da composição do produto, porém, há necessidade de se identificar um meio eficaz para distribuí-lo. É necessário que se tenha uma forma de divulgação destes, tendo uma conscientização de sua existência por partes dos consumidores. (TAVARES, 2013, p. 407-408).

A evolução de tudo acompanha os tempos, desde a invenção da roda até o surgimento do computador. Da mesma forma o Marketing se encontra num processo cada vez mais sofisticado, pois as novas tecnologias encontram-se mais evoluídas, em um ritmo que se torna difícil de prever o limite para as constantes transformações e melhorias, para o melhor uso da promoção de produtos e marcas.

Podemos salientar que a própria história nos mostra a evolução e os métodos utilizados por homens no decorrer dos tempos. Onde utilizavam dos recursos da época para propagar na sociedade e em seu meio ambiente o marketing que necessitavam. Segue alguns exemplos:

- Em 1447 a imprensa tipográfica é criada e Lutero faz uso dessa ferramenta para divulgar a Reforma Protestante.
- No ano de 1730 as revistas surgem, e se tornam mais um canal de informação.
- O rádio surgiu em 1920, e nessa época surgiram grandes contestadores aos que investiam na mídia impressa, pois com o surgimento do rádio a divulgação se tornará mais atraente e interessante.
- Se o rádio se tornou em sua época uma grande revolução, com o surgimento da televisão em 1930, ela decretou uma nova era da publicidade.
- Em 1981 a IBM lança o primeiro computador residencial e com ele as mídias digitais começaram a ganhar destaque.

Usando essa pequena linha do tempo, podemos entender como o Marketing evoluiu e ao mesmo tempo ele se confunde com a própria história da tecnologia pois é impossível vermos o Marketing ficando para trás na evolução da tecnologia.

O MARKETING ATUALMENTE

Hoje podemos dizer que vivemos o marketing 4.0, mas isso não significa que todos vivem nessa mesma era, pois alguns rejeitam as mudanças que em determinadas épocas acontecem de forma brusca e violenta, forçando a romper barreiras. Vejamos a evolução dessas fases até os dias atuais:

- Marketing 1.0, empresas focadas apenas na produção e em seus produtos, os clientes não eram prioridade.
- Marketing 2.0, as empresas melhoram seu entendimento, deixam de olhar para dentro e passam a se interessar pelas necessidades dos consumidores.
- Marketing 3.0, era digital entra em ação, destacam-se nesse período o uso dos blogs e redes sociais no mundo todo.
- Marketing 4.0, a conectividade se torna global, sem limites para sua expansão e o seu crescimento. Vivemos atualmente, uma interatividade plena que aproximam as pessoas e tornam caminhos mais curtos e rápidos.

Baseando-se nestas evoluções pode-se dizer que o mundo presenciou e presencia, um grande crescimento em todos os níveis e em todas as áreas, mas pode-se afirmar que tecnologicamente vivemos acontecimentos extraordinários, onde a cada dia que se passa os limites para essa expansão são superados.

Cobra (2009, p. 407-408) nos diz que:

Vivemos na era chamada por muitos de Revolução da Informação ou Revolução da Tecnologia, [...] O principal direcionador do

95

crescimento da economia digital tem sido a internet, A internet está se tornando não apenas um mercado global, mas também significado de comunicação e distribuição de informação mais eficiente e com as maiores audiências. (COBRA, 2009, p. 407-408).

Apesar de há mais de vinte anos o Marketing Digital estar presente no cotidiano, nos tempos atuais ele tem sido um fator essencial para o sucesso de marcas e produtos, e pode-se dizer que, de acordo com alguns estudiosos “se tornou a principal ferramenta para promoção e divulgação”. O Marketing Digital reúne as ferramentas estratégicas necessárias capazes de satisfazer as necessidades dos consumidores, porém on-line. Além disso pode-se salientar que o Marketing Digital faz grande diferença na exposição de marcas e produtos na vida de uma pessoa jurídica, e tem sido muito utilizado para promover negócios de pessoas físicas também.

Antes as empresas corriam atrás de seus clientes, esforçando-se para conquistá-los. Isso mudou? Não! Mas a diferença está na produção de conteúdos suficientemente capazes de atrair, “pescar” e porque não dizer entreter os clientes a ponto de eles irem atrás das marcas e produtos.

Mas o que torna o Marketing Digital tão atrativo? Pode-se dizer que o seu baixo custo em comparação com mídias tradicionais (rádios e televisão) torna mais fácil de lidar com as dimensões do investimento.

Segue abaixo algumas características do Marketing na era digital:

- Gera valor através do seu conteúdo
- Cria relacionamentos com sua audiência
- O seu alcance é imaginável
- Acrescenta no lado social com o uso das mídias sociais

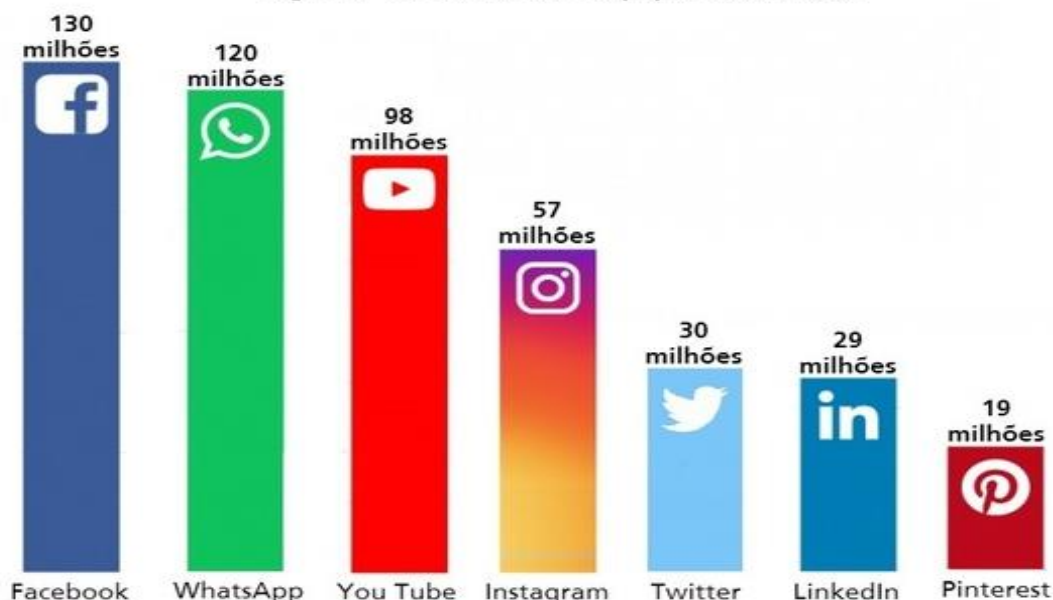
REDES SOCIAIS

Las Casas (2014, p. 42-41) diz que as redes sociais são:

um grupo de pessoas, de organização ou de outros relacionamentos conectados por um conjunto de relações sociais, como amizades, trabalho em conjunto ou uma simples troca de informações” e que “mídia social é aquela utilizada pelas pessoas por meio de tecnologias e políticas na web com fins de compartilhamento de opiniões, ideias, experiências e perspectivas (Las Casas, 2014, p.41-42).

Pode-se caracterizar as redes como uma rede de pessoas se relacionando em espaços virtuais através de softwares capazes de auxiliar a conectividade entre elas, através de troca de mensagens de texto, troca de arquivos entre outras interações. Abaixo segue gráfico de redes sociais mais populares no Brasil:

Figura 1 - Redes sociais mais populares do Brasil



Extraído de: DIANA, 2019

Abaixo seguem breves características das redes sociais mencionadas nas figuras acima:

- Facebook é a rede social mais utilizada no Brasil, inclusive por empresas que aproveitam para realizar estratégias de publicidade e marketing.
- WhatsApp é considerado hoje um dos principais aplicativos destinados à comunicação e troca de mensagens, e também está tendo grande destaque na utilização por empresas no Marketing Digital.
- YouTube é uma plataforma de vídeos com um alcance muito alto de pessoas.
- O Instagram apresenta diferentes recursos que permitem interação e diversão aos usuários.

- O Twitter foi uma rede social inovadora, porém perdeu destaque no cenário nacional para as redes sociais listadas acima.
- O LinkedIn é a maior rede social com foco profissional do mundo.
- O Pinterest é uma rede social que publica conteúdo visual, independente do ramo.

REDES SOCIAIS E O SEU USO NAS EMPRESAS

As redes sociais vem sendo utilizadas por marcas de destaque no cenário nacional e mundial como forma de vínculo, estreitando relacionamentos e aproximando-se de seu público alvo. Através de análises dos conteúdos produzidos por pessoas nas redes sociais, as empresas conseguem analisar suas interações, identificando assim suas preferências.

Nas redes sociais é replicado muitas de nossas características, estado de humor, momento profissional, desejos, sonhos entre tantas outras sensações e sentimentos. Então as marcas tiram “aproveitamento dessas plataformas” afim de que possam encontrar a melhor solução em produtos que vão satisfazer a vida do cliente naquele momento.

Dessa forma um cliente que se identifica com o produto, mostrando-se satisfeito tanto com seu uso quanto com o seu custo, gerará um ponto positivo de satisfação tanto para o produto quanto para empresa. Essa eficácia com certeza será passada através de comentários a outros clientes, construindo então uma cadeia de acessos e informações que consequentemente todos os caminhos serão conduzidos à marca.

Grandes empresas do cenário nacional e internacional vem desfrutando e tirando o máximo de proveito de tudo que as redes sociais podem oferecer, essas empresas entendem que não existe publicidade coerente sem ação nas mídias sociais, entendem a sua grande importância, principalmente nas configurações e particularidades que cada ferramenta (rede social) pode oferecer a fim de chegar o mais próximo possível de seu público alvo.

Um exemplo disso é o Facebook, pois em seu painel de controle as empresas que desejam fazer suas divulgações encontram diversas configurações a fim de chegar mais próximo possível de seu cliente, conforme figura abaixo:

Figura 2 - Painel de configuração de anúncios do Facebook

Qual é o seu objetivo de marketing? [Ajuda: Escolher um objetivo](#)

Reconhecimento	Consideração	Conversão
Reconhecimento da marca	Tráfego	Conversões
Alcance	Envolvimento	Vendas do catálogo
	Instalações do aplicativo	Tráfego para o estabelecimento ⓘ
	Visualizações do vídeo	

Extraído de: Facebook, 2020

Essas configurações que se encontram no painel do Facebook auxiliam os usuários a disponibilizarem os seus anúncios de acordo com suas necessidades. Também é possível determinar qual região será explorada, faixa etária pelo qual o anúncio será mostrado e uso de palavras-chave que são capazes de determinar filtros de pesquisas eficazes o suficiente para que o anúncio obtenha o maior custo/benefício possível.

O Facebook é apenas um exemplo de quanto o Marketing na era digital se tornou uma ferramenta essencial para o sucesso de uma empresa, seja ela grande ou pequena. Usamos como exemplo o Facebook, salientamos que as outras redes sociais aqui citadas (figura 1) cada qual com suas particularidades possuem suas aplicabilidades importantes o suficiente para exploração comercial dos anúncios. Um exemplo disso é o Instagram que em parceria com o Facebook, quando um anúncio é feito (Facebook) acaba sendo replicado (Instagram) caso seja da preferência e escolha da empresa. Neste tópico está sendo destacado as redes sociais, mas não podemos deixar de falar e afirmar que os blogs, sites entre outros possuem grande importância para o Marketing digital.

GOOGLE E O MARKETING

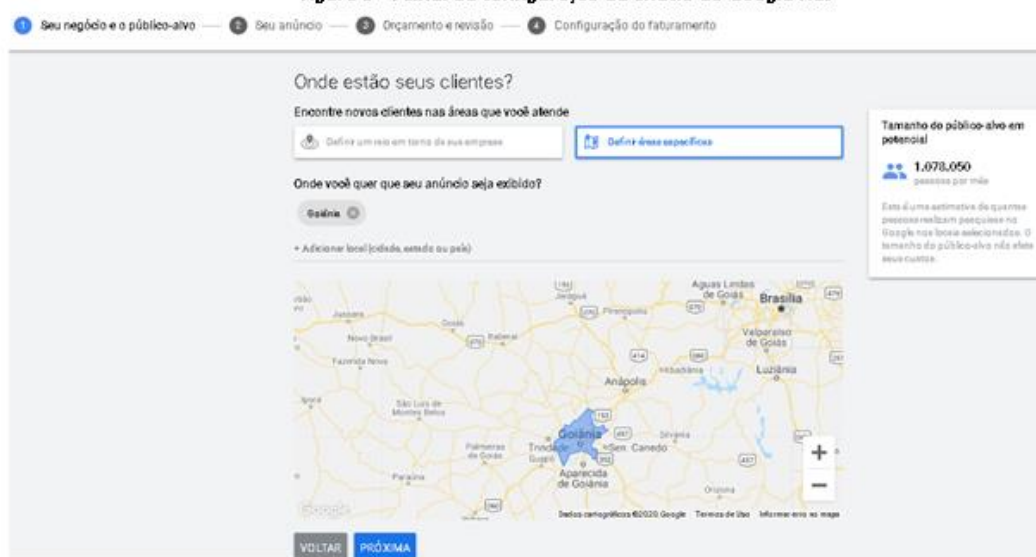
A Google equipara-se nesse cenário do Marketing Digital às redes sociais. De acordo com alguns especialistas, ela supera as redes sociais em grau de importância. Além disso, a Google possibilita em sua configuração que um anúncio feito em uma rede social, possa ser integrado em uma de suas

plataformas, e a partir daí a mensagem pela qual a empresa quer passar, poderá ter até o dobro de eficácia e alcance conforme os objetivos planejados.

É no Google que as pessoas pesquisam, então o anúncio feito por uma empresa pode ser exibido no momento exato em que uma pessoa estiver pesquisando produtos e serviços que desejam, seja para adquirir ou analisar para um orçamento.

Assim como nas redes sociais (Facebook, Instagram...) a Google oferece

Figura 3 - Painel de configuração de anúncio do Google Ads



Extraído do: Google Ads, 2020

ótimas possibilidades custo/benefício muito interessantes para empresas. Através de seu painel de configurações é possível alcançar muitos clientes, determinando um orçamento fixo e desta forma não extrapolar o custo determinado evitando gastos desnecessários. Veja abaixo um dos painéis de configuração da ferramenta da Google denominada Ads.

Neste exemplo (figura 3) podemos ver que é possível alcançar uma clientela através da marcação da área na qual a empresa deseja atuar. Em outros campos, é possível colocar um site em destaque, e ao mesmo tempo posicionando-o no topo, traduzindo, sua marca em uma pesquisa será a primeira a ser encontrada. Tudo depende de como se configura e como se faz a busca acerca do orçamento.

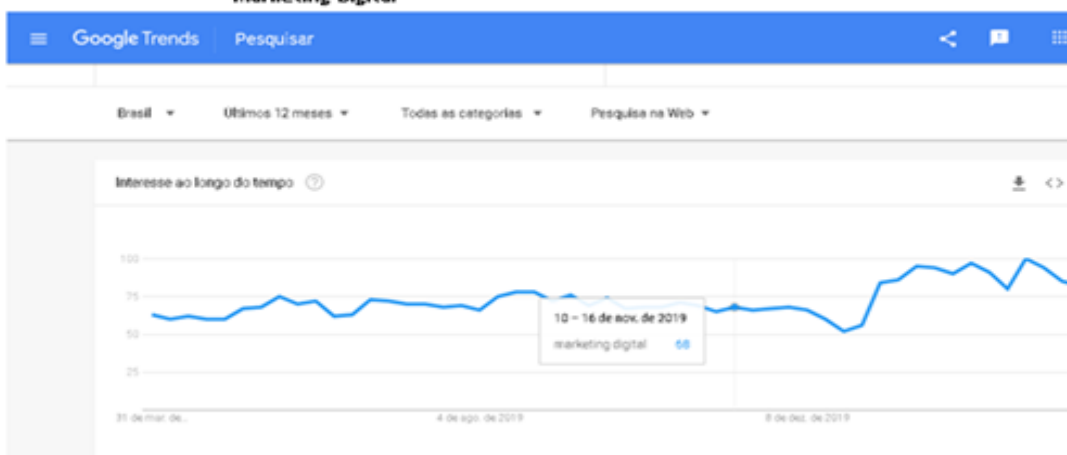
GOOGLE TRENDS

Através das ferramentas do Google é possível determinar o nível de alcance ao cliente de diversas formas, desde seu público alvo, configurar o valor que será usado para campanha (quanto poderá ser gasto caso a campanha seja diária, semanal ou mensal) e determinar o tamanho da expansão (mundial, nacional, estadual, municipal ou até em um bairro).

Além de todas essas funcionalidades para pessoas jurídicas e pessoas físicas a Google oferece ao seu usuário uma ferramenta capaz de explorar ainda mais a eficácia do Marketing Digital, o nome dela é Google Trends.

Essa poderosa ferramenta da “gigante mundial da internet” permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ao longo do tempo, além de reunir uma gigantesca base de dados para mostrar quais assuntos estão sendo pesquisados no momento e quais foram pesquisados nos últimos tempos. Veja nas figuras abaixo exemplos da aplicabilidade dessa ferramenta (Google Trends).

Figura 4 - Painel de configuração do Google Trends pesquisa da palavra chave "Marketing Digital"



Extraída do: Google Trends, 2020

Figura 5 - Interesse por subregião Google Trands



Extraída de: Google Trends, 2020

O Google Trends mostra as palavras-chave mais pesquisadas e através dessa possibilidade de pesquisa essa ferramenta pode oferecer ideias para novos conteúdos e para produção de um Marketing Digital com eficácia.

MARKETING DIGITAL EM PEQUENAS EMPRESAS

Enfatizou-se em diversos momentos a eficácia do Marketing Digital pelas grandes marcas/produtos da atualidade, e o quanto esse mercado está

sendo explorado afim de que para essas grandes empresas qualquer informação da vida de um cliente exposta nas redes sociais possam ser traduzidas como possibilidades reais de ganho financeiro. Percebeu-se neste estudo que, para se fazer parte dessa era, como produtores de conteúdo, necessita-se de intimidade com as ferramentas (redes sociais) que possibilitam a interação, exposição de ideias, de sentimentos e opiniões. Baseando-se nisto entende-se que no cenário nacional e mundial as grandes marcas tiram proveito “monstruoso” de tais informações, a ponto de construírem departamentos especializados para análise de mercado usufruindo em principal do que a interatividade nos oferece (troca de ideias e informações).

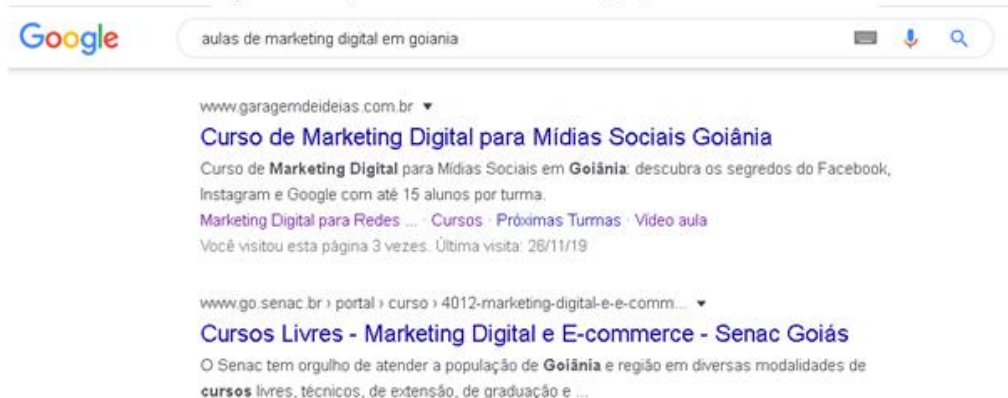
Assim, como a empresa que nasce ou aquela que ainda é pequena se comporta neste cenário? Será que se atentam para a necessidade do conhecimento tecnológico para produção de informações? Comprova-se em pesquisas recentes que 90% das pessoas que desejam comprar um produto, antes de fazerem a compra elas fazem uma pesquisa na internet, seja para conhecer mais as características e variedades desse produto ou mesmo para ter uma base de preços. Mas o que ainda parece não ser consciência dos pequenos empresários, é de que na internet é possível diminuir a distância de grandes estruturas e possibilidades diversas de atendimento proporcionado pelas grandes empresas em contraste com as poucas possibilidades que as pequenas empresas apresentam.

O Marketing Digital possibilita o estreitamento dos relacionamentos de grandes empresas com seus clientes como das pequenas empresas com os mesmos. Desde que bem trabalhado (Marketing Digital), os dois modelos de empresa podem ter grandes possibilidades de colher ótimos resultados em seu público alvo.

Comprova-se a veracidade do que está sendo falado com a figura a seguir, onde o posicionamento de uma pequena empresa (Garagem de Ideias) que funciona como uma instituição de ensino direcionado para o público que quer aprender mais sobre o Marketing digital, se encontra melhor posicionado (aparece primeiro) do que uma grande rede de ensino (Senac) que também promove o mesmo curso.

Confira o exemplo na imagem a seguir:

Figura 6 - Pesquisa sobre aulas de Marketing digital na cidade de Goiânia



Extraído do: Google, 2020

Através do exemplo demonstrado na figura acima, percebe-se que, caso o usuário ou cliente estivesse procurando um estabelecimento que ensine sobre o Marketing Digital, ele encontraria a empresa Garagem de Ideias que funciona em um pequeno estabelecimento melhor posicionado (vem antes ou aparece primeiro) do que o Senac, que por sua vez possui redes de ensino no Brasil todo.

A qualidade do produto oferecido importa muito ao cliente, até por que é isso que fará com que ele compre e volte novamente, mas o grande detalhe é que, tanto para o sucesso de uma grande empresa, quanto para o crescimento de uma pequena empresa, o Marketing Digital é de extrema importância para o alcance dos seus propósitos e objetivos.

A máxima dita em um reality show que a estratégia supera a inteligência, e acredita-se que o Marketing Digital é um fator predominante para o crescimento de um pequeno estabelecimento. Talvez o que falte para pequenas empresas é o aprimoramento de seus conhecimentos da propaganda através da internet. Uma vez que a internet não é mais "segredo para ninguém", pois de certa forma todos temos contanto direto ou indireto em algo que fazemos no dia-a-dia.

Por mais que estejamos falando de vários softwares (Facebook, Instagram...) capazes de promover a interação das pessoas, em algum momento eles interagem entre si, e os caminhos podem fazer com que eles se encontrem ou apontem para algum lugar (site). Então há necessidade de pequenos empresários entender que o Marketing Digital, não se trata de apenas uma palavra sofisticada, essa realidade é palpável e pode ser alcançada por todos, desde o grande quanto o pequeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por finalidade apresentar de forma direta o Marketing na era Digital, levando em consideração todas as etapas de seu crescimento até os dias atuais. Através das informações aqui apresentadas percebe-se que é necessário caminhar junto com o tempo ao lado da tecnologia e alinhar-se com as necessidades do momento. O Marketing digital explora

saídas eficazes, com possibilidades de custo baixo, ao mesmo tempo em que proporciona benefícios tão grandes ao ponto de perceber-se que quem ganha, não é o que tem mais dinheiro, mas o que explora melhor as informações apresentadas na atual era da conectividade.

REFERÊNCIAS

- DAHY, Milton. **A importância do Marketing Digital para Pequenas Empresas**. Dccomunic, 2018. Disponível <<https://dccomunic.com.br/a-importancia-do-marketing-digital-para-pequenas-empresas/>>. Acesso em 15.mar.2020

MARKETING DIGITAL. TecnoCorp, 2020. Disponível em: <www.tecnocorp.com.br>

PEÇANHA, Vitor. O que é Marketing. Rock Content, 2019. Disponível em: <<https://rockcontent.com/blog/o-que-e-marketing/#02>>. Acesso em 02.fev.2020.

POSER, Denise Von. **Marketing de relacionamento**: maior lucratividade para empresas. 1. ed. São Paulo: Manole, 2010.

TAVARES, Cristiano Viana Cavalcante Castellão. **Marketing na região do cariri**: melhores marcas, merchandising, satisfação e comportamento do consumidor. 1. ed. Curitiba: CRV,

O TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Evangelista, Eurileide Guedes²⁶

RESUMO

O professor é um profissional que não trabalha sozinho. Ele pode contar com o supervisor escolar para desempenhar seu papel com mais qualidade em meio às demandas que surgem na escola. Nesse sentido, carece acreditar que através da parceria e diálogo é possível desenvolver um trabalho mais pertinente e eficaz no que tange a educação possibilitando avanços para todos os profissionais da educação. Assim apresentamos como objetivo refletir sobre as ações desempenhadas pelo supervisor escolar destacando as possibilidades no seu trabalho e dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Enquanto metodologia trata-se de um estudo de caso no qual o sujeito participante dessa pesquisa é uma supervisora escolar de duas escolas da rede municipal de ensino de uma cidade paraibana. A investigação foi desenvolvida envolta pelos estudos freireanos, dentre outros. Pudemos concluir que a tarefa de supervisionar na educação não é simples e que o supervisor enfrenta bastante dificuldade para desenvolver suas tarefas diante de muitas resistências.

PALAVRAS – CHAVES: Supervisor escolar. Relacionamentos. Escola. Possibilidades. Entraves

INTRODUÇÃO

O trabalho do supervisor escolar ainda é bastante confundido entre as pessoas até mesmo pelos sujeitos que forma a escola. Muitos acreditam que esse profissional tem o papel de “cobrar”, “fiscalizar”, “vigiar” o trabalho dos professores, mas salienta-se que o supervisor é um colaborador, um auxiliador do docente no cotidiano escolar.

Pela falta de compreensão de sua função, o supervisor acaba enfrentando muitas dificuldades para desempenhar sua função, pois o profissional da parte técnica da escola acaba encontrando muitas barreiras. De acordo com Melo “(...) faz parte do convívio com os professores o sentimento de desconfiança, competição, disputa de influência e até de poder” (2005, p. 28). No entanto, vale ressaltar que quando os professores compreendem que seu papel de colaborador torna-se fácil o processo pedagógico, há um equilíbrio e harmonia entre os sujeitos na escola.

É preciso, então, desmistificar a imagem construída do supervisor escolar em relação às questões pedagógicas, uma vez que seu espaço é abrangente e, muitas vezes, acaba desempenhando ações que nem são suas, mas que acaba por executar devido à ausência de outros profissionais na escola.

Nesse sentido, nos propusemos a aprofundar sobre a temática abordada acreditando que o papel do supervisor precisa ser melhor esboçado e discutido, uma vez que todos que forma a escola desempenham ações que se diferem, mas que se completam e dão qualidade à comunidade escolar.

²⁶ Licenciada em História - Funeso

Assim, o supervisor escolar (SE) busca investigar novas práticas pedagógicas para proporcionar ao professor a formação continuada em seus planejamentos de maneira que possa refletir sobre todo o processo educativo. Corroborando a isso, Freitas (2001, p. 207) pontua que:

É preciso que o/a supervisor/a, juntamente com os professores, problematizem e disponham-se a reconstruir sua identidade profissional à medida que pensem sobre o que fazem e porque fazem sobre os significados que atribuem à suas práticas, discutindo a intencionalidade de seu trabalho, em permanente diálogo com a realidade, bem como lutando para a transformação das condições institucionais que limitam suas possibilidades de reinventar sua atuação profissional.

Essa produção científica tem como objetivo refletir sobre as ações desempenhadas pelo supervisor escolar destacando as possibilidades no seu trabalho e dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Para tanto, vale destacar o quanto as relações estabelecidas no ambiente podem propiciar um harmonioso, conforme é apontado por Alonso ao afirmar que todo o sucesso da prática “está na forma como esta relação se estabelece, num ambiente próximo, de colaboração e respeito mútuo. Neste espaço, o professor poderá receber a assistência e orientação para lidar com as dificuldades do cotidiano escolar” (ALONSO, 2003, p. 171).

O percurso metodológico ocorreu durante um período de uma semana. Período este que tivemos algumas conversas com sujeitos da escola, alguns alunos, professores e realizamos uma entrevista com a supervisora escolar. Ainda pautamos a fundamentação de acordo com o suporte oferecido nos estudos de Alonso (2003), Freitas (2001), Melo (2005) dentre outros estudiosos.

O texto segue trazendo as análises e discussão acerca das observações realizadas e das respostas da supervisora sujeito da pesquisa. Logo após esse tópico segue-se o estudo da fundamentação teórica (desenvolvimento), metodologia, análises de dados e considerações finais (conclusão).

DESENVOLVIMENTO

A presença do supervisor escolar no ambiente de educação é primordial, uma vez que para o bom funcionamento desse espaço todos os profissionais que dele fazem parte precisam se completar. Para tanto, cabe ressaltar que o SE colabora de maneira significativa aos professores propiciando conhecimentos teóricos e práticos buscando organização.

No Brasil, apenas na década de 20 é que esse profissional passou a ter regulamentação. Já na década de 30, com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, o papel do supervisor escolar ganhou destaque. O olhar desse manifesto era com “a preocupação com o papel político e social da escola e iria formular um plano de conjunto para a reconstrução educacional do país” (ALVES; DUARTE, 2012, p. 5).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, o supervisor escolar ganha espaço no ensino superior quanto à formação. De acordo com o que está posto no Art. 64:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, supervisão e orientação escolar para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996)

Mesmo que no artigo supracitado refira-se unicamente a formação do supervisor, ainda não há a regulamentação oficial do supervisor da educação (ROSSI, s.d.p.11). No entanto, vale salientar que na Câmara dos Deputados de Brasília existe um projeto que procura regulamentar a profissão ainda em tramitação. O projeto de número 4.106/12, em parágrafo único expõe que:

O Supervisor Educacional coordenará e irá contribuir nas atividades de planejamento, execução, controle e avaliação do Projeto Político Pedagógico, juntamente com os demais especialistas, direção e professores da Unidade Educativa. (BRASIL, 2012)

A PL ainda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados e ainda está na esfera da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara. Fica evidente, portanto, que não há nenhuma relevância considerável com essa categoria revelando, assim, a falta de consideração com mais um profissional do âmbito educacional e, justamente pela falta dessa regulamentação, o supervisor acaba de sobrecarregando na escola desempenhando papéis que não lhe compete e que vão desde a esfera pedagógica até a administrativa e organizacional.

O executar da função desse profissional é bastante pertinente à escola e professor, bem como com os alunos, pois cabe a ele acompanhar o desempenho de ambos com vistas a suprir as dificuldades que surgem no cotidiano escolar procurando meios de facilitar o processo de ensino e aprendizado.

Para que tudo seja possível, é indispensável à ação de um profissional que, além de possuir competência teórica, técnica humana, disponha de tempo necessário para tornar possível a relação entre vivências dos alunos fora da escola e o trabalho do ensinar e aprender na escola. Esse profissional é o supervisor que define sua função pedagógica quando contribui para a melhoria do processo de ensinar e aprender por meios de ações que articulam as demandas dos professores com os conteúdos e as disciplinas (MEDINA, 2002 p.51).

Vale ressaltar que tanto o docente quanto discente precisam ter um bom relacionamento compreendendo que ora o professor também aprende, ora o aluno também ensina conforme aborda Paulo Freire em sua obra Pedagogia da autonomia (2018). Considera-se, portanto, que o bom

relacionamento entre os sujeitos da escola facilita o processo de ensino aprendido.

Para poder dar o suporte necessário à escola o supervisor escolar precisa estar em constante atualização de conhecimentos e práticas atualizadas, visando propiciar aos docentes novas maneiras de procurar suprir as dificuldades que os alunos apresentam.

Compete ao supervisor desenvolver métodos e propiciar formação continuada aos professores para que estes apresentem suas experiências e desenvolvam novas competências e habilidades no processo de ensino – aprendizagem, pois a prática pedagógica consiste em capacitar o docente para favorecer a aprendizagem. Quanto a esse respeito, Perrenoud (2002, p.50) explica que “uma prática reflexiva não é apenas uma competência a serviço dos interesses do professor, é uma expressão da consciência profissional”.

As ações desenvolvidas pelo supervisor escolar deve ser de acompanhar o planejamento, organização, supervisionar o que foi projetado de maneira a transformar o que não está tendo sucesso a tempo de fazer retomadas sempre que necessárias, além de procurar estreitar os laços entre todos os sujeitos que permeiam a comunidade escolar procurando integrá-los.

Destaca-se, portanto, a pesquisa sendo qualitativa e de campo. Nessa perspectiva, toda investigação teve com aporte teórico, estudiosos como Freire (2018) para embasar todo o estudo. Em relação à relevância de se pesquisar Gil (2007) esclarece que toda ela se desenvolve por partes que se complementam e que surge a partir de uma problemática, uma inquietação motivacional que instigou a desenvolvê-la. Portanto, sua produção se inicia desde a formulação do problema até chegar às análises e discussões dos resultados obtidos. O autor ainda esclarece que pesquisa é

... Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (...) A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos (...) ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados. (GIL, 1999, p.45)

Quanto à pesquisa de campo trata-se de uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA 2009, p.43).

Analisamos as respostas expostas da supervisora escolar, sujeito de nossa pesquisa, com a intenção de averiguar o que estaria implícito e explícito em suas falas em relação ao que lhes era questionado através de uma entrevista. Richardson (1999, p. 208) explica que “o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas”, mas, seguindo

um rigor metodológico e científico. Corroborando a isso Gil (1999, p. 121) esclarece que “a entrevista [...] desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariáveis para todos os entrevistados, que geralmente são em grande número”.

O percurso metodológico ocorreu durante um período de uma semana. Período este que tivemos algumas conversas com alguns alunos, professores e a supervisora escolar.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para efeito de privar a identidade do sujeito principal de nossa investigação, a supervisora educacional, nomeamos um codinome que a represente durante nossa entrevista. Portanto, chamaremos de Maria.

Inicialmente, procuramos saber se a supervisora da escola poderia nos conceder essa entrevista. Falamos sobre nosso objetivo de pesquisa e a mesma se prontificou a realizá-la. Tivemos um pouco de dificuldade devido a disponibilidade de tempo da profissional. Mediante isso, já percebemos o quão era atarefada e desempenhava múltiplas funções que nem eram suas, mas diante da ausência de outros profissionais da escola, cabia a ela administrar os imprevistos que surgissem na escola.

À medida que íamos fazendo às perguntas a supervisora esclarecia suas ideias de modo que nossa análise ficasse compreensível a respeito do que era exposto.

Maria é formada em Pedagogia e é licenciada em Letras – Português, ambas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sua experiência com sala de aula emerge os 25 anos. Após sua formação, se especializou em Supervisão e orientação, psicopedagogia e Psicanálise da Educação. Possui mestrado em Filosofia da Educação pela Universidade de São Bento e curso doutorado em Educação.

Vemos então que a supervisora possui uma ampla formação na área de educação procurando dar continuidade a sua vida acadêmica. Isso revela seu interesse em buscar aprimorar seus conhecimentos para poder desenvolver seus trabalhos com mais qualidade.

Maria atua como professora em outra instituição. Como professora exerce essa função há muitos anos e afirma continuar nela porque, segundo ela, não tem como ser supervisora sem sentir na pele as dificuldades do professor.

Acredita que para se exercer a função de supervisor qualquer profissional precisa ao menos ter experiência com a sala de aula para conhecer mais intimamente a realidade que emerge no cotidiano escolar e as dificuldades que os docentes sentem com os alunos. Assim, o papel de supervisão atinge o lado humano. Olhar o outro, seja ele professor ou qualquer outro sujeito da comunidade escolar, pelo lado de sujeito que tem suas necessidades individuais e limitações.

Maria afirmou ter um bom relacionamento com todos da escola, mas enfrenta dificuldades no cotidiano escolar em relação aos professores. Disse ser este profissional quem mais dificulta seu trabalho no município.

Esclareceu que está no cargo nesse município há 3 anos e 8 meses e que desde que assumiu sua função enfrenta dificuldades nas escolas. Inicialmente, a secretaria de educação determinou que seu trabalho seguisse a um "rodízio" no qual ela deveria visitar as 7 escolas do município toda semana para analisar cadernos de planejamento e dar suporte aos professores. Na verdade, o suporte esperado pelos professores era apenas atividades para serem xerografadas.

As barreiras em analisar os cadernos dos professores do fundamental I e Educação Infantil surgiam a cada semana. Isso porque Maria precisava cumprir uma agenda bastante difícil por ser muitas escolas para visitar em pouco espaço de tempo, o que não permitia que desempenhasse seu trabalho com mais eficácia junto aos docentes. Isso fez com que muitos professores a vissem como alguém que visita a escola apenas para fazer cobrança de secretaria de educação.

Alguns professores resistiram em não apresentar seu caderno de planejamento ou dialogar com Maria. Passou a ser questão pessoal, antipatia talvez. Nos planejamentos realizados mensalmente, muitos não faltavam porque o ponto seria cortado, mas nada produziam.

E as dificuldades da supervisora só tendiam a aumentar. Essa situação incomum ocorreu durante os dois primeiros anos de sua atuação. Até que se mudou de gestão e a organização da secretaria alterou. Maria passou a não ficar apenas visitando as escolas, mas a nova secretária de educação designou-a para ficar em duas escolas durante seus dois dias inteiros que trabalhava, pois trabalhava em outro município e isso impedia sua presença diária juntos aos professores.

Mesmo diante das resistências no ensino fundamental I e Infantil, algumas professoras compreendiam a sua função e que fazia parte do seu trabalho tudo o que realizava. Essas docentes passaram a conversar com as docentes mais resistentes a respeito do trabalho da supervisora que não era o de "cobrar", mas de orientar e ajudar para que o ensino fosse melhor. Aos poucos a situação foi ficando melhor e algumas passaram a mostrar seus cadernos e avaliações, pediam opiniões e ajuda e chegaram a se reunir para pedir desculpas pelo constrangimento que haviam causado por tanto tempo.

A supervisora ficou então com apenas duas escolas no ensino fundamental II. A secretária verificou que Maria se identificava melhor com esse segmento e que também era nessa fase que havia uma maior carência de assistência aos professores. No entanto, ela afirmou que ficou com receio quando soube da relocação. Sabia que os professores do ensino fundamental II eram profissionais que não aceitavam diálogo e como já sabiam dos rumores de como eles eram difíceis à insegurança dela apenas aumentou.

No entanto, ao se deparar com a realidade das duas instituições passou a ouvir os professores e suas angústias. Tinha mais tempo, mesmo limitando-se aos dois dias. Nos diálogos os professores afirmaram que eram desprovidos de assistência pedagógica por parte da secretaria de educação

e que já tinham se acostumado a fazer do mesmo jeito porque não havia nenhuma orientação e nem menos exigências.

Para alguns professores a chegada da supervisora foi vista como ponto positivo, pois iria agregar conhecimentos. Para outros, a resistência também ocorreu. Mas aos poucos, através de muito diálogo, visita nas salas de aula e atendimento individual os alunos, com problemas de comportamento e auxílio para esclarecer as dúvidas que surgissem no processo pedagógico dentre outras questões, os professores perceberam o quanto era necessária a sua presença no ambiente escolar.

Os alunos passaram a confiar mais na SE como uma profissional que podia ouvi-los. Maria também desempenhava o papel de orientadora desenvolvendo ações que competia a essa profissional, pois a mesma não estava presente para resolver esses questões e assim a supervisora acabava realizando essas outras atividades. Diante disso demonstrava que, além da função que lhe era própria, não se prendia a mesma pois compreendia a necessidade da formação efetiva e afetiva que a educação espera de um profissional engajado na missão de educar. Maria estava atenta a esse olhar como um todo. Durante nossa visita na escola percebemos o quanto a direção se ausentava da instituição cabendo à supervisora resolver todas as problemáticas gerando com isso um comprometendo do trabalho que realmente não lhe competia. Nesse sentido, a profissional ficava sobrecarregada.

Maria disse que atualmente estava muito feliz em poder contribuir com a formação continuada dos professores porque pediu permissão a secretaria de educação do município para oferecer encontros com os profissionais da escola e lhe foi concedida.

Embora tenha iniciado tardiamente no ano letivo, contudo consegui oferecer o primeiro encontro entre os profissionais, trabalhando com a temática afetividade e os relacionamentos interpessoais na escola. Na ocasião compareceram professores, técnicos e demais pessoas de cargos diferentes do âmbito escolar que trocaram experiências sobre seus olhares com respeito ao outro e como construir laços afetivos cada um respeitando o espaços do outro.

Segundo relato da supervisora, o encontro foi bastante produtivo e no decorrer dos dias seguintes pode perceber melhores relacionamentos entre os profissionais e alunos. Até o presente momento da investigação desse trabalho, havia acontecido apenas uma formação, mas que Maria informou que sua meta seria oferecer mais uma formação antes do término do ano letivo e que para o ano seguinte, pretendia fazer encontros mensais com temas de acordo com as necessidades das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente destacamos a relevância dos passos idealizados para o percurso metodológico ter ocorrido com sucesso, fazendo com que o objetivo idealizado fosse alcançado.

No decorrer da investigação pudemos perceber a realização profissional da supervisora escolar em desempenhar sua função. Sua competência e

habilidade foram bem desempenhadas. A mesma superava dificuldades diante dos desafios da aceitação ao seu trabalho como também das lacunas, por conta de outros profissionais descomprometidos com a educação, gerando sobrecarga de atividades que não lhe era própria na escola.

Afirmou ainda que muitas vezes a direção e a orientação faltava, sem justificativa, por saber que poderiam confiar nela em resolver qualquer situação problemática que surgisse na escola. Maria esclareceu que até se sentia envaidecida com tamanha confiança, mas que isso lhes dava uma responsabilidade muito maior do que lhe competia responder e o que lhe deixava exausta.

Esclareceu que ser supervisor não é tarefa simples, sendo necessária muita paciência e persistência para mostrar aos professores e demais profissionais da escola que o papel de supervisor não é apenas de exigir resultados, mas que está como facilitadora do processo de ensino e aprendizagem entre o professor e o aluno.

Ao nosso olhar, o fato de se enxergar o profissional de supervisão escolar de forma errônea já é algo cultural e histórico que foi formado e distorcido. E que é preciso desmistificar essa ideia transformando esses olhares procurando esclarecer melhor as funções desempenhadas desse profissional e qual seu papel na escola.

REFERENCIAS

ALONSO, Myrtes. A Supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, NauraCarapeto (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-182

ALVES, A. M. L. S.; DUARTE, E. A. F. G.. Supervisão escolar: missão, exercício, desafios e perspectivas. **Revista Pergaminho**. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, n. 3. ano 3. Nov. 2012. P. 1-22. Disponível em:

<<http://pergaminho.unipam.edu.br/documents/43440/43870/supervisor-escolar.pdf>> Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Art. 64. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 10 out. 2019.

BRASIL. **Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor, educacional e dá outras providências**. Projeto de Lei P.L. 4106, de 2012. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1006268.pdf>> Acesso em: 10 out. 2019.

FREIRE, Paulo. **Autonomia da Pedagogia**: saberes necessários a prática educativa. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão Escolar**. Porto Alegre: AGE, 2002.

MELO, F. Desenvolvendo competências para a gestão escolar: os implícitos nas relações diretor/ supervisor/ professor. **Revista: Evidência** – pesquisa e saberes em educação, Araxá, 2005. p. 95-108.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSI, C. M. S. **Práticas pedagógicas do supervisor escolar**. Coronel Fabriciano: Editora Prominas, [s.d.].

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2008.

OCORRÊNCIA DE ARTE RUPESTRE EM ZONA AFÓTICA DE CAVERNAS EM RURÓPOLIS, PARÁ

Motta, Aécio Rodrigo Schwertz²⁷

RESUMO

Rurópolis é um município paraense que tem chamado atenção de pesquisadores por abrigar diversas cavernas areníticas com riquíssimas representações rupestres, com pinturas e gravuras que remetem a períodos anteriores à ocupação portuguesa. Destaca-se que, embora conhecidas pelos moradores da região, somente em 2010 as cavernas começaram a ser cadastradas no Cadastro Nacional de Cavernas (CNC), mantido pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE). Este artigo tem o objetivo de fazer um levantamento das pesquisas já realizadas e publicadas acerca das cavernas em Rurópolis - Pará, destacando a singularidade das cavernas em zona afótica e na penumbra. Nesse sentido, o estudo se delimitou as pesquisas e publicações de Edithe Pereira et al; e Luiz Eduardo Panisset Travassos et al.

PALAVRAS-CHAVE: Caverna Arenítica. Zona Afótica. Rurópolis. Pará.

INTRODUÇÃO

O município de Rurópolis Presidente Médice ou simplesmente Rurópolis, como é conhecido, está localizado no sudoeste do Pará, no entroncamento da Rodovia Transamazônica com a Rodovia Cuiabá-Santarém, a 150 km de Itaituba, 220 Km de Santarém e 1.170 km de Belém, a capital do Estado. Além de facilitar as vias de acesso, esta pequena cidade brasileira, com população estimada em 49.503 mil habitantes (IBGE/2018), destaca-se nacional e internacionalmente por ser uma região rica pela existência de arte rupestre presente em algumas das inúmeras cavernas em arenito.

Inicialmente uma parte destas cavernas foi descoberta pela professora e espeleóloga Erismar Sousa, a qual compartilhou seu conhecimento com espeleólogo Rodrigo Motta e este aumentou a pesquisa, ampliou o número de descobertas e promoveu o registro no Cadastro Nacional de Cavernas(CNC), mantido pela Sociedade Brasileira de Espeleologia(SBE). Ele ainda trouxe uma novidade para a espeleoarqueologia brasileira, em que dentre as cavernas cadastradas, três delas se encontram em zona afótica.

O presente estudo tem como objetivo de fazer um levantamento e mostrar os resultados das pesquisas feitas e, até então, publicadas em periódicos científicos acerca das cavernas areníticas situadas em Rurópolis, que apresentam pinturas rupestres singulares, como as zonas afóticas, sem

²⁷ Motta, Aécio Rodrigo Schwertz. Especialista em Gestão e Educação Ambiental pela ESEA/TO, Membro da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE 1703). rodrigomotta@hotmail.com

iluminação. Nesse sentido, seleciona as seguintes pesquisas: *Caverna das Mãos, Rurópolis, Pará: Importante exemplo brasileiro de arte rupestre em zona afótica*; *Possíveis práticas rituais nas cavernas com arte rupestre de Rurópolis (Pará)*; e *Representações rupestres em cavernas areníticas de Rurópolis, Pará. Uma primeira aproximação*.

Destaca-se que pelo fato deste autor ser espeleólogo, ele está limitado a apresentar propostas mais profundas além da identificação e descrição preliminar das cavernas, as quais apontam para novas abordagens de estudo. Assim sendo, além da relevância dessas pesquisas realizadas em Rurópolis, ressalta-se também a importância da preservação dessas cavidades naturais e, conseqüentemente do meio ambiente.

CAVERNA DAS MÃOS, RURÓPOLIS, PARÁ: IMPORTANTE EXEMPLO BRASILEIRO DE ARTE RUPESTRE EM ZONA AFÓTICA

Luiz Eduardo Panisset Travassos et al, no artigo *Caverna das Mãos, Rurópolis, Pará: Importante exemplo brasileiro de arte rupestre em zona afótica*; tem como objeto de estudo a Caverna das Mãos, localizada em Rurópolis - Pará. A partir de uma observação *in situ*, foi feito "o registro digital dos painéis completos, bem como dos motivos individualmente" (TRAVASSOS; RODRIGUES; MOTTA, 2012).

No oeste do Pará, mais precisamente no Município de Rurópolis, localizado a 150 km de Itaituba-PA, destaca-se pela diversidade de cavernas de arenito contendo gravuras e desenhos rupestres. São cerca de seis cavernas com registros rupestres expressivos, no entanto a Caverna das Mãos se destaca no cenário regional, inclusive porque apresenta um fato raro onde as pinturas são realizadas em zona afótica da caverna, até então as únicas no Brasil. A Caverna das Mãos já havia sido mencionada e inserida na geologia regional e aparece no periódico em 2012 (TRAVASSOS; RODRIGUES; MOTTA, 2012).



Figuras: 1. Entrada da Caverna das Mãos 2. Interior da Caverna das Mãos

No Brasil, um importante registro acerca das pinturas rupestres feitas em zona de penumbra foi feito por Leite (1990; 1992). Em seu estudo, ela afirma que, no "painel VIII", em São Paulo, estas figuras podem ser vistas com clareza quando "uma luz forte incide sobre elas" (LEITE, 1992, p.433-434). Algo parecido ocorre no Pará, e Pereira (2003, p. 148) também afirma

que o mesmo ocorre na gruta do Pilão, em Monte Alegre, pois embora o local não seja totalmente escuro, há necessidade de iluminação artificial para identificar as pinturas. Abaixo foto da Caverna das Mãos.



Figura 3: Apresenta concreções ou espeleotemas sobre as pinturas. É possível identificar figuras geométricas, um antropomorfo e as mãos em positivo.

Exemplos como os expostos acima nos levam a crer que os grafismos e pinturas, diferentemente dos que foram identificados na Caverna das Mãos, a centenas de metros da entrada, não foram feitos em zona totalmente escura ou afótica. Por isso, acredita-se que os conjuntos de rupestres foram feitos em forma de incisões na rocha, tal qual os encontrados em abrigos e cavernas pesquisados por Pereira (2003;2006) e aquelas registradas por Travassos, Rodrigues e Motta (2012). A Caverna das Mãos está localizada no Km-120 da Rodovia Transamazônica, no sentido Itaituba/Rurópolis. Ele recebeu este nome por causa das diversas “mãos” impressas nas suas paredes, e se apresenta como uma das, senão a mais importante caverna do município.



Figuras 4: Entrada da caverna das Mãos.



Figuras 5: Saída da caverna das Mãos.

É importante destacar que a caverna das Mãos possui duas entradas: uma principal e outra secundária, a partir de um abatimento. Na primeira entrada

[...] seguindo um curso d'água por cerca de 350 metros, é possível identificar os conjuntos de pinturas rupestres com as mãos em positivo nas paredes. A importância da caverna, além de sua própria geologia e todo o conjunto rupestre em si, é aumentada pelo fato das pinturas terem sido feitas na zona afótica, totalmente sem incidência de luz natural. Infere-se que para sua realização, o indivíduo ou grupo que as pintou deveria dominar o fogo e saber manejá-lo até o interior. Na segunda entrada é possível identificar dois painéis com gravuras rupestres, um em frente ao outro, e ambos em zona disfótica (penumbra). Não possuem o mesmo estilo ou tradição e, portanto, é possível inferir que tenham sido feitos em períodos diferentes de ocupação da caverna. O painel das gravuras apresenta grande profusão de zoomorfos que podem ser relacionados a imagens de aves, répteis, peixes e até mesmo um mamífero, talvez um peixe-boi".²⁸

Travassos, Rodrigues e Motta (2013) ressaltam que para chegar ao painel das gravuras de profusão zoomorfa, por muitas vezes o caminho se dá por condutos meandantes e seções de teto baixo.

Na Figura 6: Aspecto geral do primeiro painel da segunda entrada da caverna das Mãos. A escala da IFRAO no centro da foto possui 10 cm (Foto: Luiz E. P. Travassos, 2012).



Figura 7: Mandala desenhada no interior, ao final da caverna das Mãos.

²⁸ TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. Caverna das Mãos: An Example of Dark Zone Art in Brazil. *Acta Carsologica*, 42/2,-3, 304-309, Postojna, 2012.

Alguma configuração da caverna das Mãos corrobora com a afirmação de Greer e Greer (1999; 2002), que afirmam que quando se estuda a arte rupestre em zona afótica, encontram configurações em comum. Possivelmente pela dificuldade de acessar o local do ritual, é um ponto considerado necessário para esses tipos de sítios. De acordo com estudos, existem cavernas com registro de arte rupestre onde foram identificadas pegadas preservadas sobre os sedimentos argilosos. Inclusive, Toner (2009) já registrou cerca de 274 pegadas, na caverna do Jaguar, na região centro-norte do Tennessee, nos Estados Unidos. Embora a caverna das Mãos, em Rurópolis, se encontre em local arenítico, um fato como esse dificilmente ocorreria, em virtude da presença do curso de água subterrâneo, conforme se observa nas fotos das figuras acima.

POSSÍVEIS PRÁTICAS RITUAIS NAS CAVERNAS COM ARTE RUPESTRE DE RURÓPOLIS (PARÁ)

Ao discorrer sobre as possíveis práticas rituais nas cavernas com arte rupestre de Rurópolis (Pará), Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016) defendem que um dos principais objetivos de um arqueólogo "é o de compreender que atividades se desenvolveram em determinado local" (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016). Segundo eles, os vestígios e seus contextos são tudo o que resta, pois raramente existem descrições que possam ser aproveitadas. Por isso, considerando o potencial desses contextos e a maneira de como interpretá-los, ressaltam que o assunto tem sido alvo de intensa discussão desde a década de 1960, especialmente a partir dos trabalhos de Lewis Binford e tantos outros que o seguiram posteriormente.

Neste artigo, Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016) trabalham um tipo específico de contexto, que sempre "rondou" os arqueólogos, o qual é denominado de *contextos rituais*. Eles ressaltam que "durante muito tempo todos os contextos mal compreendidos ou com objetos/estruturas consideradas raras ou peculiares eram automaticamente considerados como simbólicos ou ritualizados" (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016 Apud: GARWOOD, 1989; ARGÜELLO GARCÍA, RODRIGUEZ BUITRAGO, 2013).

Faz-se importante destacar que no registro rupestre a materialização dos gestos conserva-se permanentemente exposta, e, portanto, é de fácil acesso, e assim torna-se um contexto privilegiado para se discutir sobre práticas e rituais. Conforme Díaz-Andreu e Benito (2013, p. 240): "The understanding of rock art spaces [...] as ritual is not new", ou seja, o entendimento de artes rupestres como ritual não é novo. E ainda, desde as primeiras descobertas até então "a autoria e antiguidade das magníficas pinturas da Gruta de Altamira, na Espanha, até os dias de hoje se acumulam interpretações diversas dadas à arte rupestre" (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016).

Dentre os avanços nos estudos da arte rupestre amazônica, destaca-se, além da descoberta, aumento e registro do número de sítios, a busca pela

sua inserção no contexto arqueológico, a qual dê a elas o mesmo status de outros vestígios mais conhecidos (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016. *Apud*: PEREIRA, 2010; CAVALLINI, 2014). Prova disto foi o registro de cinco sítios com arte rupestre no município de Rurópolis, no sudoeste do Pará, que chamou a atenção, em 2011, por conter pinturas e gravuras no seu interior em contextos de penumbra e escuridão total (afóticos), os quais são bastante distintos daqueles comumente conhecidos na região amazônica.

Nesta pesquisa, Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016), escolheram dois sítios como objeto de estudos, que foram a Caverna das Mãos e a Caverna do 110. Ressaltamos aqui que a Caverna do 110 é na verdade a mesma Caverna Fernanda Caroline – PA-336, conforme é conhecida e registrada no CNC e mantido pelo SBE. Esta caverna apresenta um contexto muito claro que pode ser interpretado como ritualístico, *“devido à disposição, visibilidade e composição de alguns painéis com pinturas e gravuras rupestres e pela ausência de outros vestígios arqueológicos em superfície ou subsuperfície no interior da caverna”* (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016).



Figura 8: Gravura de pinturas representando biomorfos, compostos por alguns policromos e sobrepostos e formas geométricas complexas

Após observações sobre os cinco sítios, os autores seguem com a descrição rápida sobre cada um deles e descrevem um pouco acerca do tipo específico de contexto das duas cavernas supracitadas. Em 2011, estes sítios foram registrados por Pereira e Silva (2014) deram origem a um projeto de pesquisa em Rurópolis².

Em pouco tempo Rurópolis revelou-se muito mais que uma área com potencial arqueológico, mas como uma região singularmente importante e inédita dada a localização de pinturas e gravuras no interior de cavernas em áreas de escuridão total (Caverna das Mãos) formando painéis extremamente complexos (em função da temática, da execução e da localização). A presença de pinturas e gravuras em zonas afóticas de cavernas confere um destaque excepcional a Rurópolis no cenário arqueológico sul-americano. Além da localização, a arte rupestre de Rurópolis chama a atenção também pelas técnicas utilizadas e estilos dos motivos pintados e

gravados que apresentam poucos paralelos com outras áreas da Amazônia conforme demonstrado por Pereira e Silva (2014).²⁹

A Caverna do 110, aparenta vestígios arqueológicos rupestres em toda a sua área. Por isso, a fim de verificar o potencial arqueológico de subsuperfície do sítio e a possibilidade de algumas gravuras continuarem abaixo do sedimento atual a equipe realizou uma sondagem de 1 m x 0,5m junto à parede direita, na área onde existem gravuras próximas ao solo. Assim, foi verificado que, em suas paredes, esta caverna apresenta gravuras, pinturas e a associação das duas técnicas para composição de algumas figuras. Os autores identificaram 11 painéis, e consideram ser possível que outros motivos estivessem presentes, principalmente no caso das pinturas, porém não estão mais atualmente devido fatores tafonômicos.

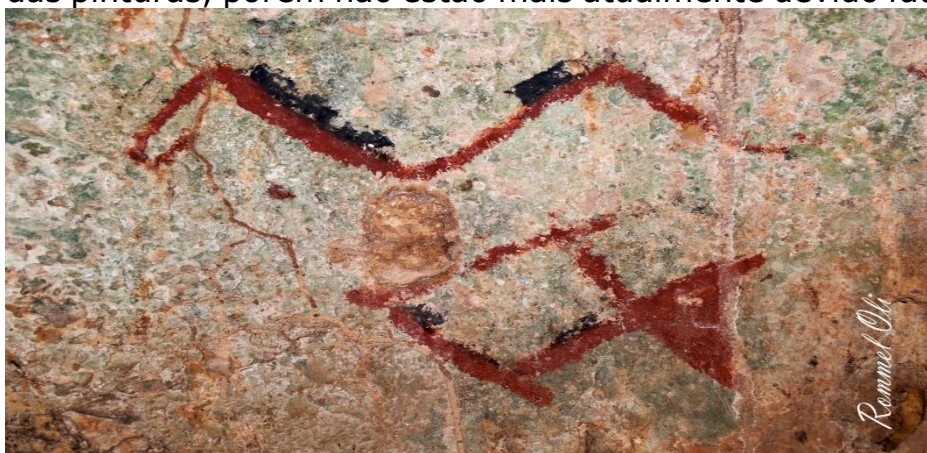


Figura 9: A pintura apresenta dois motivos principais - um peixe e uma linha em zig zag ambos sem forma definida. Não há gravuras nesse painel, somente pinturas em vermelho e preto.

Quanto às características da arte rupestre na Caverna do 110 as pinturas, gravuras e gravuras pintadas são distribuídas por quase todas as paredes da cavidade. Entretanto, as pinturas ocorrem somente no salão Norte, enquanto no salão Sul foram identificadas apenas gravuras. Destaca-se que a associação das técnicas de pintura e gravura ocorre em sua maior parte nos painéis do salão Norte.

Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016), adotaram o termo antropomorfo/biomorfo em razão da presença das características formais desses motivos neste sítio. Apenas alguns são claramente representações antropomorfas. Eles destacam que *“as representações foram elaboradas utilizando as técnicas de pintura e gravura e algumas vezes a associação entre as duas”* (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016). Segundo eles, em todas as figuras o rosto é preenchido por pigmentos e não há presença de nenhum elemento facial.

²⁹ PEREIRA, E. S.; DANIEL, A. R. P.; NASCIMENTO, H.; BARBOSA, C. A. P.; HONORATO, Vinícius. Possíveis práticas rituais nas cavernas com arte rupestre de Rurópolis (Pará). *Habitus*, Goiânia. 2016.

Conforme Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016), na Caverna do 110 são três os motivos gravados e claramente identificados como antropomorfos/biomorfos.

Dois estão no painel 2 e um no painel 10. Um possível antropomorfo com restos de pintura vermelha no tronco e com pernas e braços estendidos está presente no painel 9. Os três motivos são similares entre si. Todos apresentam os braços em ângulo reto para cima ou para baixo, mãos e pés com três a quatro dedos, tronco retangular ou circular, pernas em ângulo reto para baixo. O sexo masculino está representado em pelo menos dois motivos (Figura 16a). Na figura 16b a hipótese da representação de algum tipo de vestimenta que se prolonga até o chão parece ser mais viável que a representação do falo. Nessa mesma figura destaca-se a dimensão da cabeça em relação ao resto do corpo. Em todos os motivos não há representação dos elementos faciais. Em três figuras a pintura em vermelho e/ou preto aparece associada à gravura.³⁰

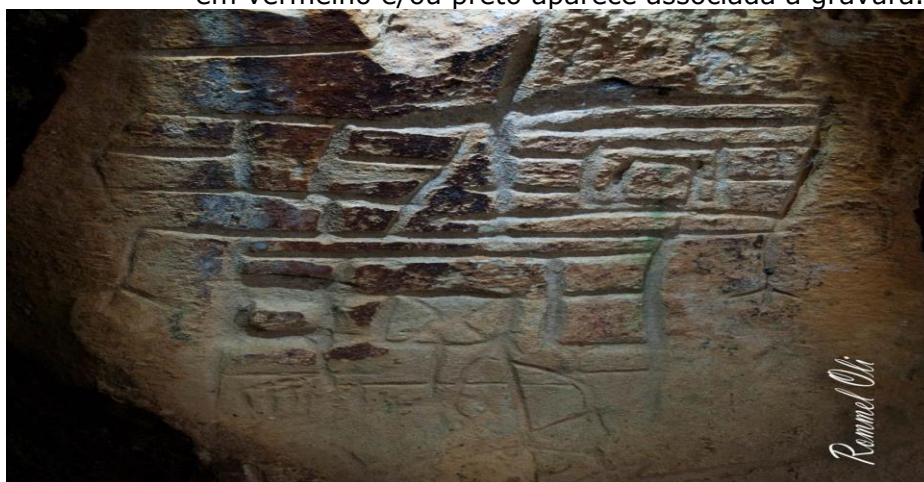


Figura 10: Antropomorfos/biomorfos gravados na Caverna do 110. Detalhes das incisões geométricas.

De acordo com Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016), no conjunto de gravuras podem-se distinguir duas categorias, os motivos geométricos elaborados e os simples, como as figuras retangulares, preenchidas internamente com traços retos formando grades. *“Na primeira estão os motivos estruturados de maneira mais complexa, normalmente com muitos traços e, no segundo, motivos formados por poucos ou apenas um traço”* (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA, HONORATO, 2016).

Em relação à Caverna Borboleta Azul, Pereira, Daniel, Nascimento, Barbosa e Honorato (2016) destacam que esta localiza-se a cerca de 20 m ao sul da caverna do 110. E que

Apresenta entrada mais larga e alta sendo composta por apenas um amplo e arejado salão que se desenvolve em direção ao interior do maciço arenítico por uma rachadura. Em contraste com a caverna do 110 que apresentou gotejamento em diversos pontos, a caverna Borboleta Azul apresenta-se seca com sedimento extremamente

³⁰ PEREIRA, E.S.; DANIEL, A.R.P.; NASCIMENTO, H.; BARBOSA, C.A.P.; HONORATO, Vinícius. 2016

fino e solto com coloração acinzentada mesmo durante o período de chuvas intensas. Há na caverna algumas pinturas e gravuras.³¹

Outrossim, embora sejam poucos os sítios com tais características, "o contexto de ausência de cultura material abre caminhos para considerar o uso de abrigos e cavernas como locais sagrados, nos quais a arte rupestre era o principal ou um dos elementos ritualísticos" (PEREIRA, DANIEL, NASCIMENTO, BARBOSA e HONORATO, 2016). O fato da Caverna Borboleta Azul situar-se em locais secos que a Caverna 110, leva os autores a considerar a possibilidade de um uso do espaço de modo diferenciado, possivelmente enquanto um seria de uso mais doméstico, o outro estaria voltado para a realização de rituais.

REPRESENTAÇÕES RUPESTRES EM CAVERNAS ARENÍTICAS DE RURÓPOLIS, PARÁ. UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

No objetivo de registrar, por meio de fotos, as representações rupestres de seis cavernas areníticas e descrever, de modo geral, cada cavidade; a partir de visitas e análises nos campos geológico, geomorfológico e de vegetação, Travassos, Rodrigues e Motta (2012), propõem uma primeira aproximação acerca dos painéis rupestres.

Considerando o ambiente onde as cavernas estão inseridas, Travassos, Rodrigues e Motta (2012) afirmam que hoje a região da Amazônia Legal brasileira é alvo de pesquisas diversas, as quais vão desde os estudos do solo, da vegetação e dos produtos de origem florestal referentes ao estudo da fauna e flora amazônica. E, "salvo os estudos referentes às cavernas em formações ferríferas de Carajás (PA) e os estudos das cavidades em quartzito dos Tepuis venezuelanos" (TRAVASSOS; RODRIGUES; MOTTA, 2012), pouco se tem divulgado acerca do trabalho realizado pelos espeleólogos nas cavidades carbonáticas e areníticas da região.

Destaca-se que, embora as cavernas fossem conhecidas há décadas, por moradores da região, somente a partir de 2011, tais descobertas passaram a ser registradas sistematicamente por Motta, sócio da Sociedade Brasileira de Espeleologia. E, dentre as 879 cavidades registradas no Cadastro Nacional de Cavernas da SBE, até a realização desta, 163 foram cadastradas por Motta no município de Rurópolis, no Pará, porém cerca de 20 delas contam com expressivos registros rupestres.

Partindo desta premissa, conforme Travassos, Rodrigues e Motta (2012), a missão de campo desta pesquisa teve como principal objetivo identificar e registrar as representações rupestres feitas nas seis cavernas areníticas, a saber: caverna Jatobá (PA-326), caverna das Mãos (PA-329), caverna Borboleta Azul (PA-332), caverna Fernanda Caroline (caverna do 110/PA-336), caverna Caximbão (PA-431) e caverna das Damas (PA-466).

³¹ PEREIRA, E.S.; DANIEL, A.R.P.; NASCIMENTO, H.; BARBOSA, C.A.P.; HONORATO, Vinícius. 2016



Figura 11: Gravura rupestre na Caverna Jatobá



Figura 12: Gravura rupestre na Caverna Borboleta Azul



Figura 13: Preparação da parede para receber pintura rupestre na Caverna Caximbão.



Figuras 14: Pintura rupestre na Caverna das Damas, localizada na entrada, em zona disfótica ou de penumbra, com utilização de bicromia, ou seja, duas cores.

É salutar o destaque de que, embora o estudo das cavernas fosse apenas exploratório, a caverna das Mãos se destaca por apresentar pinturas rupestres, realizadas na zona afótica da caverna, segundo os autores um "fato raro, senão único no Brasil" (TRAVASSOS; RODRIGUES; MOTTA, 2012). Enquanto as demais apresentam a arte rupestre em zona disfótica ou de penumbra. Assim, "é possível concluir que os sítios visitados possuem características diferentes das registradas por Pereira (2003) sendo, a princípio, únicos na região" (TRAVASSOS; RODRIGUES; MOTTA, 2012). De acordo com a Vasquez, Sousa e Carvalho (2008),

a geologia regional é representada por rochas paleozóicas dos Grupos Urupadi, Curuá e Tapajós, recobertas por áreas densas de floresta amazônica. Em escala local, de maneira geral, a região das cavernas apresenta arenitos, folhelhos e siltitos. O acesso à região de estudos se dá a partir de Belém em direção à Santarém e, por fim à Itaituba, por via aérea, terrestre ou fluvial. Inserida na bacia hidrográfica do Amazonas, a principal drenagem regional é o rio Tapajós, afluente da margem direita do rio Amazonas. Partindo de Itaituba, o acesso às cavidades é feito por via rodoviária pela Transamazônica e, obviamente, por trechos feitos à pé.³²

Geologicamente, esta região se encontra no domínio tectônico da Província do Amazonas, próximo ao limite do contato com a Província Tapajós-Parima situada na borda meridional da região cratônica amazônica. Com suas proporções mantidas,

esta região é uma síntese fracionada da história geológica amazônica uma vez que nesta são encontradas litologias da ordem de 2 Ga, como os granitos indiferenciados encontrados no entorno da sede do município de Rurópolis e nas adjacências da rodovia Transamazônica. Compõem assim, as rochas do embasamento continental. Destaca-se, ainda, que as camadas litológicas originadas no Paleoproterozóico são encontradas rochas do Grupo Iri formadas a partir do intenso magmatismo intra-continental

³² TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. 2012.

ocorrido entre 1,9 e 1,8 Ga. Ressalta-se a Formação Salustiano (PP3 sa) composta por riolitos, dacitos em derrames de lavas e também depósitos auríferos (VASQUEZ; SOUZA; CARVALHO, 2008). Por causa destes depósitos auríferos Faraco, Carvalho e Klein (1997) elaboraram a Carta Metalogenética da Província Aurífera do Tapajós.³³

Segundo os dados do projeto RADAM (1975), Folha Tapajós SB-21 esta região de ocorrência das cavernas areníticas está sob o domínio morfoclimático dos Planaltos Amazônicos Rebaixados, localizada na subunidade dos Planaltos Rebaixados do Médio Amazonas. E suas formas dominantes são caracterizadas por colinas dissecadas de topo aplainado resultantes de processos de pediplanação pleistocênica (VENTURA; D'ÁVILA; BARBOSA, 1975, p.134).



Figura 15: Relevo de Rurópolis

Travassos, Rodrigues e Motta (2012), ressaltam que os primeiros viajantes que passaram na Amazônia, nos séculos passados, já se interessavam em estudar a arte rupestre na região (PROUS, 1993). E Pereira (2003; 2006) compartilha com esta afirmativa ao mencionar "*a existência das crônicas e dos relatos de viajantes e missionários que chegaram à região nos primeiros anos do início da colonização*" (PEREIRA, 2006). A autora destaca observações históricas na Amazônia datadas de 1656, realizadas pelo padre João de Sotto Maior. De acordo com ela, este registro talvez seja, o segundo mais antigo do Brasil e o primeiro da região norte do país.

De acordo com Travassos, Rodrigues e Motta (2012), ao período de Pereira (2003; 2006), se seguiram outros trabalhos de identificação, aos quais ela chama de "*primeiras tentativas de síntese e as primeiras interpretações*" (PEREIRA, 2003; 2006). Acerca desta afirmativa, Travassos (2010) lembra do papel desempenhado por Spix, Martius e Humboldt

Em 1800 Alexander von Humboldt visitou a caverna de Uruana junto ao padre Ramón Bueno. Tal caverna estava coberta com "várias figuras ou (como ele diria em português) verias letras." (HUMBOLDT, 1827, p.594). Para o naturalista, os caracteres descobertos pelo padre Ramón aproximam-se daqueles de um

³³ Idem.

alfabeto, entretanto, Humboldt ainda possuía “muitas dúvidas a esse respeito.” (HUMBOLDT, 1827, p.595).³⁴

Ressalta-se que o registro cultural de cavernas e abrigos rochosos, aparece quando Spix e Martius descreveram as inscrições rupestres no Amazonas, na cachoeira de Araracoara e Humboldt, as gravuras na caverna de Uruana, na Amazônia venezuelana (HUMBOLDT, 1827, p.594).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história humana registra que desde o aparecimento do Homem na Terra, as cavernas desempenharam um papel muito importante na proteção contra as intempéries.

Por exemplo, as cavernas sempre foram consideradas, por muitas culturas, como lugares misteriosos e ameaçadores, inclusive assim são mostradas pela mídia em geral.

Por outro lado, a arte rupestre da região já rendeu artigo científico da área arqueológica, principalmente a pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém do Pará. E a grande novidade na espeleoarqueologia brasileira é que três das cavernas cadastradas por Rodrigo Motta são portadoras de arte rupestre em galeria onde a luz do sol jamais teve acesso, em um dos casos a mais de 300 metros da entrada, na completa escuridão. Neste sentindo a caverna das Mãos, se destaca por apresentar, de forma rara, pinturas rupestres singulares, que foram realizadas na zona afótica, únicas no Brasil. As demais cavernas até então conhecidas apresentam arte rupestre em zona disfótica, ou seja, de penumbra.

Pesquisas apontam para pinturas de cerca de 7.000 anos, na América do Sul, como é o caso da Cueva de las Manos, na Patagônia argentina, onde as pinturas foram feitas em zona iluminada pela luz natural. Na América do Norte (Tennessee e Kentucky), as pinturas rupestres encontradas na zona afótica, datam de aproximadamente 1.600 a 1.000 anos. No que tange à profundidade das pinturas feitas na América, os exemplos mais antigos, até então encontrados e registrados, ocorrem nos abrigos sob a rocha arenítica de 10 a 20 metros, e que ainda não se tem registros com informações sobre pinturas na zona afótica nas cavernas.

Outro fator de destaque é a necessidade de geração de iluminação artificial, como o fogo, para a realização de tais grafismos e pinturas.

Por muito tempo, as pesquisas arqueológicas no Brasil não incluíram a arte rupestre. Infelizmente na Amazônia, este processo foi mais longo, em virtude da cerâmica ser o principal vestígio que norteou as questões sobre a “*ocupação humana*” na região. Entretanto, graças às descobertas mais recentes, inclusive as destacadas neste artigo, essa situação está mudando e cada vez mais se encontram publicações e estudos que dão suporte aos decorados nesta região.

Estudos recentes no Pará, mostram uma riqueza e uma diversidade de ocorrências rupestres bem maior do que se pensava. Corroboram com ele estudos feitos por Travassos et al e os registros atuais onde o Pará aparece

³⁴ TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. 2012.

com 879 cavernas cadastradas no CNC da SBE, sendo que 163 estão localizadas em Rurópolis, o qual hoje é o quinto município do Brasil em quantidade de cavernas.

Destaca-se ainda que todas as cavernas de Rurópolis foram cadastradas por Motta, e cerca de 20 delas possuem representações de figuras rupestres e dentre estas são exemplo de cavernas com pinturas rupestre na zona afóticas as: Caverna das Mãos PA-329, Caverna do Lucas PA-335 e Caverna Queimada PA-464. Assim, anexo a este ineditismo, ressaltamos a necessidade de preservação deste tesouro arqueológico ainda não explorado.

REFERÊNCIAS

BAHN, P. G. Art in caves. In: GUNN, John (ed.). Encyclopedia of Caves and Karst Science. New York/London: Fitzroy Dearborn, 2004a. p. 83- 84.

BAHN, P. G. Art: Cave art in Europe. In: GUNN, John (ed.). Encyclopedia of Caves and Karst Science. New York/London: Fitzroy Dearborn, 2004b. p. 90- 91.

BEDNARIK, R. Art in caves: History. In: GUNN, John (ed.). Encyclopedia of Caves and Karst Science. New York/London: Fitzroy Dearborn, 2004a. p.85.

BEDNARIK, R. Art: Cave art in Australasia. In: GUNN, John (ed.). Encyclopedia of Caves and Karst Science. New York/London: Fitzroy Dearborn, 2004b. p.8890.

FAULKNER, C. H. Four thousand years of native american cave art in the southern Appalachians. *Journal of Cave and Karst Studies*, v. 59, n. 3, p.148153, 1997.

GREER, J.; GREER, M. Dark Zone Pictographs at Surratt Cave, Central New Mexico. In: WISEMAN, R. N.; O’Laughlin, T. C.; SNOW, C. T.. *Forward Into the Past: Papers in Honor of Teddy Lou and Francis Stickney*. The Archaeological Society of New Mexico, v.28, Archeological Society of New Mexico, Albuquerque, 2002.p.37-46

GREER, J.; GREER, M. Dark zone and twilight zone pictographs in U-Bar Cave, Southwestern New Mexico. In: HEDGES, K. *Rock art paper*, Volume 14. *San Diego Museums Papers* 36, 1999. p. 11-19.

LEITE, N. O estudo sistemático dos grafismos da Gruta do Índio (Januária-MG.) no contexto arqueológico regional. 248 f. 1990. Tese Doutorado. USP.

PEREIRA, E. *Arte rupestre na Amazônia: Pará*. Belém/São Paulo: Museu Paraense Emílio Goeldi/UNESP, 2003. 245p.

PEREIRA, E. S. Historia de la investigación sobre el arte Rupestre en la Amazonía brasileña. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 24, p. 67-98, 2006.

PEREIRA, E. S.; DANIEL, A. R. P.; NASCIMENTO, H.; BARBOSA, C. A. P.; HONORATO, Vinícius. Possíveis práticas rituais nas cavernas com arte rupestre de Rurópolis (Pará). *Habitus*, Goiânia, v. 14, n.1, p. 5-20. 2016.

PROUS, André. Artes pré-históricas no Brasil; Projeto pedagógico. Lúcia Gouvêa Pimentel . [Editor: Fernando Pedro da Silva] – Belo Horizonte : C / Arte, 2007.

STONE, A. Art: Cave art in the Americas. In: GUNN, John (ed.). *Encyclopedia of Caves and Karst Science*. New York/London: Fitzroy Dearborn, 2004. p.9193.

TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. Representações rupestres em cavernas areníticas de Rurópolis, Pará: uma primeira aproximação. *Olam: Ciência & Tecnologia (Rio Claro. Online)*, v.12, n.1-2, p. 532, 2012.

TRAVASSOS, L.E.P.; RODRIGUES, B.D.; MOTTA, A.R.S. Caverna das Mãos: An Example of Dark Zone Art in Brazil. *Acta Carsologica*, 42/2,-3, 304-309, Postojna, 2012.

TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. Caverna das Mãos, Rurópolis, Pará: Importante Exemplo Brasileiro de Arte Rupestre em Zona Afótica. *RA´EGA* 28, p.226-241, 2013. Departamento de Geografia-UFPR – ISSN: 2177-2738.

VASQUEZ, M. L.; SOUZA, C. S.; CARVALHO, J. M. A. (Orgs.). Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Pará. 2008. Programa Geologia do Brasil (PGB), Integração, atualização e Difusão de Dados da Geologia do Brasil. Mapas Geológicos Estaduais. CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Superintendência Regional de Belém.

VENTURA, L. M.; D'ÁVILA, L. M.; BARBOSA, G. V. Geomorfologia. In: PROJETO RADAM – Folha SB-21 Tapajós. Rio de Janeiro: DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, 1975. p.117-158.